

**Edição do *Plano Sobre a Civilização dos Índios do Brasil*: contribuições
para aspectos sócio-históricos do português no Brasil do século XVIII**

Bruna Trindade Lima Santos

Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem

Orientadora: Doutora Maria Teresa Leitão Brocardo

Co-orientadora: Doutora Zenaide Novais Carneiro

Março, 2016

Nº de aluno: 44392

Bruna Trindade Lima Santos

**Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem**

Orientadora: Doutora Maria Teresa Leitão Brocardo
Co-orientadora: Doutora Zenaide Novais Carneiro

Março, 2016

A Deus, meu sustento.
Aos meus pais, sempre.

*Sendo assim, tudo quanto vier à mão para realizar, faze-o com o
melhor das tuas forças.*

Eclesiastes 9: 10

Agradecimentos

Ao meu Pai e Amigo Fiel, que sabe de tudo o que precisei enfrentar, pelo Teu amor por mim e por todos que me cercaram nesse percurso, e pelas condições que me proporcionaste para chegar até aqui. Obrigada pelas Tuas providências, Senhor. A Ti, toda honra e toda glória.

Aos meus pais, meus pilares, pelo incentivo desde sempre. A minha gratidão eterna por terem se desprendido e, mais uma vez, investido e confiado em mim. Para mim, não há ciência que substitua os conselhos de um pai e uma mãe e, por isso, sou grata pela “educação de vida”, por terem sempre me ensinado quem sou e até onde posso ir. Obrigada por estarem, fatalmente, corretos em tudo que me ensinaram, por serem o referencial mais pleno que conheço de integridade, ética, humanidade e compromisso, e por serem o meu colo quando eu mais preciso.

Aos meus familiares, que embora estivessem separados de mim por um oceano, se fizeram sempre presentes e companheiros. Em especial, às minhas avós, que me ensinaram o amor pela língua portuguesa e pelo ensino e que forneceram o primeiro *corpus* na pesquisa em Linguística Histórica, ainda na iniciação científica.

À Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), de quem sou “filha” e à equipe do projeto CE-DOHS (*Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*), pela troca e pelo enriquecimento das nossas parcerias. Também à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, por terem me acolhido tão bem.

Às minhas orientadoras: Profa. Teresa Brocardo (FCSH/ UNL), por seu apoio, acolhimento, generosidade e pela precisão das suas contribuições, que me deixaram honrada em ser sua orientanda; e Profa. Zenaide Carneiro (UEFS), pela atenção, por ter acreditado em mim e por ser a responsável pelo meu amor pela Linguística Histórica.

Aos professores do Mestrado em Ciências da Linguagem, que sempre estiveram dispostos a ajudar quando solicitados. Aos meus colegas de curso, que dividiram os percalços desta etapa comigo; em especial, à Érika, uma amiga que o mestrado me presenteou, pelo companheirismo, auxílio e reflexões.

Aos amigos de longa data, pelo incentivo, compreensão e carinho.

Aos funcionários da Biblioteca Pública de Évora, por serem sempre tão solícitos.

E, finalmente, a todos que, de alguma forma, contribuíram com a concretização deste trabalho e ajudaram a tornar esta conquista possível.

Muito obrigada.

Resumo

EDIÇÃO DO PLANO SOBRE A CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS: CONTRIBUIÇÕES PARA ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO PORTUGUÊS NO BRASIL DO SÉCULO XVIII

BRUNA TRINDADE LIMA SANTOS

Palavras-chave: *Edição Semidiplomática; Linguística Histórica; Sócio-História do Português Brasileiro; Século XVIII; Vertente Indígena; História Social da Linguagem.*

Esta dissertação tem como objetivos principais a edição e o estudo do *Plano Sobre a Civilização dos Índios do Brasil*, de Domingos Barreto, cuja versão utilizada está depositada na secção de Reservados da Biblioteca Pública de Évora. A pesquisa enquadra-se no âmbito da Linguística Histórica, numa perspectiva sócio-histórica, em que se consideram os fatores extralinguísticos, ou sociais, e os intralinguísticos (MATTOS E SILVA, 2008a, p.10), com o objetivo de contribuir com os estudos sobre o processo de formação sócio-histórica do português brasileiro (doravante, PB), que inclui em sua agenda de pesquisa, entre outros pontos, estudos sobre a variação e mudança linguística em contextos históricos de ambiente multiétnico na formação pluricêntrica do PB, proveniente do contato de línguas da população autóctone e formado por diversos troncos linguísticos de línguas indígenas, de línguas trazidas da África e do avanço da língua portuguesa no Brasil. O trabalho segue a proposta do *Projeto Para a História do Português Brasileiro* (doravante, PHPB), estruturada em três campos inter-relacionados de pesquisa, a saber: a) *um campo histórico-filológico*, visando à constituição de *corpora* diacrônicos de documentos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XVI; b) *um campo gramatical*, visando ao estudo de mudanças linguísticas, depreendidas da análise dos *corpora* constituídos; e c) *um campo da história social linguística*, visando à reconstrução mais ampla da história social linguística do Brasil e, em particular, do PB. Optou-se por apresentar uma edição semidiplomática que pudesse ser adequada à comunidade científica e aos interessados em documentação filologicamente confiável que subsidie os estudos no âmbito da história da Língua Portuguesa, da história da cultura escrita e da história dos indígenas da Bahia do século XVIII. Nesse sentido, após justificar a nossa escolha pelo manuscrito e fundamentar a importância de uma história própria do PB amparada numa História Social da Linguagem, passa-se à história da produção do *Plano*, onde são explanados, para contextualização, a formação sócio-histórica do PB, a situação da língua portuguesa no cenário de produção do *Plano*, a temática do seu conteúdo e o perfil do autor. Assim, feita a contextualização histórica do documento em questão e a exploração dos seus aspectos paleográficos, segue-se ao estudo da atuação do índio aquando das novas políticas de língua implantadas. Finalmente, passa-se ao ponto onde está efetivamente concentrado todo o trabalho técnico desta pesquisa e que, por uma questão meramente formal, encontra-se no Apêndice da presente dissertação: a edição semidiplomática.

Abstract

EDITION OF *PLAN ABOUT THE CIVILIZATION OF THE INDIANS*: CONTRIBUTIONS TO SOCIO-HISTORICAL ASPECTS OF THE PORTUGUESE IN BRAZIL OF THE 18TH CENTURY

BRUNA TRINDADE LIMA SANTOS

Keywords: *Semidiplomatic Edition; Historical Linguistics; Socio-Historical Brazilian Portuguese; 18th century; Indigenous side; Social History of Language.*

This thesis has as its main objectives the edition and the study of *Plan About The Civilization of The Brazil's Indians*, authored by Domingos Barreto, whose version is held in Section Reserved of Public Library of Évora. The research is within the scope of Historical Linguistics, with a socio-historical perspective that considers the extralinguistic, or social, and intralinguistic factors (MATTOS E SILVA, 2008a, p.10), and aims to contribute to the studies about the process of socio-historical formation of the Brazilian Portuguese (henceforth, PB), which includes in its research agenda, among other points, studies of variation and linguistic change in historical contexts of ethnic environment in pluricentric formation of the PB, from the contact languages the indigenous population and formed by different linguistic trunks of indigenous languages, language brought from Africa and the advancement of the Portuguese language in Brazil. The research follows the proposal of the *Project for the Brazilian Portuguese History*, which is structured in three interrelated fields of research, namely: a) *a historical-philological field*, which aims to the creation of diachronic *corpora* of various kinds of the documents, written in Brazil, from the 16th century; b) *a grammatical field*, which aims to study linguistic change, analysis of the inferred constituted *corpora*; and c) *a field of linguistic social history*, which aims to broader reconstruction of linguistics social history of Brazil and, in particular, the PB. We opted for a semidiplomatic that could be appropriate to the scientific community and those interested in philologically reliable documentation that subsidizes the studies within the history of the Portuguese Language, of the writing culture history and of the history of the Bahia indigenous of the 18th century. Then, we justify our choice for the manuscript and explain the importance of its own history of the PB supported a Social Language History, and we follow to the history of production of the *Plan*, which are explained socio-historical formation of the PB, the situation of the Portuguese language in the *Plan* production scenario, the theme of its content and the author's profile. After the historical context of the document and the exploitation of paleographic aspects, we proceed with the study about the participation of the Indian when the new implemented language policies. Finally, we continue to the point where it is effectively concentrated all the technical work of this research and that is in the Appendix (because of formal reasons) of this dissertation: the semidiplomatic edition.

Índice

Introdução	1
 Primeira Parte	
Da edição	
CAPÍTULO 1: METODOLOGIA	6
1.1. A escolha do manuscrito	6
1.2. O trabalho de edição	10
1.2.1. A opção pela edição semidiplomática	13
1.2.1.1. Critérios utilizados	15
1.2.2. Método de descrição dos aspectos paleográficos	17
 Segunda Parte	
História da produção do <i>Plano Sobre a Civilização dos Índios</i>	
 CAPÍTULO 2: SOBRE A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	 19
2.1 A Linguística e o <i>novo paradigma</i>	23
2.2. A sócio-história do português brasileiro	27
 CAPÍTULO 3: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII	 36
3.1. O período pombalino	37
3.1.1. O ideal de <i>civilização</i>	39
3.2. A civilização dos índios	42
3.2.1. Rumo ao interior	43
3.2.1.1. A ocupação do interior da Bahia e alguns aspectos sobre a demografia no século XVIII	44
 CAPÍTULO 4: O PLANO DE BARRETO: UM TESTEMUNHO LINGÜÍSTICO	 49
4.1. Os “agentes civilizadores”	49
4.1.1. O remetente	
4.2. O Plano	54
4.2.1. Novas políticas linguísticas: a educação dos índios	55

4.3. Da localização espacial e temporal	60
4.3.1. A espacial	60
4.3.2. A temporal	60

Terceira Parte

A Edição Semidiplomática

CAPÍTULO 5: DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	63
---	-----------

5.1. Suporte	63
5.2. Numeração de fólios	63
5.3. Caderno	64
5.4. Pautado	64
5.5. Escrita	64
5.5.1. Características ortográficas	65
5.5.2. Dimensão das letras	68
5.5.3. Abreviaturas (Sistema Braquigráfico)	68
5.5.4. Sinais estigmológicos	71
5.5.4.1. Sinais de pontuação	71
5.5.5. Divisão silábica	72
5.5.6. Sinais de acentuação	73
5.7. Emendas, acrescentamentos e anotações	74
5.8. Estado de conservação	75

CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
-----------------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA	79
---------------------	-----------

Apêndice: Edição Semidiplomática	81
---	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição demográfica no Brasil do século XVI-XIX	31
	44
Quadro 2: Síntese demográfica do Brasil do séculos XVI ao XIX	
Quadro 3: Distribuição de etnias no terço do mestre-de-campo Morais Navarro	46

Introdução

Os estudos dos povos autóctones originários são, ainda hoje, uma grande lacuna que está aliada à visão “cristalizada” do indígena colonial. Por isso, faz-se necessário que sejam feitos estudos para “redefinições identitárias” (MONTEIRO E MOSCOSO, 1990; MONTEIRO, 1992; PUNTONI, 1998; ALMEIDA, 2000), de modo a tornar possível “recuperar uma suposta ‘originalidade’ indígena e reconstituir o quanto foi ‘perdido’ ao longo do processo do contato” (POMPA, 2002).

Monteiro (2001, p. 4) critica a construção do índio passivo, a exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos e o tratamento dos povos indígenas como populações em vias de desaparecimento. Para o autor, essa é uma visão perigosa porque investe numa imagem indígena cristalizada - “seja como habitantes de um passado longínquo ou de uma floresta distante”.

Enquanto o africano era traduzido como rebelde ou como “representação demoníaca”, a Europa dos séculos XV e XVI, conforme afirma Pacheco de Oliveira e Freire (2006), mostrava concepções divergentes criadas pelos colonizadores portugueses: a) os índios eram seres humanos degradados, vivendo como selvagens, mas com potencial para se tornarem cristãos; e b) os índios eram seres inferiores, animais que não poderiam se tornar cristãos, mas que podiam ser escravizados ou mortos. De acordo com Pompa (2002, p.21), tais concepções se dividem em dois blocos monolíticos, a saber: “um que impõe seus esquemas culturais e religiosos e o outro que os absorve, sendo destruído (ou aculturado) por aqueles ou, por outro lado, ‘resistindo’ em volta de sua imutável tradição”.

Atualmente, as pesquisas que envolvem o processo de *civilização* dos índios têm ganhado um enfoque interdisciplinar, pois procuram repensar as relações de contato entre dominados e dominadores. De acordo com Ribeiro (2009), a questão indígena foi projetada, na colônia, nas esferas religiosa e política, conforme a aceção de poder e domínio da época; porém, o século XVIII foi marcado por questões polêmicas que envolviam o governo dos povos e da terra. Essas mudanças interferiram, inclusive, no próprio rumo da língua portuguesa em território brasileiro.

Na condição de língua transplantada, observamos que o português brasileiro (doravante, PB) tem traçado uma linha evolutiva própria, como consequência de suas

influências plurais e complexas. Assim, os métodos para a sua abordagem são variados, mas todos eles confluem para a constatação da “unidade na diversidade” e da “diversidade na unidade” como uma das características mais próprias do PB.

Consciente de que, dentro desse contexto, a influência indígena é marcante, importa conhecer e preservar essa herança e investigar as relações que a língua portuguesa mantém, desde muitos anos, com as línguas indígenas; assim, faz-se necessário o trabalho com documentação que priorize esse diálogo e recupere as relações de contato entre os povos e a línguas.

O tema *Edição do Plano Sobre a Civilização dos Índios do Brasil: contribuições para aspectos sócio históricos do português no Brasil do século XVIII* surgiu a partir de uma necessidade percebida, ao longo do Mestrado em Ciências da Linguagem, do tratamento dado às questões que envolvem a história da língua portuguesa e, especialmente, a história do PB no que diz respeito à preocupação em se contribuir para o estudo da sócio-história das línguas a partir da edição de documentos que tragam informações relevantes para esse tipo de abordagem.

O *Plano Sobre a Civilização dos Índios do Brasil*, depositado na Biblioteca Pública de Évora, é um documento escrito em meados do século XVIII, assinado por Domingos M. Barreto, militar, culto, brasileiro e natural da Bahia. De uma forma geral, aborda a questão da *civilização* dos índios do interior da Bahia no século XVIII. Assim, a partir da proposta de uma edição semidiplomática, e filiados à perspectiva da Linguística Histórica e da História Social, a documentação será analisada buscando resgatar um vetor importante do processo de formação PB – a *vertente indígena* – superando a questão das influências de línguas indígenas no processo do PB e buscando analisá-la como parte constitutiva desse processo.

A proposta de uma edição e de um estudo de um documento desse porte fundamenta o objetivo central, no sentido de trazer alguns elementos para a sócio-história do PB. Essa pesquisa, então, assume uma feição multidisciplinar, com vistas a servir de material de análise por linguistas, historiadores e interessados pelo tema.

Assim, os objetivos são os seguintes:

1. Realizar uma edição semidiplomática do documento;
2. Colaborar com os estudos sobre a reconstrução da história social linguística do interior da Bahia.

3. Delinear a configuração sócio-histórica do contexto de produção do documento;
4. Comparar as versões do manuscrito e descrevê-lo;
5. Explorar aspectos paleográficos;
6. Delinear a configuração sociocultural do autor;
7. Abordar as condições de produção do documento (ambiente sociocultural e temporal do escritor e da sua escrita);
8. Elencar as finalidades específicas, ideológicas e sociais do método de civilização proposto;
9. Definir a implicância do método de civilização no ensino da língua portuguesa;
10. Analisar o contexto social do novo método mediante a situação de multilinguismo
11. Contribuir para o estudo de uma história social do português brasileiro.

A dissertação está dividida em cinco capítulos e em três partes. Cabe à **Primeira Parte, Da Edição**, no capítulo intitulado *Metodologia*, a apresentação da justificativa pela escolha do manuscrito e sucinta comparação das versões existentes. Também consta, nesse capítulo, a descrição dos critérios de transcrição utilizados para o trabalho e o seu método.

A **Segunda parte** se ocupará da *História da Produção do “Plano Sobre a Civilização dos Índios do Brasil”*. No **capítulo 2**, denominado *Sobre a história do português brasileiro*, ressalta-se a importância de uma história do PB que priorize as contribuições sociais e linguísticas dos indígenas, para além de apresentarmos um resumo da sua formação sócio-histórica. Ainda nesse capítulo, aborda-se o contributo do *novo paradigma* para a Linguística, sobretudo para a Linguística Histórica, e também a sócio-história do PB.

No **capítulo 3**, intitulado *Considerações sobre a expansão da língua portuguesa no século XVIII*, são tecidas algumas observações sobre o contexto de produção do documento. Explanaremos a política pombalina, a noção de *civilização* da época, para além de elencarmos alguns dados sobre a demografia do século XVIII, o período de *entradas*, em que os portugueses adentram os chamados *sertões* e se deparam com os chamados “índios bravos”; e a nova política linguística proclamada por Pombal.

O **capítulo 4**, *O Plano de Barreto: um testemunho linguístico*, traz elementos sobre a vida de Domingos, o teor narrativo do *Plano*, a questão das línguas gerais e uma reflexão sobre a atuação dos índios “mansos” e “bravos”, aquando da nova política motivada pelo ideal civilizador.

O **capítulo 5**, intitulado *Descrição do documento*, pertence à **Terceira parte**, denominado *A edição semidiplomática*. Nesse capítulo, é feita uma análise paleográfica do documento. A seguir, apontam-se as *Considerações Finais*.

Por fim, encontra-se reunida no **Apêndice**, a edição completa semidiplomática que, em obediência aos critérios formais previamente exigidos, não ocupa espaço nos capítulos da dissertação.

Primeira Parte

Da edição

Metodologia

Neste capítulo, serão apresentados os métodos utilizados para a elaboração da pesquisa. Além de trazermos algumas informações sobre o desenvolvimento dos trabalhos de edição no Brasil, justificamos a escolha do manuscrito, sua importância e a opção pela edição semidiplomática.

1.1. A ESCOLHA DO MANUSCRITO

No âmbito dos estudos para a história da Língua Portuguesa, há de se considerar a problemática da questão indígena, seja pela carência de documentação nos acervos brasileiros, seja pelo enfoque costumeiro na influência da “voz” dos africanos no processo de formação do PB. De fato, há uma vasta produção científica que aborda a influência africana na constituição do português do Brasil, afinal, a presença africana na cultura brasileira foi, sem sombra de dúvidas, mais visível; no entanto, a presença indígena no Brasil colonial foi marcante, pois, “dada a superioridade numérica dos indígenas, os portugueses tiveram de aprender a língua dos tupinambás, ocorrendo uma situação de bilinguismo” (ARAÚJO & ARAÚJO, 2009, p. 97).

Nesse sentido, sabe-se que a Biblioteca Pública de Évora (doravante, BPE) possui documentos significativos relacionados à temática indígena, ponto que merece atenção no bojo dos estudos sobre configuração da identidade do PB, uma vez que, ainda hoje, pouco se sabe sobre a realidade indígena nos séculos que antecedem a derrocada da língua geral em território brasileiro. Assim, deu-se preferência por aqueles que envolvessem questões indígenas, levando em consideração a escassez de informações que delimitem o papel do índio no processo de colonização, sobretudo no século XVIII, considerado, ainda, como um largo *hiatus*. Desse modo, o ponto de partida consistiria na busca de esclarecimentos sobre a influência indígena na constituição do português brasileiro, com influência na própria constituição social

brasileira, dado que, por muito tempo, o português e o tupi viveram lado a lado como línguas de comunicação¹.

Sabendo que a reconstituição da sócio-história do português brasileiro ainda está por se fazer, especialmente com relação às questões relacionadas à população indígena – já que são desconhecidas as características linguísticas que se relacionem à inserção social dessas comunidades no século XVIII, período em que se dá a mudança de uma língua geral para a portuguesa (SOUZA, 2012) – importa-nos elaborar um estudo que possa contribuir com características linguísticas e sócio-históricas sobre os índios da Bahia, aludidos no documento, a fim de contribuir, também, para uma sócio-história linguística do estado da Bahia.

Assim, conscientes da temática escolhida, constatou-se que, na BPE, existe uma vasta documentação que precede ou beira a época das políticas pombalinas, que, como sabemos, tem importante influência nos processos de mudanças que se estabeleceram entre a Coroa e a colônia, sobre os usos linguísticos no território brasileiro aquando do século XVIII.

Entre a documentação consultada, destacou-se o *Plano Sobre a Civilização dos Índios*, por se tratar de um manuscrito que, diferentemente do restante, não foi escrito por nenhum clérigo português, como de costume; mas por um militar brasileiro, nomeadamente baiano, que idealizou aquilo que ele mesmo afirma ser um “tosco plano” de civilização dos índios, mediante a expulsão dos jesuítas e “da mais critica situação, e creyo que ainda empeyor estado” em que se acham os índios do Brasil. O marco temporal permite-nos oferecer, assim, um contributo adicional, porque permite justamente focalizar a participação das políticas linguísticas pombalinas no processo de formação do PB.

Quanto à figura de Barreto, o autor é, talvez, o primeiro a imprimir, em português, uma obra dedicada à noção de “civilização”, conforme afirma Santos (2014). Trata-se, assim, de um documento, com várias cópias manuscritas, que circulou entre pessoas influentes e autoridades da época, incluindo o príncipe D. João; contudo, a única versão impressa de que se tem notícia foi publicada duas décadas após sua morte, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), por Gonçalves Dias, famoso escritor e intelectual do século XIX.

¹ “as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que [...] a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios [...]”. (TEYSSIER, 2001, p. 95)

Segundo o historiador, a publicação baseou-se em duas cópias manuscritas: uma pertencente à Biblioteca Pública da Corte e outra ao Arquivo do IHGB. De acordo com as anotações feitas por Gonçalves Dias ao confrontar as versões, o texto das duas diferem muito pouco, exceto por um longo trecho que diz respeito aos jesuítas e que consta apenas na cópia do Instituto. Na versão publicada por Gonçalves Dias, há uma dedicatória ao príncipe D. João, com data de 13 de outubro de 1788, juntamente com duas cartas endereçadas a Martinho de Mello e Castro e ao bispo titular do Algarve e confessor da Rainha, datadas do dia 16 de outubro de 1788.

Todavia, Santos (2014) chama a atenção para um fato interessante: no título da publicação, Barreto é identificado como Capitão de Infantaria do Regimento de Estremoz, posto no qual foi provido em agosto de 1790 – como veremos mais detalhadamente no capítulo denominado *O Plano de Barreto: Um testemunho linguístico* – o que sugere que Gonçalves Dias teve acesso, provavelmente, a um terceiro manuscrito, posterior a 1790, que fez com que ele mantivesse a última graduação de Barreto no título da publicação. Essa é uma questão que, de certa forma, acaba por prejudicar a compreensão de detalhes importantes, pois, conforme defende Brocardo (2006, p. 7) “o passado [...] não deixa senão testemunhos que são sempre parciais relativamente à totalidade dos textos originalmente produzidos, e cuja representatividade, mesmo em termos puramente quantitativos, é sempre impossível de avaliar”.

O manuscrito mais antigo pertence à Biblioteca da Ajuda e data de 23 de novembro de 1789. Essa versão pertenceu, provavelmente, ao próprio D. João, a quem está endereçado; e, assim como na versão pertencente à BPE, que data de 2 de janeiro de 1790, Barreto identifica-se como Tenente Coronel do Regimento da Cavalaria Auxiliar da Bahia, posto que ocupou até 1790, quando foi provido da tropa regular (SANTOS, 2014, p. 243). A carta endereçada a D. João difere muito pouco da que consta no manuscrito da BPE, que foi endereçada ao Bispo de Beja.

Segundo Santos (2014), as duas cópias apresentam os mesmos elementos preliminares da versão impressa, ou seja, a dedicatória a D. João e as cartas a Martinho de Mello e Castro e ao confessor da Rainha. O autor observa que a versão mais longa não está datada e não contém nenhum elemento preliminar, apenas um parágrafo introdutório, que não consta nas outras versões manuscritas. Nessa versão, Barreto é identificado como Capitão de Infantaria. Essa versão, que também aparece transcrita em

um volume encadernado pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa, juntamente com outros textos do século XVIII², tem fortes indícios de ter sido utilizada por Gonçalves Dias para compor a versão impressa, uma vez que corresponde inteiramente à publicação, embora não possua as dedicatórias (SANTOS, 2014, p. 243- 244).

O segundo manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro parece ser uma segunda versão para o príncipe D. João, e apresenta a seguinte observação: “Que foi dedicado ao Sereníssimo Príncipe do Brazil no anno de 1788 e de novo correcto, e accrescentado com melhores advertencias pelo seu mesmo Author”. Barreto é identificado como Capitão de Infantaria do Regimento de Estremoz, e redige uma nova dedicatória ao príncipe, com data de 26 de abril de 1794. Naquele momento, Barreto, provavelmente encontrava-se no reino por conta do requerimento que havia encaminhado à Rainha almejando o ofício de Intendente da Marinha e Armazéns Reais, que acabou não lhe sendo deferido³.

É interessante que a redação do último tem uma data anterior ao contato direto de Barreto com as aldeias e vilas indígenas, fato que não é mencionado no tal requerimento, enviado à Rainha em 1794, em que comenta suas viagens e sua atuação como “civilizador” de índios. Por outro lado, a maioria dos documentos que reuniu para o requerimento como comprovação de seus serviços remonta a 1788, ou seja, época do manuscrito mais antigo (SANTOS, 2014, p. 244).

Considerando que, conforme defendeu Mattos e Silva (2008, p. 18), “ao analisarmos o *corpus* de documentação escrita no Brasil no passado, nos fará falta análise semelhante em documentação do mesmo tipo escrita contemporaneamente em Portugal para, a rigor, chegarmos a conclusões possíveis e adequadas” e tendo em vista as constantes variações temporais que circundam a produção das cópias do manuscrito, das versões que existem em Portugal, optamos pelo manuscrito da BPE, com data de 1790, por ser esta a versão mais recente e que apresenta datação e os elementos preliminares, pelo que poderá nos fornecer dados mais atuais sobre a constituição da língua portuguesa naquele território e que remete a uma época de escassa documentação sistematizada.

Assim, propomos uma edição semidiplomática para fins linguísticos, mas que poderá, também, subsidiar outras pesquisas no âmbito dos estudos das Ciências Sociais

² BNL, cod. 1680. Microfilme MF 4823.

³ AHU/BA, Castro e Almeida, doc. 15794.

e Humanas e da própria Crítica Textual, já que, como afirma Brocardo & Emiliano (2002, p. 273- 274), a edição possui um caráter de provisoriedade que decorrerá não apenas da necessidade de se refazer edições, face aos possíveis avanços de caráter documental, mas também do reconhecimento das constantes questões que norteiam o processo de edição, “com objetivos explícita ou implicitamente definidos, cuja adequação aos estudos linguísticos a desenvolver continuamente deverá ser objeto de reflexão”.

1.2. O TRABALHO DE EDIÇÃO

No Brasil, os estudos filológicos tiveram início no começo do século XX e eram realizados por profissionais e eruditos que não tinham, necessariamente, formação na área de letras. Considerando que os principais estudiosos e editores eram historiadores, seria natural que existissem numerosos trabalhos de edição de textos que tinham como objetivo atingir, igualmente, historiadores.

Sendo historiadores, as edições não tinham como objetivos as questões de análise linguística, o que só viria acontecer por volta dos anos 60; até lá, ainda nos inícios dos anos XX, segundo afirma Telles (1998), as edições críticas de textos se desenvolviam no âmbito das Ciências Sociais. Telles (1998) afirma que, na década de 20, a Crítica Textual se ocupou das reproduções de edições anteriores, o que sugere, diante da quantidade de reprodução de edições de obras literárias, que os trabalhos filológicos estavam voltados para a divulgação literária e de obras de cunho religioso, como as edições das obras completas de Castro Alves e as edições do Padre Augusto Magne da *Demanda do Santo Graal* e de *O Livro de Vita Christi* em língua portuguesa.

Em 1940, ainda segundo Telles (1998), ocorre um período de formação acadêmica dos primeiros filólogos brasileiro. Durante esse período, houve a formação, embora incipiente e deficiente, de pesquisadores nas Faculdades de Filosofia, muitas edições literárias e uma inclusão de diversos trabalhos voltados para a crítica textual nos cursos de Mestrado e Doutorado nos Programas de Pós-graduação em algumas instituições de ensino superior do Brasil. Dessa forma, surge uma *genealogia de editores*, especificamente ligada à Universidade de São Paulo (USP), que incluíam a participação de Segismundo Spina, e de seu seguidor Heitor Megale, que editou *O Pentateuco da Bíblia medieval portuguesa*, em 1992.

Diante desses avanços, surgem na Universidade Federal da Bahia (UFBA), duas vertentes. Uma voltada para o trabalho com manuscritos medievais portugueses, coordenada por Nelson Rosi, que teve como principais expoentes o trabalho de edição do *Livro das Aves*; a edição dos *Diálogos de São Gregório*, elaborada por Rosa Virgínia Mattos e Silva, e a edição do *Flos Sanctorum*, de Américo Venâncio Lopes Machado Filho. Todos os manuscritos usados nesses trabalhos pertenciam à coleção de documentos medievais de Serafim da Silva Neto. A segunda vertente, por sua vez, se ocuparia dos estudos dos textos e manuscritos do poeta baiano Arthur de Sales, coordenada pelo Professor Nilton Vasco da Gama. O desenvolvimento das pesquisas desses grupos contribuiu para a formação de novos filólogos no estado da Bahia.

Telles (1998) também comenta um terceiro período que segue após a criação do *Curso Superior Livre de Crítica Textual* da Biblioteca Nacional. Nesse período, os trabalhos de crítica textual se voltaram para a edição de textos de autores modernos, culminando numa sequência de edições das obras de Machado de Assis. Assim, é criada a *Comissão Machado de Assis*, que estabeleceu critérios comuns para a edição de textos desse autor.

A partir dessa comissão, nota-se uma tendência para a formação de grupos de editores com critérios comuns e estabelecidos para a edição do conjunto de obras que os grupos pretendiam realizar. Sobre esses grupos que estabeleceram critérios comuns para as suas edições, podemos citar o PHPB – Projeto Nacional *Para História do Português Brasileiro*, coordenado por Ataliba de Castilho, da USP.

De acordo com Gomes (2007), os critérios inicialmente selecionados pelo PHPB baseavam-se no conjunto de normas discutidas e estipuladas no *II Seminário para história do português brasileiro*, realizado em Campos do Jordão, em 1998. As dezesseis normas foram idealizadas e discutidas pelos professores César Nardelli Cambraia, da USP; Gilvan Müller de Oliveira, da Universidade Federal de Santa Cruz (UFSC); Heitor Megale (USP), Marcelo Módolo (Mestrando-USP), Permínio Souza Ferreira (UFBA), Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP), Tânia Conceição Freire Lobo (UFBA) e Valdemir Klamt (UFSC). Os critérios foram estabelecidos em plenária, sob a coordenação dos professores Heitor Megale e César Cambraia. Essas normas subsidiam, entre outras áreas, os estudos no âmbito da Linguística Histórica.

Sobre o perfil científico da Linguística Histórica, faz-nos sentido recordar a famosa definição de Labov (1972), a qual diz que a Linguística Histórica é “a arte de fazer o melhor uso dos maus dados”. Nessa perspectiva, o autor afirma que:

Os documentos históricos sobrevivem por acaso, não por desígnio, e a seleção que se pode obter é produto de uma série de acidentes históricos imprevisíveis. As formas linguísticas em tais documentos são frequentemente distintas das formas vernaculares dos seus escritores e, por isso, refletem esforços para dominar um dialeto normativo que jamais foi língua de nenhum falante nativo. Como resultado, muitos documentos estão crivados com os efeitos de hipercorreção, mistura dialetal e erro de escriba. Além disso, os documentos históricos apenas podem fornecer evidências positivas. Evidências negativas sobre o que é agramatical podem apenas ser inferidas das falhas óbvias na distribuição, e, quando os materiais remanescentes são fragmentários, essas falhas são muito provavelmente resultado do acaso. Geralmente, sabe-se muito pouco sobre a posição social dos escritores e não muito mais sobre a estrutura social da comunidade. Embora se saiba o que foi escrito, não se sabe nada sobre o que foi entendido e não há como realizar experimentos controlados sobre compreensão inter-dialetal. O conhecimento do que era distintivo e do que não era é severamente limitado, uma vez que não se pode usar a intuição dos falantes nativos para diferenciar variantes não-distintivas de variantes distintivas. (LABOV, 1994, p. 11)

De fato, os dados do século XVIII são “maus”, visto que são escassos e oferecem muitas lacunas. Porém, segundo Lobo (2009), a citação acima sugere que os dados históricos são considerados pobres comparados aos dados sincrônicos da fala e a ideia de que a Linguística deve ocupar-se primordialmente da fala, sendo esta encarada como manifestação legítima da linguagem.

Sem dúvida, a uma tal visão, pode-se contrapor a ideia de que a escrita é, por si mesma, válida como objeto de investigação linguística, e não apenas como meio de acesso à fala. Tal ideia, por outro lado, também não invalida quaisquer tentativas de aproximação da fala através dos textos escritos remanescentes. Afinal, aquilo a que aspiram os historiadores das línguas é, em última instância, fazer a escrita “falar”. (LOBO, 2009, p. 311)

De acordo com a autora, se a questão dos “filtros” aos quais os dados da escrita podem ser submetidos interessa ao linguista, a este também interessa o fato de que o mesmo problema coloca-se na análise da fala. Se o desenvolvimento de métodos que permitam “limpar” os textos de problemas – como hipercorreção, mistura dialetal e erros de escriba – compete ao linguista historiador da língua, o mesmo deve acontecer

com a análise de dados sincrônicos contemporâneos de fala ao lidar com a hipercorreção, a mistura dialetal e os acidentes de *performance*. Isso indica que a escolha dos artifícios metodológicos deve ser uma preocupação tanto para o historiador da língua, quanto para o linguista que se interessa pelos dados sincrônicos da fala.

Considerando a afirmação de Labov sobre o fato de que “sabe-se muito pouco sobre a posição social dos escritores e não muito mais sobre a estrutura social da comunidade”, a edição de textos para integrar uma amostra linguística de qualquer sincronia do passado, consoante Lobo (2009), não pode estar limitada à Crítica Textual *stricto sensu*. Tal tarefa exige do linguista-filólogo “a reconstrução da estrutura social da comunidade ‘de fala’ e a identificação da posição social dos que escreveram no passado” (LOBO, 2009, p. 312). Sendo a transformação do texto em fonte linguística, tal qual defende Emiliano (2003), consequência de um conveniente trabalho de processamento e interrogação, não basta a edição dos textos escritos no Brasil para que estes possam ser considerados representativos de um português brasileiro; assim, faz-se necessário saber “quem” os escreveu, já que, “no Brasil do passado, a pena esteve nas mãos de portugueses, ‘brancos’⁴ brasileiros, africanos, índios e imigrantes – todos, com maior ou menor perícia, escrevendo em português” (LOBO, 2009, p. 312).

A edição de textos, portanto, especialmente de um documento como o *Plano*, pode oferecer um contributo importante para a sócio-história da língua portuguesa no Brasil, aquando das possibilidades de se reconstruir uma história da língua portuguesa no Brasil que nos permita apresentar e explorar fontes documentais para uma análise que priorize uma história social da linguagem.

1.2.1. A opção pela edição semidiplomática

Uma vez que uma das preocupações desta pesquisa é fornecer fontes confiáveis – dada a escassez bibliográfica de documentos do século XVIII – para estudiosos das Ciências da Linguagem, mas, também, para outros estudiosos das Ciências Sociais e Humanas, a escolha do tipo de edição apresenta-se como um ponto de suma importância.

⁴ O uso das aspas é indicado por Darcy Ribeiro (1995 *apud* LOBO, 2009) para referenciar a origem mestiça dos brancos nascidos no Brasil. Seriam em sua maioria, até o século XVIII, mamelucos e, a partir do século XIX, predominantemente pardos ou mulatos.

Cambraia (2005, p. 110) afirma que “cada tipo de edição atende a uma finalidade e as normas devem possibilitar a satisfação de finalidade da edição”; assim, um texto pode merecer vários tipos de edição. Para tal, uma série de procedimentos devem ser adotados e estes devem estar vinculados aos fins a que se destina a pesquisa. Desse modo, um linguista que pretenda utilizar qualquer documento histórico, em suas análises, deve estar atento se a edição que disponibilizará sobre o texto que pretende observar oferece uma transcrição adequada ao tipo de análise.

Uma edição interpretativa, por exemplo, estaria, talvez, mais adequada a estudos não especificamente linguísticos, assim como uma edição diplomática, provavelmente, melhor se adequaria à observação de valores fônicos ou morfológicos. Sendo assim, de acordo com Cambraia (2005), existem duas diferenças básicas entre os tipos de edição: as *edições gerais*⁵, que variam de acordo com o material, a qualidade, o suporte, o sistema de registro, a integridade do texto, etc; e os *tipos fundamentais de edição*⁶. A escolha do tipo de edição dependerá, segundo o autor, de dois aspectos principais: se há edições anteriores àquela que se propõe realizar e o público-alvo que se espera atingir.

No nosso caso, existe uma edição supostamente crítica feita por Gonçalves Dias, como referimos anteriormente, com problemas que comprometem a compreensão do documento. Dessa forma, propor uma edição que viabilize os estudos linguísticos e outras áreas das Ciências Humanas e Sociais torna-se relevante, pois, segundo Cambraia (2005, p. 90), “a importância de se pensar no público-alvo está no fato de que dificilmente uma mesma edição é adequada para todo tipo de público, pois são diferentes seus interesses”.

Sendo o público-alvo abrangente e conscientes da importância que o documento representa para a história social e linguística da formação da sociedade brasileira, optou-se pela edição semidiplomática por ser esta um tipo de edição com um grau de interferência médio, onde “realizam-se modificações para torna mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais, tais como os sinais abreviativos” (CAMBRAIA, 2005, p. 95). A edição semidiplomática, segundo Spina (1921), pode também ser denominada de diplomático-interpretativa por entender

⁵ Emprega-se mais em edições de documentos literários. Exemplos: de bolso, compacta, popular, de luxo, limitada, comemorativa, integral, abreviada, autorizada, clandestina, etc. (SCHREINER, 2007, p. 22)

⁶ São edições que tratam da forma como se estabelece o texto. Exemplos: a fac-similar ou mecânica (reprodução como fotografia, ou xerografia), a diplomática (reprodução fiel do documento original, em que se preserva a grafia, sinais, lacunas, abreviações etc), a semidiplomática, a interpretativa, a genética, a crítica, etc. (SCHREINER, 2007, p. 22)

que a eliminação das dificuldades paleográfica, desenvolvimento de abreviaturas e inserção de palavras ou letras já constitui um tipo de interpretação, embora ainda apresente um perfil conservador.

Portanto, a escolha pela edição semidiplomática fundamenta-se no fato de que este tipo de edição auxilia na aproximação do leitor com o texto, torna a leitura facilitada e pode ser utilizado por linguistas, historiadores e para aqueles que procuram nas transcrições uma maior confiabilidade do foi escrito originalmente. No entanto, é importante lembrar que, tal qual afirma Brocardo (2006, p. 25), uma edição não substitui o manuscrito⁷.

1.2.1.1. Critérios utilizados

Tendo justificado a escolha pelo tipo de edição a ser empregado, a seguir, apresentam-se as normas de transcrição. A base normativa foi extraída das *Normas de Edição do PHPB* (2010), com algumas adaptações baseadas em Brocardo (2006).

A transcrição será conservadora. Conservam-se as grafias do manuscrito, incluindo as vogais geminadas, etimológicas ou não, e a alternância entre <i>, “i longo”, transcrito como <j>, e <y> para representar vogal ou semivogal.

2. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se - em *itálico* - as letras omitidas e observando-se os seguintes casos:

- a) A norma não se aplica às abreviaturas hoje em uso corrente ou fixadas em dicionários.
- b) Respeitar, sempre que possível, a grafia do documento, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba.
- c) Não se desenvolve o sinal de abreviatura (ou “til”) quando este pode ser interpretado com marca de nasalidade de uma vogal. São conservadas ainda as ocorrências deste sinal em contextos em que o mesmo poderia ser considerado redundante, bem como a sua aparente omissão.

3. As palavras são, em geral, separadas ou unidas de acordo com a norma atual.

⁷ “A realidade paleográfica dos manuscritos é necessariamente violentada pela intervenção manipuladora do editor (por isso o paleógrafo, ao contrário do linguista, tem sempre como objeto de trabalho o próprio manuscrito).” (MARTINS, 2001, p. 43 *apud* BROCARD, 2006, p. 25)

a) Serão mantidos os contextos dos clíticos, que geralmente ocorrem unidos ao verbo ou a outro pronome, assim como os demonstrativos *aquelle*, *daquelle* e *naquelle*, que ocorrem, regularmente, separados.

4. A pontuação original será mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba será marcado [espaço].

a) A sinalização [espaço] não se aplica aos espaços em cabeçalhos, títulos e/ou rótulos de seções de periódicos, fórmulas de saudação/encerramento ou na reprodução de diálogos, devendo o editor estabelecer o intervalo conforme o original.

5. A acentuação original será mantida.

6. Os sinais de separação de sílaba ou de linha, usados pelos autores dos diversos documentos, serão mantidos como no original.

6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original.

7. Inserções do escriba ou do copista, para não conferir à mancha gráfica um aspecto demasiado denso, obedecem aos seguintes critérios:

a) Se na entrelinha do documento original, entram na edição em alinhamento normal e entre os sinais: < >; <↑>, se na entrelinha superior; <↓>, se na entrelinha inferior.

b) Se nas margens superior, laterais ou inferior, entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada

8. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer em nota de rodapé informando-se a localização. Exemplos, “Nota 1: À direita do título encontra-se escrito por outro punho: ‘copiado’”; “Nota 2: Na margem inferior encontra-se escrito por outro punho: ‘página 18’”; “Nota 3: Na margem superior encontra-se o carimbado ‘Arquivo Nacional’”.

9. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade.

10. Letra ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [...] para letras, [ilegível] para vocábulos e [ilegível. + n linhas] para a extensão de trechos maiores.

12. Letra ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [?] para letras, [inint.] para vocábulos e [inint. + n linhas] para a extensão de trechos maiores.

13. A divisão das linhas do documento original se dará pela marca de uma barra vertical entre as linhas < | >. A mudança de parágrafo será indicada pela marca de duas barras verticais < || >.

14. O fólio ou página receberá a marcação entre colchetes com o respectivo número e indicação de frente ou verso.

15. A mudança de fólio será assinalada com um duplo traço oblíquo < // >.

16. As assinaturas e rubricas serão transcritas em tipo cheio.

17. Títulos e citações serão transcritos em letra cheia.

1.2.2. Método de descrição dos aspectos paleográficos

O método utilizado para descrição dos aspectos paleográficos é baseado em Cambraia (2005) e aborda os seguintes aspectos:

a) classificação da escrita, localização e datação;

b) descrição sucinta de características da escrita, a saber: a *morfologia das letras* (sua forma), o seu *traçado* ou *ductus* (ordem de sucessão e sentido dos traços de uma letra), o *ângulo* (relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita), o *módulo* (dimensão das letras em termos de pauta), e o *peso* (relação entre traços finos e grossos de uma letra);

c) descrição sucinta dos sistemas de sinais abreviativos empregados na referida escrita;

d) descrição dos outros elementos não-alfabéticos existentes e de seu valor geral: diacríticos, sinais de pontuação, separação vocabular intralinear e translinear, etc.;

e) descrição de pontos de dificuldade na leitura e as soluções adotadas.

Segunda Parte

História da produção do *Plano Sobre a
Civilização dos Índios*

Sobre a história do português brasileiro

Ivo Castro (2007, p. 24), em conferência dada no *Institut d'Estudis Catalans*, em Barcelona, afirmou que “a separação estrutural entre a língua de Portugal e do Brasil é um fenômeno lento e de águas profundas, que é fácil, e, a muitos, desejável não observar”. Em contrapartida, Mattos e Silva (2008), mediante tal consideração, defende que a separação mencionada pelo historiador de língua portuguesa da Universidade de Lisboa é objeto de especial atenção e, de fato, nem sempre simples de estudar; no entanto, é provável que sejam, na verdade e ao contrário do que pensam os defensores da unidade lusófona, poucos os que não se interessem por tal fenômeno, pelo que “vem sendo uma empresa de muitas décadas e de muitos estudiosos”.

A discussão sobre estatuto que a língua portuguesa deveria ter no Brasil remonta a 1823, quando tínhamos, por ocasião da Assembleia Constituinte, pelo menos três formações discursivas: uma que propunha a língua brasileira; uma que estava ao lado de uma língua considerada padrão; e uma última formação discursiva jurídica que decidia pela língua legitimada – a portuguesa. A Constituição outorgada por D. Pedro, no mesmo ano, decidiu que a língua que se falava no Brasil era, portanto, a língua portuguesa.

Atualmente, a questão tem tomado uma proporção maior; embora não seja simples, sabemos que o PB é muito diferente do português europeu (doravante, PE). Ainda que, para alguns, a problemática esteja sendo levada aos extremos, é fato que, ao falarmos da língua portuguesa no Brasil, estamos lidando com uma realidade linguística cada vez mais complexa, dado que o PB falado nas camadas populares está cada vez mais distante da realidade linguística do PE, o que sugere a muitos que, talvez, estejamos beirando uma diferenciação linguística, a ponto de se falar em uma *língua brasileira*.

Para linguistas e filólogos a discussão se faz cada vez mais pertinente quando consideramos as diferenças entre os usos linguísticos, português e brasileiro, que estão se acentuando com o decorrer do tempo, o que ultrapassa a ideia simplista de nacionalismo. Essas diferenças nos usos linguísticos favoreceram o uso de termos como

português brasileiro e português europeu, conferindo, a cada uma das modalidades, um grau de identidade que acaba por diferenciar essas duas realidades linguísticas.

Para Tarallo (1997), um dos grandes problemas nesta questão é a norma padrão do português, tomada como parâmetro. Segundo o autor, o PE não apresenta uma ruptura tão profunda entre a norma gramatical e os usos; por outro lado, no Brasil, nem mesmo as falas cultas refletem a norma padrão do português, defendida pelas gramáticas tradicionais. Corroborar com Tarallo (1997) a afirmação de Castro (2007, p.3) ao dizer que a questão da diversidade linguística, em Portugal, não se apresenta de forma tão aguda.

De acordo com Castro (2007, p. 3), apesar de existir, em Portugal, país com uma sociedade não absolutamente homogênea, um novo tipo de contraste entre as terras do interior e a beira-mar, há a movimentação de uma língua, em intermitências desde o Minho até o Algarve, que nasce no Norte e avança para o Sul com o deslocamento das pessoas e a expansão do território; que se adapta, se transforma, regressa às terras de origem e as moderniza. Porém, como resultado dessa adequação entre língua, sociedade e território, temos o monolinguismo e aquilo que Castro (2007, p. 4-5) chama de *débil dialectalismo*. Dito de outro modo, Portugal é, então, um país quase monolíngue, com uma diferenciação dialetal muito tênue; e isso pode ser observado no próprio ensino da língua para os estrangeiros em Portugal.

O multilinguismo, no entanto, fez e faz parte da constituição da história da língua portuguesa no Brasil. Embora muitos acreditem que se fale, no Brasil, apenas a variedade brasileira do português, há uma diversidade de línguas orais no território e essa realidade é, infelizmente, desconhecida até mesmo pelos próprios brasileiros. Essa condição talvez esteja mais próxima de países como a Espanha, mas, conforme consta em Castro (2007), não é um elemento contrastante em Portugal, que, como dito, apesar do caso mirandês, apresenta uma situação quase monolíngue.

Nesse contexto, há especial destaque para a questão das línguas indígenas⁸. Falamos de aproximadamente 180 línguas indígenas, e poucas delas, vale ressaltar,

⁸ Quanto às línguas indígenas brasileiras, Alencastro (2000) diz que é necessária muita pesquisa científica e ações sociais para evitar o desaparecimento das ainda existentes. Hoje são apenas aproximadamente 180, mas estas são apenas 15% das mais de mil línguas que se calcula terem existido aqui na época em que os portugueses chegaram, em 1500. Podemos citar como exemplo o Tupí-Guaraní, no Amapá e norte do Pará, o Aruak, no oeste e leste da Amazônia, o Karib, ao norte do rio Amazonas, entre outras. Existem mais povos indígenas do que línguas. São 221 povos, ou seja, 160 mil índios, que falam 180 línguas. A

foram profundamente estudadas. Segundo Aryon Rodrigues (1997), sobre as línguas indígenas no Brasil, há dois grandes troncos – o Tupi e o Macro-Jê – e mais 19 famílias linguísticas que não apresentam similitudes suficientes para serem agrupadas em troncos. Também existem, ainda dentro da realidade linguística indígena, as *línguas isoladas*, assim denominadas por não se parecerem com nenhuma outra língua conhecida. Muitos indígenas falam ou entendem mais de uma língua, mas é possível, também, encontrar numa mesma aldeia pessoas que só falam a língua indígena, outros que só falam o Português e outros que são multilíngues.

O multilinguismo no Brasil, portanto, nem sempre envolve línguas da mesma família, mas está na base para a compreensão do panorama linguístico do PB. Aquando do início da colonização e dos primeiros contatos com os índios da costa brasileira, sabe-se que a língua portuguesa, ao chegar ao território brasileiro, entrou em contato com línguas e dialetos indígenas das tribos que habitavam o litoral, principalmente com os Tupinambás e os Tupiniquins. Nesta situação de contato linguístico, o português atuou como língua de superestrato, como uma camada superposta às línguas indígenas, que segundo Câmara Jr. (1975), modificou especialmente a fonologia Tupi.

Desse modo, o que se falou na colônia, até o século XVIII, era a *Língua Geral*, uma língua fruto do contato entre os portugueses e os índios, com base gramatical Tupi e, possivelmente, com alguns empréstimos do léxico português, ou seja, uma espécie de língua franca. Embora o termo *língua geral* careça de maiores investigações, como defende Mattos e Silva, sabe-se que, pelo menos, duas línguas gerais foram desenvolvidas no território brasileiro: a *Língua Geral Paulista* ou do sul, que teria uma base Tupiniquim, e a *Língua Geral Amazônica*, de base Tupinambá.

Nesse contexto de contato linguístico, também devemos destacar a inserção do elemento africano, que se inicia nos princípios do século XVIII, quando se intensifica o tráfico de escravos. Os negros que vieram para o Brasil eram de origem étnica e linguística variada, sobretudo Bântu e Benue-kwa, e isso favoreceu a perda da unidade linguística desses grupos. Segundo Câmara Jr. (1975), a situação linguística dos negros e escravos no Brasil se dá em dois sentidos: no desenvolvimento de um português crioulo, dada a integração dos negros escravos à sociedade branca; e na adaptação que

política de implantação da língua portuguesa no Brasil se dá com a saída da Companhia de Jesus do Brasil e com o processo de constituição do PB, a partir de 1758.

os negros escravos no Brasil tiveram ao uso da *língua geral* indígena, o que acabou por estimular seu uso. Essa situação de contato permaneceu até meados do século XVIII.

Desse modo, estudar a história da língua portuguesa é recuperar a dimensão desse contato que existiu entre africanos, portugueses e os indígenas; sem isso, estariam sendo perpetuados os esquecimentos⁹, de que fala Bessa-Freire (2008), sobre a suposta “vitória da língua portuguesa”¹⁰ que, conforme defendeu Silva Neto (1985, p. 61).

O que tivemos no Brasil foi uma verdadeira *Babel*, tamanha a diversidade linguística. Uma *Babel* que pode ser sentida nas diferenças estruturais mencionadas por Castro (2007), mas que não pode ser explicada simplesmente na dualidade “língua rica” *versus* “língua pobre”, presente na perspectiva de Silva Neto, que, além de ignorar o contexto das políticas de língua da Coroa portuguesa, não tem qualquer justificativa linguística. Essa diversidade linguística – encarada, durante muito tempo, como um erro – está pautada, inclusive, na própria diversidade social que constituiu, e constitui a sociedade brasileira.

Apesar das grandes contribuições que Silva Neto apresenta com relação aos primeiros estudos sobre a formação do português brasileiro e sobre a questão do contato linguístico, a noção de “vitória” de uma língua sobre a outra, aliada às teses de unidade e conservadorismo, não dão conta, unicamente, de uma reconstrução da história do português no Brasil e não preenchem todas as lacunas que, ainda hoje, pairam em volta da problemática. Para tanto, faz-se necessário considerar outros elementos nesse percurso de constituição histórica; o que pede, em muitos momentos, uma reflexão transdisciplinar.

Diante do exposto, vemos que, assim como afirma Câmara Jr. (1975), o Brasil e Portugal tiveram evoluções linguísticas próprias e suas diferenças estão pautadas em contingências sócio-históricas distintas, uma vez que são territórios distintos e separados; no entanto, percebemos que, desde o início, tem havido condições, no Brasil,

⁹ O primeiro esquecimento contribuiu para a construção de uma unidade territorial e política da nação brasileira, como se ela já estivesse pronta desde 1500, quando sabemos que Portugal, da mesma forma que a Espanha, manteve mais de um estado na América. Portugal criou dois estados: o Estado do Brasil e Estado do Maranhão e do Grão-Pará. Cada um com seus governadores, legislação própria, dinâmica histórica própria. [...] O outro esquecimento organizado é aquele que construiu uma unidade linguística com base no português como se, desde 1500, essa fosse a única língua falada pelos brasileiros. Quer dizer, em um passe de mágica, a simples chegada de Cabral funcionou como a descida do Espírito Santo em forma de língua de fogo, e todo mundo começou a falar português, já que se ignorou a existência das línguas indígenas. [...] Mas isso também não é discutido nas escolas (BESSA-FREIRA, referência)

¹⁰ Cf. Serafim da Silva Neto (1976, 1978, 1988), Gladstone Chaves de Melo (1975) e Sílvia Elia (1979, 1998).

para uma vida linguística própria e, por consequência, uma história linguística própria. Para Mattos e Silva (1998a), a reconstrução e elaboração da história do PB perpassam pela necessidade de:

reconstituir uma história social lingüística do Brasil: uma sociolingüística histórica (ou sócio-história lingüística) e uma história lingüística, ou seja, a história das mudanças lingüísticas que fizeram e fazem o português brasileiro apresentar as características que tem, o seu perfil próprio, a sua gramática (MATTOS E SILVA, 1998a, p. 39).

Nesse sentido, a contribuição da História Social tem muito a acrescentar, já que existe a necessidade de se fazer uma história social das línguas com foco em sua história externa, seus usos e funções; assim, nesse labor, é essencial o trabalho com a documentação histórica. Dessa forma, a escrita de uma história social da Língua Portuguesa no Brasil, para a Linguística brasileira, possibilitará a abertura de novas pesquisas que lancem novos olhares sobre o perfil multifacetado do português do Brasil e trará elementos para a construção de uma história própria do PB.

Dado o marco temporal que abrange o *Plano Sobre a Civilização dos Índios*, acreditamos que a “história externa” que pode contribuir com os estudos sobre as origens linguísticas do PB e abrir espaço para respostas sobre o processo de estabelecimento do português como língua dominante de cultura a partir dos últimos anos do século XVIII.

Neste capítulo, portanto, apresentaremos o contributo do *novo paradigma* para os estudos linguísticos e dados sobre a formação sócio-histórica do PB.

2.1. A LINGUÍSTICA E O NOVO PARADIGMA

Mattos e Silva, sobre os *Fatores sócio-históricos condicionantes na formação da língua brasileira*, afirma que, desde a primeira metade do século XX, a questão da formação do português brasileiro é interesse não apenas de filólogos e linguistas, mas também de cientistas sociais. Esse interesse sempre existiu por parte de alguns estudiosos do fenômeno linguístico que, paralelamente aos estudos de Linguística Histórica e de Filologia, acreditavam que seus objetos de estudos mantinham fortes relações com os objetos da Sociologia e História (SOUZA, GOMES E ABREU, 2009, p. 227).

O diálogo da Linguística com outras áreas das Ciências Humanas e Sociais pode render resultados muito positivos, aquando da sua natureza interdisciplinar, possibilitando que olhares de outras áreas contribuam para a elaboração de respostas para os pontos lacunosos que circundam os estudos linguísticos. O grande problema que reside, porém, nas pesquisas das Ciências Humanas é que, segundo o Abreu (2011), na tentativa de respeitar os limites éticos entre elas, houve uma fragmentação decorrente de uma profunda especialização.

Foi, inclusive, a Linguística que emprestou o seu modelo metodológico estruturalista às demais ciências, o que consolidou o seu estatuto de ciência do conhecimento; no entanto, essa metodologia baseada no modelo estruturalista estabeleceu um limite muito rígido no que diz respeito à interferência de outras ciências no seu objeto de estudo e causou um movimento de distanciamento dos estudos linguísticos em relação a outros campos.

A menos que revele as operações de construção do objeto pelas quais foi fundada e as condições sociais da produção e da circulação de seus conceitos fundamentais, a sociologia não poderá escapar a todas as formas de dominação que a linguística e seus conceitos exercem ainda hoje sobre as ciências sociais. A facilidade com que o modelo linguístico é transportado ao terreno da etnologia e da sociologia se deve ao fato de ter se conferido à linguística o essencial, isto é, a filosofia intelectualista que faz da linguagem um objeto de eleição mais do que um instrumento de ação e poder. (BOURDIEU, 2008, p. 23).

Sobre essa questão, Borges Neto (2014) aborda o *pluralismo teórico* presente na própria trajetória histórica da Linguística, com vieses como, por exemplo, no Estruturalismo europeu, no Estruturalismo Americano, no Gerativismo, no Funcionalismo, na Sociolinguística, na Psicolinguística, na Análise do discurso, na Linguística textual, na Linguística aplicada, na Linguística histórica, dentre tantos outros.

O problema que se coloca aqui é basicamente metodológico: é possível abordar a linguagem humana de todas as perspectivas simultaneamente? Creio que não. É necessário, pois, privilegiar um enfoque, ignorando – ao menos temporariamente – todos os outros. Assim, se por uma razão, uma abordagem sociologizante da linguagem me parece mais interessante e frutífera, fatalmente deixarei de lado abordagens logicizantes ou psicologizantes. E isso se dará em todos os casos. (BORGES NETO, 2004, 69).

O *discurso de conectividade* “é o local para qual deverão migrar todos os pesquisadores das Ciências Humanas, sob pena de assistirem ao gradual desgaste e fragilização da sua ‘especialidade’ e, por fim, como afirmam os radicais, à morte da respectiva ciência” (ABREU, 2011, p.22). A Linguística, apesar de ser uma das áreas que apresenta muita resistência com relação a estas mudanças de paradigmas, através da Linguística Histórica, por sua interface interdisciplinar, tem apresentado um percurso promissor no que tange às novas perspectivas. Atualmente, no âmbito dos processos de investigação da constituição histórica do português brasileiro, os estudos linguísticos recentes buscam, de forma intensa, uma complementação das análises da história interna da língua portuguesa através das análises da história social da linguagem (SOUZA; GOMES; ABREU, 2009, p. 227).

Tal diálogo é muito possível com aquilo que Burke (2002) denomina de *Teoria Social*. Essa nova perspectiva propõe um elo entre os cientistas sociais (sociólogos, linguistas, antropólogos, historiadores, etc.) de forma que exista uma conexão entre essas disciplinas capaz de ser alvo de novas pesquisas. Tal atitude eliminaria o que Burke (2002 *apud* ABREU, 2011) chama de “diálogo do surdo”, que, nas palavras de Abreu (2011) é “um ambiente de animosidade no qual os cientistas menosprezam o fazer intelectual do outro gerando o que Burke denominou de ‘paroquialismo’” (p. 16).

Propor uma História Social da Linguagem, segundo Bessa-Freire (2008), ainda é muito difícil, uma vez que os linguistas, sem as ferramentas do historiador, não entram nos arquivos; por outro lado, os historiadores não recebem uma formação teórica que lhes dê respaldo para trabalhar o tema. Diante disso, Porter (1993, p.13), afirma que “a linguagem é tão íntima da existência que tem sido, há muito, negligenciada pelos historiadores [...]”. Daí, a necessidade de uma História da Linguagem feita por linguistas, e não por historiadores, como atesta a afirmação muito pertinente de Oliveira (2001) acerca da epígrafe *A História que eu precisaria para o meu trabalho muitas vezes não existe*, de Bordieu, e sobre a dificuldade de se fazer Linguística Diacrônica sem uma História que dê conta das questões linguísticas:

Essa epígrafe aponta para uma percepção freqüente entre aqueles que trabalham com Linguística Diacrônica. O fato de “essa história não existir” tem sido responsável pelo pouco sucesso de um dos mais célebres empreendimentos das disciplinas da linguagem: a explicação da mudança lingüística concomitantemente por fatores internos e externos ao sistema lingüístico. O insucesso desse empreendimento

decorre, entre outras coisas, da tentativa de ligar dois quadros já dados: o quadro da História e o quadro da Linguística, cada um deles gerado autonomamente, com interesses específicos e metodologias próprias de trabalho. É nesse sentido que a epígrafe de Bourdieu se refere à História: em nenhum lugar, de fato, estará a História pronta, esperando a mão do linguista para colhê-la. Essa história terá que ser escrita pelo próprio linguista concomitantemente aos seus estudos linguísticos. Escrever essa história implica aprender a historicizar os conceitos que utilizamos, implica desenvolver modos de historicizar o nosso fazer disciplinar. (OLIVEIRA, 2001, p. 401).

Nesse ínterim, Orlandi (2006) reforça o pensamento de Oliveira (2001) e atenta para responsabilidade e legitimidade em se fazer uma História das Ideias Linguísticas amparada em conceitos que não estão de posse do historiador comum e que são capazes de analisar fenômenos linguísticos. Para a autora, a elaboração de uma História das Ideias Linguísticas permitirá trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil antes da Linguística e trabalhar a ciência da linguagem a partir da especificidade do olhar interno de especialistas. Sendo uma história que não partiria do olhar externo de historiadores, mas de especialistas da linguagem, seria possível “avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua”. (ORLANDI, 2006, p. 16).

Desse modo, esta pesquisa centra-se na proposta do *novo paradigma* que, “ao contrário do que muitos pensam, não se declara holístico, mas sim passível de mesclar suas análises às respostas dadas por outros campos do saber, de forma a contribuir para uma compreensão mais completa do nosso objeto” (ABREU, 2011, p. 27). Acreditamos que esta nova perspectiva é capaz de aliar os estudos dos aspectos sócio-históricos do português do século XVIII, contexto de produção do nosso documento, à interpretação dos cenários linguísticos que se formaram no Brasil e que foram responsáveis pela feição que a língua portuguesa apresenta, hoje, nesse território.

Assim, tendo em vista a contribuição para uma História das Línguas feita pelos estudiosos da linguagem, procuraremos adotar o perfil do novo pesquisador, defendido por Abreu (2011): o historiador linguista.

2.2. A SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E A DOCUMENTAÇÃO REMANESCENTE

Em 1985, segundo Houaiss, não preenchíamos os requisitos da pesquisa e conhecimento com que se possa elaborar uma história da língua portuguesa no Brasil (p. 127 e 128). O autor, então, propôs quatro vias de pesquisas que pudessem viabilizar a construção de uma história da língua portuguesa:

1. a do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e negros) dos inícios da colonização, levantamentos já em curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá; 2. o mapeamento confiável da dialectologia brasileira; 3. o incremento da dialectologia vertical em tantos quanto possíveis grandes centros urbanos e focos rurais antigos, a fim de se poder ver a influência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; 4. a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, não numa leitura estética, mas essencialmente linguística.

Desde meados da década de 1980, porém, a meados de 1990, *no I Seminário Para a História do Português Brasileiro*, segundo Lobo (2009), criaram-se condições favoráveis para suprir a lacuna da história da língua portuguesa no Brasil, exposta por Houaiss. A segunda metade da década de 1990 é caracterizada por Lobo (2009, p. 307) como uma etapa inaugural nos estudos históricos-diacrônicos do português brasileiro, mas, também, como uma fase de laboriosa tarefa para a construção de uma filologia de textos escritos no Brasil, “ponto de partida incontornável para a descrição e análise das mudanças linguísticas que foram configurando o PB”.

O fato de o português brasileiro ter-se formado em contexto de contato lingüístico aumentava a complexidade da tarefa, indicando que a arquitetura de um *corpus* lingüístico ideal deveria abranger não só textos de tipologia diversa, seriados cronologicamente, mas também integrantes de distintos *sub-corpora*, que permitissem conhecer: SUB-CORPUS 1: as variedades do português europeu transplantadas no período colonial e pós-colonial para o Brasil; SUB-CORPUS 2: as variedades do português falado como segunda língua pelos aloglotas – índios, africanos e imigrantes; SUB-CORPUS 3: as variedades do português brasileiro que se foram constituindo e configurando, nos termos propostos por Lucchesi (1994), a polarização e a pluralidade sociolingüística da realidade brasileira contemporânea; tais variedades definem, por um lado, o pólo das normas cultas – supostamente mais unitárias e descendentes diretas do português europeu – e, por outro, o pólo das normas vernáculas ou populares – supostamente mais diversificadas e descendentes diretas do português falado como segunda língua. (LOBO, 2009, p. 308)

Com a definição das agendas do PHPB, em 1997, “torna-se patente a necessidade de superação de uma perspectiva generalizante na abordagem da história linguística brasileira e de investimento nas histórias linguísticas [...], a fim de abarcar aspectos diversos e particulares do multifacetado quadro linguístico brasileiro” (LOBO, 2009, p. 307). Nesse sentido, as agendas do PHPB contemplam três campos, são eles:

- a) constituição de *corpora* diacrônicos de documentos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XVI;
- b) estudos de mudanças linguísticas depreendidas na análise dos *corpora* constituídos e;
- c) reconstrução da história social linguística do Brasil.

Como notamos, a proposta de *reconstrução da história social linguística do Brasil* constituía-se como um aspecto a ser priorizado no âmbito da complexa história do português brasileiro. No *III Seminário do Projeto Para a História do Português Brasileiro*, Mattos e Silva (2002) afirma que, para o processo de reconstrução da sócio-história linguística brasileira, é necessário levar em consideração o multilinguismo na difusão da língua portuguesa no país, considerando cada área geográfica e o processo de escolarização do povo brasileiro, sua face culta e face popular (MATTOS E SILVA, 2002a, p. 461 *apud* SANTIAGO, 2013). Dentre as sugestões apresentadas em sua pauta de pesquisa para o PHPB, destacam-se três:

1. para a reconstrução do passado do *português brasileiro culto*, pesquisar em *corpora* do português europeu contemporâneo e da mesma natureza dos nossos *corpora* os fatos lingüísticos gramaticais que forem selecionados;
2. para a reconstrução do passado do *português popular brasileiro*, pesquisar no espaço brasileiro as variedades conviventes hoje sobretudo as dos não escolarizados das diversificadas áreas rurais do Brasil;
3. reconstruir, detalhadamente e com a precisão possível, a sócio-história linguística das diversas áreas brasileiras cobertas pelo Projeto, considerando as línguas que aí estiveram em contacto, os movimentos demográficos, a ausência/presença da escolarização e, conseqüentemente da escrita, como elemento normatizador.

Tendo em conta a necessidade que a Linguística brasileira tem de desenvolver um programa que consiga dar conta da constituição histórica do português do Brasil,

foram propostos, então, quatro campos de pesquisa, que estão interligados entre si. Na prática, esses campos deverão ser desenvolvidos de forma autônoma, uma vez que possuem metodologias próprias e dialogam com outras ciências.

- (a) O campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil;
- (b) O campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica;
- (c) O campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro;
- (d) O campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro.

Assim, a reconstrução histórica do português brasileiro se movimentará na recuperação da história social e linguística do Brasil e, para que essa história seja recuperada, teremos de ter um conjunto significativo de documentação que represente desde os estilos mais informais até os mais formais, a fim de captar as normas vernáculas e as normas cultas (LUCCHESI, 1994, p. 19 *apud* JESUS; OLIVEIRA, 2012, p. 1945).

Retomando aos campos propostos por Mattos e Silva, destacamos, dentre eles, o **campo (a)**:

O campo (a) se moverá fundado na história social do Brasil. Dos quatro, será aquele em que o historiador da língua estará mais próximo do historiador *tout court*. Entrevejo duas vertentes nessa reconstrução. Aproveitando a formulação de Antônio Houaiss, são elas: uma referente à recuperação da articulação entre fatos de ocupação territorial, fatos das sucessivas distribuições demográfico-linguísticas e fatos das prevalências e desaparecimento das línguas que prevêm, ainda segundo Houaiss, a via do levantamentos diretos e indiretos sobre todos os processos languageiros havidos a partir (e mesmo antes para os indígenas e negros) dos inícios da colonização. A outra será a reconstrução da história da escolarização no Brasil, que Houaiss formula como a penetração da língua escrita, fator fundamental para a compreensão da polarização entre normas vernáculas e normas cultas do português brasileiro. Essa segunda vertente prevê a recuperação de políticas linguísticas havidas ao longo da história do Brasil [...] (MATTOS E SILVA, 2004, p. 59).

Este campo, na perspectiva da autora, se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil. Considerando essa, esta pesquisa, para além da edição, tem

uma clara inserção no campo (a). No nosso caso, abordaremos o período que corresponde à segunda metade século XVIII, período em que a política pombalina delega a “missão de civilizar” a outras pessoas, como é o caso do militar Domingos Barreto.

Assim, tomamos como ponto inicial a proposta de Mattos e Silva (2001, p. 298-299), que, a partir de fontes e estudos sobre a configuração social brasileira, ao tratar sobre a formação do PB no período colonial, defende que os atores fundamentais no contexto de multilinguismo/ multidialetalismo foram o *português europeu*, as *línguas gerais indígenas* e o *português geral brasileiro*. Em abordagem sócio-histórica do estudo da constituição da língua portuguesa em território brasileiro, a autora mostra a participação do contingente indígena nesse processo.

A participação indígena é pouco explorada e também muito desconhecida, dado que muito embora se tenha, incansavelmente, investigado sobre os processos de interação social e linguística no Brasil, pouco se tem dedicado aos estudos sobre a participação dos índios na configuração do PB. Desse modo, é necessário que se busque evidências que permitam rastrear, ainda que a partir de meios indiretos, o antecessor das vertentes populares (sobretudo a vertente indígena), fundamentais para a compreensão da atual realidade sociolinguística do PB.

O encontro nada harmonioso ocorrido, desde os primeiros séculos de colonização, entre a língua de dominação e as diversas línguas do território brasileiro, tornou o Brasil, que já era detentor de um multilinguismo generalizado, ainda mais linguisticamente diversificado, o que fez com que surgisse, com a chegada dos novos grupos étnicos, uma nova configuração. Mattos e Silva (2001, p. 298-299) especifica esse quadro e atribui ao PB, duas macro origens (culto x popular), sendo a popular resultante de duas origens difusas – indígena e africana– e chama essa fase anterior de português geral brasileiro.

Em geral, os principais atores participantes do contexto heterogêneo das primeiras fases da colonização brasileira forneceram as bases para a constituição de duas macro vertentes linguísticas: *cultas* e *populares*, de origens distintas (Mattos e Silva, 2001, p. 298-299). Segundo a autora, o PE teria, ao longo do período colonial, um contingente de falantes de 30% da população brasileira e forneceu a base histórica para o *português culto brasileiro*, que começaria a elaborar-se a partir da segunda metade do século XIX.

O *português popular brasileiro*, por sua vez, foi adquirido na oralidade e em situações de “aquisição imperfeita” e é difundido pelo Brasil pela maciça presença da população não branca, isto é, pela maioria de língua familiar, na sua origem, não portuguesa (índios e africanos). Essa distribuição pode ser acompanhada no quadro abaixo:

ETNIAS	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros do Brasil	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branços do Brasil	-	5%	10%	17%	24%
Europeu	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%
Índios não integrados	?	?	?	?	?
Mamelucos	?	?	?	?	?

Quadro 1: Distribuição demográfica no Brasil do século XVI-XIX (MUSSA, 1991, p. 163)

Esse processo também é conhecido, nos termos defendidos por Lucchesi (2003), como *transmissão linguística irregular*, em que adultos (africanos e indígenas) que conheciam outras línguas foram levados a “aprender”, em caráter emergencial, a língua de superstrato, o PE, em virtude das relações comerciais e/ou de sujeição, com indícios de recuperação ou incremento da sua estrutura gramatical, em virtude da expansão funcional em fases posteriores. A *transmissão irregular* segue no sentido de “designar os processos históricos de contato massivo e prolongado entre línguas, nos quais a língua do segmento, que detém o poder político é tomada como modelo ou referência para os demais segmentos” (LUCCHESI, 2003, p. 372).

Dito de outro modo, os cruzamentos linguísticos entre o *português europeu*, as *línguas indígenas* e as *africanas* deram origem a uma língua heterogênea, plural e polarizada (LUCHESSI, 2001), rica em suas especificidades, que são defendidas e analisadas hoje, sobretudo pela Sociolinguística e pela Linguística Histórica. Num processo histórico de contato entre povos falantes de línguas distintas, podemos entender, atualmente que:

o português aprendido de oitiva, em situações sociais extremamente precárias, e que era a língua de intercurso entre escravos e capatazes e senhores, e entre escravos de etnias diversas, constituiu o principal modelo para a nativização do português entre os descendentes desses escravos, sejam os provenientes de cruzamento de escravos de diferentes etnias, sejam os oriundos do cruzamento do colonizador branco com as mulheres escravas. (LUCCHESI, 2001, p. 101)

Na perspectiva de Mattos e Silva (2008, p. 17), esse *português europeu*, que chegou ao Brasil ao longo do processo de formação do PB, do século XVI ao XIX, é concebido como profundamente diversificado, partindo-se do pressuposto de que, para o Brasil, ao longo de seu processo de formação como colônia portuguesa, “vieram letrados e iletrados, vieram portugueses de várias áreas regionais, talvez predominantemente do noroeste português por razões demográficas próprias a essas áreas, mas também diacronicamente distinto, já que o português europeu continuou os seus processos de mudanças ao longo dos séculos referidos”.

Com relação ao *português popular brasileiro*, este tem sido muito explorado, principalmente em perspectiva sincrônica. Nesse âmbito, tem-se buscado evidências desse contato, já referido, com base no português africano, a exemplo de Angola e Moçambique. Dentro do contexto histórico, tem-se buscado também na demografia evidências do maciço contingente africano trazido para o Brasil no período colonial¹¹. Por outro lado, o *português popular brasileiro*, cujo antecedente é o *português geral brasileiro*, constituído a partir do amplo contato com línguas indígenas não tem sido amplamente explorado. Soma-se a isso a “confusão” que se faz entre as *línguas gerais indígenas* e o *português geral brasileiro* “que, plurais e dialetalizadas, poderiam até confundir-se com o *português geral brasileiro* nas áreas geográficas delimitáveis em que se difundiram” (MATTOS e SILVA, 2001, p. 298-299).

Como exemplo, temos o caso do mameluco bilíngue, de origem *tapuia* /Macro-Jê, Domingos Jorge Velho, cuja historiografia tem mostrado ser falante de um português “mal falado” (L2), conforme Monteiro (1995). Também há relatos de uso de um português “mal falado” em áreas isoladas com presença indígena, como os destacados por Puntoni (2002, p.157 *apud* CARNEIRO, 2013) sobre a fala de um chefe

¹¹ O tráfico negreiro inicia-se oficialmente em 1549 e finaliza-se em 1830, como resultado de um intenso comércio entre o Brasil e Angola, Guiné, Senegal e Zaire, entre outros. Entretanto, registra-se o tráfico para além desses limites, tendo o Brasil recebido um número absurdo de africanos para o escravismo, algo em torno de 12 milhões de diversas partes da África (ALENCASTRO, 2000).

indígena *tapuia*, por ocasião dos episódios que envolvem a rendição dos Janduí e da libertação do seu líder, Canindé, em 1692.

De acordo com Lucchesi (1994, 2001), essas variantes teriam se constituído a partir de duas grandes vertentes principais, oriundas de situações sócio-históricas assim definidas:

1. De um lado, os pequenos centros urbanos, onde se situavam os órgãos da administração colonial, sob forte influência cultural e linguística da Metrópole. A elite colonial era naturalmente bastante zelosa dos valores europeus, buscando assimilar e preservar ao máximo (o que é previsível nessas situações) os modelos de cultura e de língua vindos d'além-mar.
2. A outra vertente da formação da língua no Brasil fincou suas raízes no interior do país, para onde se dirigiu a maior parte da população no período colonial. Fora dos reduzidos centros da elite, nas mais diversas regiões do país, o português era levado, não pela fala de uma aristocracia de altos funcionários ou de ricos comerciantes, mas pela fala rude e plebeia dos colonos pobres.

A organização dos *corpora* históricos para estudo da situação 2, conforme afirma Carneiro (2005), é mais difícil em consequência da rara preservação dos documentos dessas regiões distantes e por ser, normalmente, representante de uma mínima parte da população do período colonial, – já que, de acordo com Houaiss (1985, p. 137), apenas 0,5% da população era letrada durante o período colonial e imperial – o que torna difícil o trabalho com amostras diacrônicas para estudo do português brasileiro¹².

Diante desse quadro, uma documentação originada de uma área claramente interioriana, como o *Plano Sobre a Civilização dos Índios*, ganha especial relevância. Não apenas por pertencer ao século XVIII, mas por apresentar informações importantes sobre as políticas linguísticas de expansão da língua portuguesa naquele período, com especial destaque para situação de multilinguismo generalizado e localizado.

Sobre essa questão, faz sentido a proposta de periodização defendida por Lobo (2003), que fundamenta-se em três aspectos importantes: i) a história demográfico-linguística brasileira; ii) o crescimento populacional associado ao processo de

¹² Destaca-se o *corpus* composto por Oliveira (2003) formado por textos escritos por africanos e afrodescendentes na Bahia do século XIX.

urbanização do país; e iii) o processo de escolarização associado ao processo de estandardização linguística. Esses três aspectos, correlacionados, marca uma distinção entre duas fases de expansão da língua portuguesa em território brasileiro:

Primeira fase: multilinguismo generalizado; não-urbanização; não escolarização; não estandardização linguística;

Segunda fase: multilinguismo localizado; urbanização; escolarização; estandardização linguística.

Na primeira fase, temos dois momentos: o contato entre as línguas indígenas e o contato linguístico entre as línguas indígenas, os portugueses e os africanos – nesse primeiro momento, o multilinguismo estava concentrado na heterogeneidade das línguas indígenas. No segundo momento, se estabelece o contato linguístico entre indígenas, brancos e africanos, mas ainda não há uma estandardização da língua através da instituição escolar (oficial).

Como vimos no **Quadro 1**, a distribuição demográfica do Brasil dos séculos XVI-XIX mostra que, inicialmente, o contingente indígena era expressivo e somava a metade da população presente em terras brasileiras, sendo a outra metade composta por europeus (30%) e africanos (20%). No período em que começava o tráfico de africanos, 1538, o Brasil apresentava, então, uma sociedade multiétnica e plurilíngue, ambiente no qual foi gestado o português brasileiro. No entanto, embora não possamos negar a influência das línguas indígenas na formação do PB, a presença indígena, no período enfocado nesta pesquisa, caminha no sentido inverso aos africanos.

A interpretação dessa situação, consequência de fatores vários, perpassa pela reconstrução do percurso histórico da língua, conjugado aos fatores sócio-históricos. Assim, a clara noção desse contexto requer, obviamente, o uso inovador de associação de técnicas de base historiográfica e de teorias do contato que possam situar a presença indígena e a sua influência linguística no período que tange a tentativa de homogeneização linguística, mediada por Pombal.

Barreto, como veremos nos capítulos que seguem, é um militar letrado, o que nos conduz a uma situação diferente das descritas por Lucchesi em 1 e 2, uma vez que temos um brasileiro, alfabetizado, escrevendo sobre a situação dos índios do interior da Bahia. Assim, lançamos mão do *paradigma indiciário*, um modelo epistemológico

amplamente operante que emergiu, silenciosamente, das ciências humanas por volta do século XIX e que pode, talvez, ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre o racionalismo e o irracionalismo (GINZBURG, 2011, p.143).

No capítulo a seguir, teceremos algumas considerações relacionadas à política pombalina, de modo a situar o *Plano* de Domingos no novo cenário linguístico que, naquela época, se instalara no Brasil e a acessar, por meio de indícios presentes no relato do militar, a situação da vertente indígena.

Considerações sobre a expansão língua portuguesa no século XVIII

De acordo com Lobo (2009, p. 313), o trabalho com a documentação, muitas vezes, *indiciário*, revela a necessidade do diálogo do linguista-filólogo com os historiadores da cultura escrita, que, segundo o paleógrafo italiano Armando Petrucci (2003), se ocupam:

de la historia de la producción, de las características formales y de los usos sociales de la escritura y de los testimonios escritos em uma sociedad determinada (PETRUCCI, 2003, p. 7-8)

Devendo, para tal, enfrentar as seguintes questões:

Qué? En qué consiste el texto escrito, qué hace falta transferir al código gráfico habitual para nosotros, mediante la doble operación de lectura y transcripción.

Cuándo? Época em que el texto en sí fue escrito en el testimonio que estamos estudiando.

Dónde? Zona o lugar em que se llevó a cabo la obra de transcripción.

Cómo? Con qué técnicas, con qué instrumentos, sobre qué materiales, según qué modelos fue escrito ese texto.

Quién lo realiza? A qué ambiente sociocultural pertenecía el ejecutor y cuál era en su tiempo y ambiente la difusión social de la escritura.

*Para qué fue escrito ese texto?*Cuál era la finalidad específica de ese testimonio en particular y, además, cuál podía ser en su época y en su lugar de producción la finalidad ideológica y social de escribir.

Assim, neste capítulo, trazemos alguns dados sobre a língua portuguesa no século XVIII com o objetivo de analisar o contexto sócio-histórico em que o *Plano* foi produzido (*Quando?*) e a finalidade do documento dentro desse mesmo contexto (*Para quê foi escrito?*). Dessa forma, teceremos algumas considerações sobre a ocupação do interior da Bahia – nomeadamente, os *sertões* –, a situação demográfica da colônia aquando da expulsão dos jesuítas, a política pombalina, o ideal de civilização da época e a influência dessa noção no processo de expansão da língua portuguesa. No nosso caso, destacaremos a situação dos índios da Bahia, uma vez que, no *Plano*, o método de civilização é aplicado àqueles.

3.1. O PERÍODO POMBALINO

O século XVIII foi marcado por questões polêmicas que envolviam o governo dos povos e da terra. Estava em jogo a soberania do Rei de Portugal contra o domínio espanhol; e o índio – principalmente, o índio do sertão – representava um entrave para a demarcação dos limites do domínio do português, o que refletia uma questão cada vez mais militar.

No âmbito da chamada *reforma pombalina*, a intenção era transformar Portugal num país capitalista, como o restante da Europa, sendo o Brasil do século XVIII o cenário dessa grande luta entre duas grandes forças: a Igreja e o governo. Visto a grande influência e independência do Estado que os jesuítas mantinham em território brasileiro, Pombal passou a interferir no plano da Companhia de Jesus. A escravidão dos índios foi extinta e foi permitido o casamento com portugueses. O Marquês acreditava que, com a miscigenação, houvesse um crescimento populacional e o Estado contaria com mais força nas fronteiras do interior.

Quando os índios passaram a ser livres, os jesuítas sentem-se contrariados e passam a não aceitar a autoridade real. Os padres foram acusados de desrespeitarem a Bula Pontifícia de 20 de dezembro de 1741, que havia declarado livres todos os índios no Brasil, embora um dos principais argumentos usados pelos religiosos fosse em defesa dos índios e contra a escravidão indiscriminada promovida pelos moradores (SANTOS, 2012, p.25).

Marquês de Pombal, objetivando a centralização do poder, expulsou os 670 jesuítas que moravam no Brasil e ordenou que fechassem os colégios, acusando-os de traição. Vale salientar que os jesuítas, conforme explica Santos (2012), não foram os únicos que exerceram a administração temporal e espiritual das aldeias no período colonial. Na Bahia, capuchinhos, franciscanos e carmelitas da observância e reformados, além do próprio clero secular, administraram aldeias.

Os índios que eram rebeldes foram considerados como "inimigos públicos" à medida que reagiam às investidas dos colonizadores, resultando na legitimação do extermínio ou do domínio. Cunha (1992) comenta que, apesar de complexa, essa legislação exprime, em seu conjunto, a necessidade de controle sobre esses povos, e Perrone- Moisés (1992, p. 115-132) afirma que a oscilação das leis sobre os índios eram reflexos da busca incessante da submissão.

Até certo ponto, a organização do ideal civilizador do gentio dos sertões seguiu os moldes propostos pelo Diretório dos Índios do Pará e Maranhão. Definido como “católica legislação”, o Diretório concebe a conversão como condição da conquista e não como sua consequência, conforme afirma Ribeiro (2009). A expansão do Cristianismo, o zelo pela conduta espiritual dos colonos, a retirada do gentio da barbárie por consequência dos conflitos existentes, portanto, eram deveres do Estado. Além de ordenar o Diretório dos Índios, Pombal tentava trazer o índio como um aliado. Quando havia resistência, o índio era qualificado como inimigo. John Monteiro (1994) afirma que “a guerra e o cativo foram premissas à solução de pôr fim aos ataques dos gentios bravios e às constantes formas de resistências desses povos”.

Ao mesmo tempo, Pombal propunha uma política com o estabelecimento de povoações civis com índios. Para o Marquês, o convívio dos índios com os brancos os levaria à aprendizagem dos costumes nos núcleos urbanos. Dessa forma, Pombal pretendia a integração à civilidade dos índios com objetivos de primeiro apaziguá-los e, em seguida, usá-los, também, na defesa do território.

Com a supressão do domínio dos missionários sobre os índios, o governador acreditava poder resolver os diversos problemas das regiões brasileiras, inclusive de ordem econômica, visto que os religiosos eram considerados como responsáveis pelo monopólio do comércio e da mão de obra indígena, e também acusados de atentado ao Rei D. José, na noite de 3 de setembro de 1758 (SANTOS, 2012, p. 181).

No entanto, acredita-se que o impasse entre o governo e a igreja estaria pautado na afirmação de um novo princípio fundador da ação colonial, que não teria espaço nos séculos anteriores, pois concebia a conversão ao cristianismo como principal propósito da colonização. Esse novo princípio estava ancorado, principalmente, na ação do Estado e dos próprios colonos, motivados pelos ideais de *civilidade* e *civilização* dos índios.

Com o alvará de 1758, houve a adoção de um novo modelo de colonização em relação aos povos indígenas e à catequese, o que gerou mudanças significativas nas ideias e práticas vigentes, como a ascensão de outros agentes coloniais (funcionários civis e militares) a postos antes ocupados, quase exclusivamente, pelos religiosos. Esse novo modelo colocava um fim, oficialmente, ao “systema dos jesuítas”, isto é, ao modelo de catequese vigente desde a segunda metade do século XVI, baseado no aldeamento e na jurisdição temporal e espiritual dos religiosos sobre os índios.

3.1.1. O ideal de *civilização*

Para que possamos entender a ideologia a que Barreto se filia ao redigir o *Plano*, faz-se necessário entender o que a sociedade daquela época entendia por *civilização*. Santos (2014) afirma que o ideal de *civilização*, difundido a partir de 1750, contrapunha-se ao sistema de catequese dos jesuítas e de outros religiosos do século XVI. O objetivo principal era “diminuir o papel da Igreja e das ordens religiosas na sociedade colonial para promover a equiparação dos índios aos demais vassallos do reino”.

Segundo o autor, a *civilização* é uma noção importante, dentro do discurso europeu, para a compreensão dos povos do chamado “velho continente”. Considerada uma ideia antiga, a palavra surgiu no século XVIII, na França, e acabou por se difundir pelos diversos idiomas europeus. O termo *civilisation*, na época, estava ligado às ideias reformistas da crítica social e da fisiocracia, e significava um julgamento que tornava civil um processo criminal; portanto, um termo jurídico. Santos (2014) afirma que o mesmo sentido era dado ao verbo *civilizar*, que também significava “levar à civilidade, tornar civis os costumes”, desde o século XVI. Assim, na língua francesa, os termos *civil* e *civilidade* apareciam, desde os séculos XIII e XIV, derivados diretamente do latim.

Civilisation aparece pela primeira vez, com seu sentido jurídico, em 1756, em *L’ami des hommes ou Traité de la population*, de Victor de Riquetti, Marquês de Mirabeau. A palavra foi dicionarizada pela primeira vez, e com o mesmo sentido, na edição de 1771 do *Dictionnaire de Trévoux*, fazendo uma referência ao livro de Mirabeau. Em 1798, é registrada no *Dictionnaire de l’Académie Française*, conotando “ação de civilizar” e “estado do que é civilizado”. (SANTOS, 2014, p. 235-236).

De acordo com o mesmo autor, no principal vocabulário português do período moderno, publicado no início do século XVIII, não havia registro das palavras *civilizar*, *civilizado* ou *civilização*. O termo *civilidade* só viria a ser registrado, posteriormente, por Raphael Bluteau¹³, e, diferente do sentido jurídico atribuído ao termo na mesma época na França, significava “descortesia, grosseria, rusticidade”. Bluteau teria derivado o termo do latim, *civilitas*; porém, teria notado que o termo tinha adquirido sentido contrário, fato que não teria acontecido com *civil*, que mantinha o sentido mais próximo

¹³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez, e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESUS, 1712-1728.

ao original latino, significando “cousa concernente a Cidades, á Sociedade, & vida humana”.

Para Santos (2014, p. 236), o dicionarista parece não ter notado a proximidade entre *civilidade* e *civel*, que significava “Rustico, camponês, agreste”. Moraes Silva (1789 *apud* SANTOS, 2014, p. 236) observa essa semelhança e assinala que a palavra *civilidade* poderia ser grafada, também, como *civeldade*, derivado de *civel*, “acção vil, vileza, indignidade”; *civilidade*, assim, significaria antigamente “acção de homem do povo, de mecânico, vil”. Com relação a *civil*, Moraes Silva registra, entre outros significados, um semelhante ao assinalado por Bluteau: “Que pertence á Cidade, ou sociedade de homens, que vivem debaixo de certas Leis”. Para *civilidade*, Moraes Silva¹⁴ completa o significado acima e afirma que “hoje significa cortezia, urbanidade”. Essa informação é publicada no final do século XVIII e aproximava-se do sentido registrado pelos dicionaristas franceses desde fins do século XVII.

De acordo com o historiador, em Portugal, antes do século XVIII, eram muito comuns termos correlatos à *civilidade* e *civilização*, sendo os mais utilizados *policidado* e *polido*, muito recorrentes nos textos dos Jesuítas desde o século XVI. Entretanto, embora tenham significados muito próximos, esses termos não são equivalentes nem possuem a mesma origem, uma vez que *polido* vem do latim *polire*, ação de polir; e *policidado* é oriundo dos termos gregos *polis* e *politeia*, os quais originaram *polícia* e *política*. Sobre os povos sem *polícia*, que Bluteau registra como “boa ordem que se observa, & as leys que a prudencia estabeleceo para a sociedade humana nas Cidades, Republicas, &c”, o dicionarista faz referência aos índios, “povos, a que chamamos Barbaros, como v. g. o Gentio do Brasil, do qual diz o P. Simão de Vasconcellos nas noticias, que deu daquelle Estado [...] nem tem arte, nem policia alguma, &c” (BLUTEAU, 1712-1728 *apud* SANTOS, 2014, p. 237).

Notamos, portanto, que as ideias de *civilidade* e *polidez* estavam, na maioria dos contextos, associadas à Corte, à vida urbana e civil. Ser “polido” e “civilizado” significava, naquela época, não ser camponês, selvagem, “rústico”. Para Bluteau, a palavra “rustico” era a denominação frequentemente associada tanto aos camponeses

¹⁴ MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre d. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 2 volumes. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Na segunda edição, Moraes Silva acrescentou: “opp. a rusticidade, grosseria”. Santos (2014) afirma que nem a primeira nem a segunda edição de Moraes Silva, publicadas, respectivamente, em 1789 e 1813, registram os termos *civilização*, *civilizar* ou *civilizado*.

quando aos índios, era definida como “Homem do campo”, mas também como “grosseyro, villaõ, descortez”. Elias (2009 *apud* SANTOS, 2014, p. 235) afirma que a ideia de civilização em Portugal, expressa por meio do verbo *civilizar* e do substantivo *civilidade*, surge no período pombalino como reflexo das ideias reformistas, tal qual aconteceu na França.

Entender essa noção de *civilidade* no contexto de estudo dos povos indígenas é de extrema relevância. Santos (2014) defende que há de se considerar, nesse âmbito, o fato de que, em vários países europeus, na mesma época, o termo *civilidade* estava ligado a um gênero literário específico que, remontando à antiguidade, tornou-se comum no período moderno pela influência do livro *De civilitate morum puerilium*, de Erasmo, publicado em 1516. Tratava-se de um pequeno manual sobre as maneiras de se comportar em diversos ambientes que “reafirma a necessidade de controle sobre as emoções e as reações naturais, instintivas, em prol da vida em sociedade e mesmo da manutenção das distinções sociais, aspectos que seriam retomados por uma longa tradição literária, presentes em vários países” (SANTOS, 2014, p. 239).

O autor constata que o livro de Erasmo, provavelmente, exerceu influência na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII, mas a tradição a que se filia Erasmo não foi tão forte em Portugal, embora existam obras portuguesas parecidas, como a *Arte de Criar bem os Filhos na idade da Puerícia*, do padre Alexandre de Gusmão. A *Escola de política, ou tractado pratico da civilidade portuguesa*, de João de Nossa Senhora da Porta Siqueira, de 1786, foi o mais antigo “manual de civilidade” impresso em Portugal; em seguida, há outro, anônimo, intitulado *Elementos da civilidade e da decência para instrução da mocidade de ambos os sexos, traduzido do Francez em vulgar*, o qual foi editado pelo menos três vezes, entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX, pela Typographia Rollandiana.

A mais importante obra sobre a temática, em Portugal, foi o livro *Corte na aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo, cuja primeira edição é de 1619; o que sugere que a chamada *literatura cortesã* – manuais de “cortesia” e comportamento “cortês” – teria sido mais forte na Península Ibérica. Sobre a última obra, Santos (2014) afirma que difere muito do pequeno manual de Erasmo no estilo e também na abordagem, uma vez que, no livro *Corte na aldeia*, a *civilidade* era encarada como algo acessível a todos; por outro lado, a *cortesia* pertencia àqueles que frequentavam ou podiam frequentar a Corte.

Ainda que tenham concepções diferentes para muitos dicionaristas da época, entender esses ideais que contribuíram para a consolidação, nas palavras de Elias, do “processo de civilização da Europa” ajuda-nos a compreender o método de “civilização dos índios” da América portuguesa da segunda metade do século XVIII, no âmbito da política pombalina.

3.2. A CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS

Como vimos anteriormente, a adoção da palavra *civilização* era algo novo que, no contexto colonial e indigenista, causará grandes rupturas. Para Santos (2014), os índios herdaram o estatuto que, na Europa, era atribuído aos camponeses; estes, por sua vez, herdaram representações atribuídas aos povos originários da América, como “selvagens” e “bárbaros”, a exemplo dos relatos das missões rurais do século XVII.

No âmbito das questões indígenas, a figura de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão Pará (1751-1759) liga-se à lei de 6 de junho de 1755, em favor da liberdade dos índios. Sobre essa personagem, o autor observa que, desde a sua nomeação, Furtado havia sido instruído sobre a questão indígena, fundamental naquele território. Nesses moldes, estava implícita a reestruturação econômica da região e a diminuição do poder político e econômico dos religiosos, que eram tidos como um entrave para o Estado e para os colonos.

A liberdade dos índios foi promulgada aquando da criação da Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão, responsável por implantar a mão-de-obra africana e desenvolver a agricultura e o comércio. Desse modo, as povoações indígenas deveriam figurar economicamente e, como tal, complementando a promulgação da liberdade dos índios, foi decretado o fim da administração dos missionários nas aldeias, o que, como veremos adiante, culminou numa crise.

Furtado, então, diagnostica a situação de atraso econômico e declínio da população indígena argumentando que os índios viviam na mesma “barbaridade” e “gentilismo” dos seus antepassados, o que prejudicava a propagação da doutrina cristã e o aumento do número de fiéis “alumiados da luz do Evangelho”. Segundo Santos (2014), os índios que desciam dos sertões para as aldeias viviam em situação miserável ou desapareciam com o tempo, o que incentivava os demais a continuar nos sertões,

como “bárbaro” e “gentílico”, como veremos a seguir. Isso mostrava que, apesar das leis promulgadas, a liberdade não existia.

Depois de reiteradas as leis, D. José volta a declará-los livres. Além da contratação da mão-de-obra, que oferecia o devido pagamento pelo seu trabalho, os índios eram influenciados, também, a cultivar a terra e a trabalhar de forma produtiva, uma vez que a sua conversão só se daria “pelo próprio, e eficaz meyo de se civilizarem”. Ao governador e capitão general, cabia o cuidado “na instrução civil dos referidos Índios, que forem aldeador nos Sertoens”, conservando-os em liberdade. Esses aspectos norteavam a política missionária e colonial da década de 1750, com base no reformismo político, e foram retomados no alvará de 8 de maio de 1758, onde ressaltava-se que o objetivo da Coroa era proporcionar “humas forma de governo propria para civilizallos, e attrahillos” (SANTOS, 2014, p. 243).

O método de civilização, no entanto, como defende o autor, não era contraditório à religião, mas a catequese, por si só, era vista como ineficaz e insuficiente no âmbito da colonização. Sem a civilização, que estava pautada no aprendizado civil, na dedicação ao trabalho e na produção econômica, os índios não iriam abandonar os seus hábitos gentílicos. A ideia de civilizá-los consistia em equipará-los aos demais vassallos do reino.

3.2.1. Rumo ao interior

Para que esse método fosse eficaz, seria preciso aplicar ao maior número de índios possível, inclusive aos que se “embrenhavam” pelo território brasileiro; assim, iniciou-se um processo de povoamento pelo interior do território brasileiro. Segundo Carneiro (2005), o povoamento brasileiro não autóctone teria se dado, de acordo com a maioria dos estudos sobre o tema, pelo “afluxo espontâneo de colonos brancos (portugueses na grande maioria) e da imigração forçada de africanos” (CARNEIRO, 2005, p. 232). Para Prado Jr. (1970, p. 185-186 [1945] apud CARNEIRO), a corrente demográfica formada por trabalhadores braçais no final do século XIX, como a ocorrida na região sudeste do território brasileiro, constitui-se como excepcional¹⁵. Assim, após a

¹⁵ Para o autor, “são excepcionais as formas de ocupação em áreas estratégicas dominadas pela imigração espontânea, a imigração açoriana e os demais núcleos coloniais formados por imigrantes alemães, suíços, entre outros”.

ocupação do litoral em meados do século XVI, segue-se a abertura de *entradas* no início do século XVII, que se intensifica nos séculos seguintes.

3.2.1.1. A ocupação do interior da Bahia e alguns aspectos sobre a demografia no século XVIII

No **quadro 1**, referido no capítulo anterior, Mussa faz uma aproximação sistemática da tentativa de Serafim da Silva Neto (1950 e 1960) ao elaborar uma primeira estimativa demográfica, conhecida como *Censo do Padre de Anchieta*, em que a população do Brasil seria de 57.000 habitantes nas últimas décadas do século XVI. Nesse censo, com índios e negros, tinha-se trinta e dois mil não-europeus, isto é, mais do que população recenseada. Na sequência do **quadro 1**, segue a síntese de Lobo (1996):

SÉCULOS	ETNIAS NÃO-BRANCAS	ETNIA BRANCA
1538 – 1600	70%	30%
1600 – 1700	70%	30%
1701 – 1800	68%	32%
1801 – 1850	69%	31%
1851 – 1890	59%	41%

Quadro 2: Síntese demográfica do Brasil do séculos XVI ao XIX (LOBO, 1996, p. 16)

Mattos e Silva (2008) comenta esses dados que mostram, durante o período colonial (1530 a 1822) até o pós-colonial, a predominância das etnias não-brancas, numa média aproximada de 70% para as não-brancas e de 30% para a etnia branca. Com relação ao **quadro 1**, a autora observa que os “índios integrados” – que eram contáveis – decresceram; os índios “não integrados”, por sua vez, esconderam-se, fugidos, nos interiores brasileiros, dado que, como sabemos, a colonização se iniciou ao longo do litoral atlântico.

A ocupação do litoral – definida, costumeiramente, como agrolatifundiária, conservadora, patriarcal, aristocrática e de domínio português – teve como principal motivação econômica os núcleos açucareiros e a reduzida economia pecuarista (CARNEIRO, 2005, p. 232). A partir do século XVII, notamos um avanço significativo da economia pecuarista e das *entradas* rumo ao interior; na visão de Freire (1998), esse processo progressivo constitui-se como obra exclusiva de brasileiros.

Como é sobejamente conhecido, não se tratou, no entanto, de um processo cordial. Apesar de não haver uma precisão da quantidade de indígenas que viviam no Brasil na época da chegada dos portugueses, estima-se terem sido mais de 1.000 nações indígenas na posteriormente chamada *América Portuguesa*. De acordo com Alencastro (2000), essas populações foram alvo de escravização e de interesses diversos no processo de colonização, desde o seu uso como aliados contra o assédio de estrangeiros, referido em Santos (2014), até como parte de um processo de evangelização, que esteve ao cargo, sobretudo, dos Jesuítas.

Carneiro (2005, p. 233) observa que, no século XVII, “já serão os brasileiros descendentes de portugueses, mestiços de índios e, posteriormente, de africanos, em uma costa em que a língua geral é a mais falada, que terão sido os primeiros difusores da língua portuguesa rumo ao interior, inicialmente através das *bandeiras*, em volta dos rios brasileiros”. A partir desses caminhos, foram originadas as estradas e as vias de comunicação entre o interior e as sedes das capitanias.

Várias dessas *bandeiras*, segundo a autora, passavam pelos caminhos da região do rio Itapicuru, na região nordeste da Bahia, por onde transitavam os paulistas e os próprios baianos em direção ao Piauí e ao Maranhão. A autora também destaca as *entradas* iniciadas na região da Amazônia Setentrional, no século XVII, através da rota das chamadas “drogas do sertão”, posterior “caminho da borracha” no século XIX; essa rota estava constituída nos domínios das terras indígenas, nas zonas de atuação dos jesuítas e, também no século XIX, no pólo de crescimento cafeeiro em parte da região Sudeste.

O quadro da composição étnica de umas dessas marchas em direção ao interior é fornecido por Puntoni (200, p. 204-206) em *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*, onde o autor, baseado na análise de 243 registros do livro do escrivão do terço dos paulistas do mestre de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, destaca a forte presença indígena nessas marchas em algumas regiões do Brasil. A presença de “línguas” também constava nessas marchas, “isto é, espécie de intérprete de línguas indígenas e variedades de língua geral” (CARNEIRO, 2005, p.233).

GRUPOS	%	DESCRIÇÃO	NÚMERO	%
brancos	23,5	alvos	50	23,5
índios	54,0	índio (genérico)	37	17,4
		canindé	8	3,8
		cariri	27	12,7
		do silva	4	1,9
		paiacu	15	7,0
		tapuia	24	11,3
mestiços	13,6	amulatado	1	0,5
		moreno	7	3,3
		trigueiro	7	3,3
		pardo	11	5,2
		cariboca	3	1,4
negros	8,9	preto	19	8,9
Total	100,0%		213	100,0%

Quadro 3: Distribuição de etnias no terço do mestre-de-campo Morais Navarro (CARNEIRO, 2005, p.233 apud PEDRO PUNTONI, 2002, p. 206)

Notamos, portanto, que os brancos sempre foram minoria, tanto no período colonial quanto no imperial, e isso também está atestado no quadro de Mussa (1991, p. 163). Com a descoberta das minas auríferas, no século XVIII, essa configuração de parte do Brasil se modifica e se intensifica, uma vez que, segundo Freire (1998, p. 116), enormes massas populacionais, vindas das outras capitanias e de Portugal, afluem para as minas descobertas.

Com relação ao modelo de reocupação territorial da Bahia, o padrão de povoamento era o de rotas de boiadas e variantes, que, segundo Sylvio C. Silva et al (1989, p. 94-97 *apud* CARNEIRO, 2005, p. 236), constitui-se como um padrão linear, comum a outras regiões do Nordeste do Brasil. As características desse processo, segundo o autor, seriam:

i) um povoamento no nordeste da capitania com tendência à linearidade; ii) uma grande dispersão com vilas localizadas em pontos de interseção das estradas que serviam de rotas para o gado, ouro, etc; e iii) um grande número de estradas nas áreas de pecuária e mineração do sertão; processo que ocorreu, primeiramente, com as *entradas baianas*¹⁶ em busca de metais preciosos, da expansão pecuária pela expansão da economia açucareira e expulsão/extinção dos índios ou o seu aldeamento pelos jesuítas, franciscanos e capuchinhos. Aldeamentos que se transformaram, depois, em lugares e vilas, originando um processo de urbanização do interior da Bahia. (SILVA, 1989, p. 94-97 *apud* CARNEIRO, 2005, p. 236)

¹⁶ As primeiras entradas datam de meados do século 16, a exemplo da entrada feita por Francisco Bruza Espinosa, em 1553. No século 17, as primeiras foram feitas pelos Avilas e as dos chamados sertanistas de contrato, os bandeirantes paulistas, e, ainda, a do baiano Pedro Barbosa Leal, que explorou a famosa Serra de Jacobina. A essas se seguiram várias outras.

Para Andrade (1996), o fomento da pecuária deve-se ao avanço do gado para os *sertões* e ao processo de extermínio e escravização da população autóctone. Os pólos dessa trajetória centravam-se em direção ao Ceará (século XVI) e pelo Rio São Francisco, em direção ao Centro (Tocantins e Araguaia). Essas trajetórias deram origem a muitas propriedades e fazendas de gados de pessoas provenientes, em sua maioria, do Norte e do Recôncavo baiano. É com a chegada dessas pessoas que, no século XVIII, há um aumento da população no sertão.

Segundo Carneiro (2005), ao transitar pela bacia do Itapicuru, pelo caminho do Raso (Araci) ou pelo caminho de Massacará e Monte Santo, muitas pessoas acabavam por fixar-se na região e por se misturar aos índios “mansos”, que ficavam sob o domínio de brancos, vaqueiros, camadas, cabras, fábricas, passadores, tangedores e guias, escravos e forros; desse modo, os antigos aldeamentos deram origem às vilas. Essa rota de ocupação que segue as margens do rio São Francisco e Itapicuru é definida, nas palavras de Capistrano de Abreu (1963, p. 147 *apud* CARNEIRO, 2005, p. 237) como “sertão de fora”.

De acordo com a autora, apesar de existirem, na região, muitos portugueses donos de fazendas, como as fazendas Caimbé¹⁷, Ilha¹⁸ e Olho do Meio¹⁹, em virtude do processo de doação de sesmarias e da instalação de currais e engenhos de cana de açúcar, esses representavam uma exceção, uma vez que o sertão foi reocupado, principalmente, por populações pobres provenientes de várias províncias. Nesse momento, temos a presença marcante dos indígenas, já que as vilas, como dito, foram criadas a partir dos antigos aldeamentos.

Santos (2014) observa que, na verdade, as aldeias foram, inicialmente, convertidas em paróquias por determinação de Pombal, deixando de existir como missões. Na Bahia, como vemos, a maioria das aldeias estava localizada nos *sertões*, isto é, no interior das capitanias, e é durante o século XVIII que ocorre uma expansão delas. Ainda assim, o autor relata que o sertão da capitania continuava mal assistido até o fim do período colonial, visto que o território estava mal dividido e as paróquias abrangiam grandes regiões, o que dificultava a presença efetiva de um pároco e a frequência aos sacramentos.

¹⁷ Propriedade do português Manuel Américo de Souza. (CARNEIRO, 2005, p. 238)

¹⁸ Propriedade do coronel Américo Camelo de Sousa Velho. (CARNEIRO, 2005, p. 238)

¹⁹ Propriedade de Potâmio Américo de Souza, afilhado do Barão de Jeremoabo. (CARNEIRO, 2005, p. 238)

Se por um lado a multiplicação de missões no sertão constituía uma medida importante de ocupação e colonização, por outro era vista como insuficiente para o povoamento e a cristianização do grande território sertanejo (SANTOS, 2014, p. 129). Foi em função do alvará de 8 de maio de 1758 que as aldeias, aos poucos, deram lugar a povoações civis (vilas ou povoados), embora as demais aldeias administradas por franciscanos, carmelitas e capuchinhos permanecessem sob mesmo estatuto até o século posterior. As onze aldeias restantes, que tinham como missionários capuchinhos, franciscanos e carmelitas (“calçados” e “descalços”), davam continuidade à catequese no modelo anterior a 1758, porém, outros agentes passaram a se ocupar da questão indígena, mas não na perspectiva da catequização.

O Plano de Barreto: um testemunho linguístico

Ainda na perspectiva de Petrucci (2003), neste capítulo, daremos conta de mais quatro perguntas que fundamentam a nossa investigação – *O quê?; Quem?; Para quem e para quê?* – com o objetivo de discutir a natureza do manuscrito. Desse modo, seguindo os critérios utilizados por Carneiro (2005), em *Cartas Brasileiras*, são apresentados alguns dados sobre o remetente, a localização temporal e espacial do documento e a temática do documento.

4.1. OS “AGENTES CIVILIZADORES”

Com o processo de “civilização” dos índios, a partir de 1750, as autoridades civis passaram a estar mais envolvidas com a questão indígena. Com a expulsão dos jesuítas e a perda do território pelos religiosos, houve o predomínio dos agentes civis – militares, ouvidores, naturalistas, viajantes, observadores, positivistas, sertanistas, entre outros – nesses espaços. Santos (2014, p. 196) chama de “agentes civilizadores” os funcionários civis envolvidos no âmbito das questões indígenas. Esses agentes tinham como objetivo “promover a civilidade” dos índios.

Os primeiros “civilizadores de índios” foram, de acordo com o autor, os ministros civis que estavam encarregados de transformar as aldeias em vilas. Essa tarefa, na Bahia, cabia às autoridades que ocupavam cargos próprios para a execução das determinações do Tribunal do Conselho Ultramarino. Com o *Diretório dos Índios*, promulgado em 1757, foi criado o posto de *diretor* das povoações e vilas indígenas. Assim, o *diretor* se constituía como verdadeiro “civilizador dos índios” e tinha como principal obrigação promover a “civilidade dos índios”, mas o Tribunal do Conselho Ultramarino considerou “impraticável” a nomeação de diretores; em vez disso, sugeria que:

os escrivães nomeados para as novas vilas ocupassem interinamente “a direcção das povoações em que residem”. Esses “escrivães-diretores” seriam encarregados de ensinar os meninos a ler e escrever

e de zelar pela observância de quase todos os parágrafos do Diretório, entre os quais, os referentes à promoção da civilidade dos índios (§§ 5 a 15), o incentivo à agricultura e comércio (§§ 17, 18 e 36), as providências para que os índios não fossem enganados pelos colonos nem aceitassem aguardente como pagamento por seu trabalho (§§ 39 a 42), além de outros aspectos e recomendações gerais a respeito do zelo, cuidado e desinteresse, exigidos para o exercício da função (§§ 92 a 95). De acordo com o entendimento dos membros do tribunal, esses e outros parágrafos deveriam ser copiados e enviados aos *escrivães* para que os observassem e fizessem observar.

Dessa forma, formou-se um novo grupo de “civilizadores” que se constituía pelos próprios ouvidores das comarcas. Esses “civilizadores” começam a ganhar destaque a partir de 1750 e estavam motivados pela nova legislação, que prezava pela diminuição de missionários após a expulsão dos jesuítas e pela criação de novas comarcas. Na Bahia, nenhum outro “civilizador” foi maior que a figura de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, de quem trataremos a seguir. A presença de pessoas como Domingos visava suprir a ausência ou a pouca atividade dos *escrivães-diretores*.

O novo método adotado baseava-se no “solido meyo da Civilização dos ditos Índios”, de forma que, antes da pregação da fé e da doutrina cristã, era necessário torná-los “sociáveis, e civilizados”. No caso de Barreto, ele propunha que, antes de tudo, fosse buscado o cuidado e reparo da religião e dos costumes, e isso deveria ser feito com a retirada dos missionários das aldeias que ainda restavam, reduzindo-as a vilas.

4.1.1. O remetente

Domingos Alves Branco Muniz Barreto foi uma figura importante no contexto do Império colonial português, entre o final do século XVIII e início do XIX, porque fez parte da nova geração de intelectuais que ganhou espaço no reinado de D. Maria (1777-1817) e assimilou as ideias iluministas das principais correntes de pensamento da época, sem pertencer à *geração de 1790*²⁰, formada pelos egressos da Universidade de Coimbra.

Nascido na Bahia, em 1748, foi membro da “nobre e afortunada” família Muniz Barreto (FARIAS, 2008) e teve apenas dois irmãos: o tenente Francisco Joaquim Alves

²⁰ O termo é utilizado pelos historiadores Maxwel (1999) e Silva (1986) para se referir ao grupo de brasileiros setecentistas que estudou na Universidade de Coimbra após a reforma de 1772, com destaque em atividades políticas.

Branco Muniz Barreto e o bacharel Joaquim Ancelmo Alves Branco Muniz Barreto²¹. De acordo com Ricupero (2005 *apud* FARIAS, 2008), ao tratar sobre a formação da elite colonial baiana, a família de Barreto chegou à Bahia com Mem de Sá e controlou determinados cargos de poder e prestígio, como atividades no âmbito da administração, tarefas militares, além de ocupar a alcaidaria-mór de Salvador e a provedoria da Bahia.

Filho primogênito de D. Marianna da Glória Muniz Branco e do Sargento-mór Domingos Alves Branco, seguiu a tradição colonial de grande parte dos filhos das famílias nobre e ingressou na carreira militar, embora tenha ingressado na tropa regular apenas em 1790, como Capitão de Infantaria do regimento de Estremoz, quando se encontrava no Rio de Janeiro (SANTOS, 2014, p. 207). Para Silva (2005), a carreira de militar era mal remunerada, no entanto, proporcionava prestígio e diferenciação social para os que podiam viver dos lucros gerados pela agricultura e comércio, como aconteceu com a família Muniz Barreto²².

Apesar de ocupar uma posição desse porte, Barreto tinha em mente outras formas de nobilitação, além de demonstrar insatisfação, conforme afirma Farias (2008), com a carreira militar. Dessa forma, Barreto acabou por se dedicar a questões que poderiam proporcionar-lhe privilégios e destaques sociais. A autora destaca a trajetória do autor do *Plano* como militar por longos anos, em que percorreu todo o território do Brasil e escreveu sobre temáticas várias e de interesse da Coroa portuguesa.

Em suas obras, podemos encontrar escritos voltados para aspectos científicos (agricultura, botânica, mineralogia, conservação das matas, pesca predatória), jurídicos (civil, crime, contencioso, fiscalidade, orfanologia) e militares (textos sobre as fortificações do Brasil). O seu perfil político também foi muito enfatizado pela historiografia, com pesquisas que destacam suas ideias reformistas, principalmente sobre a *civilização* dos índios, e a sua participação “acidentada” no projeto de independência do Brasil.

A figura de Barreto também é costumeiramente associada, segundo outras bibliografias, ao polêmico periódico carioca *Despertador Constitucional*, ao grupo de Joaquim Gonçalves Ledo no período da independência e à sua atuação como orador do

²¹ Cf. *Requerimento do Sargento -mór Domingos Alves Branco Moniz Barreto, por si e como procurador de sua mãe D. Marianna da Glória Moniz Barreto e de seus irmãos Francisco Joaquim e Joaquim Anselmo Alves Branco Moniz Barreto, em que pedem a entrega dos documentos e certas providências a respeito da administração dos bens de sua mãe. Baía, 22 de dezembro de 1807.*

²² Cf. Jorge Godofredo Felizardo, para os Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia, em 1950.

Grande Oriente Maçônico. Sua atividade política tem destaque no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, aquando do processo de independência do Brasil.

De acordo com dados levantados por Santos (2014), Barreto inicia a sua carreira como cadete do 1º Regimento da Bahia e alferes do Regimento dos Voluntários reais da capitania de São Paulo. Ocupa, em seguida, o posto de Tenente Coronel de Cavalaria da Tropa Auxiliar da Bahia. Também foi escriturário e escrivão interino da Contadoria Geral da Junta da Administração e Arrecadação da Fazenda Real, entre os anos de 1781 a 1783, atuando na contabilidade dos bens confiscados aos jesuítas. O autor afirma que Barreto tentou, sem sucesso, obter o cargo de ajudante de ordens do governador do Rio de Janeiro e a propriedade vitalícia de intendente da Marinha e Armazéns Reais da Bahia.

Em 1790, é nomeado para a tropa regular, mas, por ter obtido apenas a patente de Capitão da Infantaria, é rebaixado de posto. Sua promoção ocorre em 1796, com o posto de Capitão de Infantaria da companhia que guarnecia o presídio do Morro de São Paulo. Em 1797, também é promovido a Sargento-mor. Torna-se Tenente-Coronel de Infantaria em 1808 e, dois anos depois, Coronel.

Segundo Farias (2008), Barreto foi Capitão e Governador do Morro de São Paulo, onde realizou algumas viagens pelo interior da comarca de Ilhéus e norte da Capitania da Bahia; dessas viagens, resultaram dois textos: *Noticia da Viagem, e jornadas que fêz o Capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto Entre os Índios sublevados nas Villas e Aldêas das Comarcas dos Ilhéos e Norte na Capitania da Bahia* e *Memória que contem a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia e seus produtos em três ramos da História Natural*.

Embora a primeira versão do *Plano* tenha sido redigida em 1788, Domingos só passou a atuar como “civilizador dos índios” entre os anos de 1791 e 1792, quando começa a visitar aldeias e vilas indígenas localizadas em Ilhéus e na Bahia. Após partir em direção à Comarca de Ilhéus, em 2 de setembro de 1791, afirma ter pacificado e conduzido novamente às aldeias e vilas muitos índios que se achavam “descontentes e hum grande número dispersos das suas habitações, esquecidos muitos delles dos dogmas da religião, vivendo como brutos, a lei da natureza, differindo bem pouco dos barbaros gentios”. Sua próxima viagem, no âmbito das mesmas questões, ocorre no ano seguinte. A partir do distrito da Comarca da Bahia, passa pela aldeia de Massarandupió e pela Vila de Abrantes.

Diante disso, apesar de não serem claros os motivos que levaram Barreto a redigir o *Plano*, Santos (2014) acredita que isso se deveu a uma série de fatores. Embora o autor do *Plano* afirme ter sido movido pelo “zêlo da Religião”, afirmação muito recorrente em documentos daquela época, é possível que suas motivações tenham sido apenas intelectuais, uma vez que a temática indígena era objeto de muita atenção na época. Sobre essa questão, Farias (2008) defende que, na verdade, a coleta de informações científicas (como aquelas voltadas para a História Natural, por exemplo) escondia os verdadeiros objetivos de Barreto, que era fazer com que alguns índios que se encontravam refugiados nas matas retornassem aos aldeamentos. Assim, a autora afirma que o personagem disfarçou-se, nesses casos, de naturalista.

A memória sobre a história natural, enviada para a Academia de Ciência de Lisboa, foi redigida por Barreto após a sua viagem a Ilhéus. Podemos encontrar referências desse texto na carta que o autor endereça ao secretário Martinho de Mello e Castro, na qual afirma ter viajado, a mando do General da Capitania da Bahia, “para certas averiguacoens que se necessitavaõ fazer em algumas villas”. Antes disso, Barreto recebe do corregedor da comarca, Francisco Nunes da Costa, uma portaria que lhe conferiu ascendência sobre as autoridades locais no que diz respeito às povoações indígenas, com data de 31 de agosto de 1791.

O militar passou pelas aldeias de São Fidelis e Nossa Senhora dos Prazeres, e pela vila de Santarém, com o objetivo de reunir os índios que haviam se distanciado das povoações. Além de distribuir presentes para os índios, promoveu festividades públicas e mandou rezar missas em honra da família real. Um ano depois, Barreto visita a comarca da Bahia, ao norte, com autoridade delegada pelo ouvidor local e também pelo governador da Capitania, passando pela aldeia de Massarandupió e pela vila de Abrantes. Ainda assim, não recebeu maior prêmio que “a honra de se empregar no Real Serviço”, uma vez que a solicitação referente ao emprego vitalício de Intendente da Marinha e Armazéns Reais lhe foi negada.

Obviamente, Barreto fez parte da população de letrados, que representa, principalmente, a sociedade branca, elitista, abastada e branca da época; apesar de existirem alguns mestiços, negros, e também índios (como é o caso de alguns referidos por Barreto no *Plano*) que ascenderam socialmente.

4.2. O PLANO

O plano de Barreto é, assim, o primeiro “projeto de civilização dos índios” de que temos notícia. Dividido em três partes, o autor, na primeira, tece algumas considerações desde a descoberta do Brasil, sobre a missão naqueles primeiros anos até o projeto missionário dos jesuítas, e dialoga com o período político da época, evocando todo o pensamento antijesuítico condizente com a política de colonização vigente. A segunda demonstração diz respeito à implantação do Diretório na Bahia e, por fim, na última, Barreto descreve o seu método para civilizar os índios *mansos* e *bravos*.

Sendo residente em São Mateus, com sua família, Barreto desbravou a região da Comarca de Porto Seguro, região limítrofe entre as Províncias do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia, que hoje pertence à região norte do estado do Espírito Santo. Influenciados pelos ideais do século XVIII, Barreto não nega, em seu Plano, a ideia de inferioridade indígena.

Como um intelectual típico do século XVIII, ele ainda expõe a recente expulsão dos jesuítas do Reino e das colônias e a concepção da época, que conferia aos jesuítas a responsabilidade da “desordem espiritual”. De acordo com o autor, o zelo dos missionários jesuítas disfarçava o verdadeiro interesse pela mão-de-obra indígena. Além disso, Barreto também faz uma análise da situação em que se encontravam os indígenas desde o Diretório Pombalino, fazendo críticas ao próprio método utilizado pelo Diretório, e aos Diretores de Aldeia.

O plano de civilização dos índios proposto por Barreto centrava-se na necessidade de reconstruir a confiança dos índios que, em sua perspectiva, foi perdida no âmbito das políticas pombalinas, dos diretores e dos colonos. Assim, o militar defende que o novo método deveria, inicialmente, ser aplicado, aos índios que estavam aldeados; no entanto, notamos que ele direciona-se, na maior parte, aos índios que estavam embrenhados nas matas e que eram “desconfiados”.

Assim, Barreto divide os índios em duas classes: *índios mansos* e *índios bravos* – dicotomia já conhecida no período colonial, em que *mansos* eram os mais dóceis e tratáveis, e *bravos* aqueles que estavam embrenhados nas matas. De fato, podemos notar que o objetivo principal do plano era a conversão do “gentio bravo” e, para isso, o autor traçou algumas medidas para a educação daquela, segundo ele, espécie de índio. Para

Barreto, os *índios mansos*, que tinham mais facilidade de serem civilizados, deveriam ser reduzidos para facilitar a comunicação com os *índios bravos*.

4.2.1. Novas políticas linguísticas: a educação dos índios

O Diretório dos Índios na Bahia²³ não chegou a nomear diretores para as novas vilas, utilizando como justificativa a falta de pessoas aptas para o cargo; no entanto, de acordo com dados sobre o século XVIII, havia *escrivães-diretores*, nos moldes propostos pelo Tribunal do Conselho Ultramarino. Esses *escrivães* nomeados, por vezes, tinham a função de diretores e mestres de ler e escrever.

O diretor, nomeado pelo governador, deveria ser “dotado de bons costumes, zelo, prudência, verdade, sciencia da língua, e de todos os mais requisitos necessários”. Ao contrário dos missionários, que exerciam autoridade espiritual e temporal sobre os índios, os diretores teriam autoridade somente “diretiva”, no intuito de ajudá-los a superar a “lastimosa rusticidade, e ignorância, com que até agora forão educados” – isto é, pelos missionários. (SANTOS, 2014, p.244)

Segundo dados dos moradores da vila do Prado, coletados pelo autor, em 1803, os *escrivães-diretores* ensinavam os índios a ler e escrever; no entanto, as escolas eram pouco frequentadas, o que era, por muitas vezes, a justificativa dada pela ineficácia da sua atuação com a resistência dos meninos em frequentar a escola. Isso sugere que o papel dos *escrivães-diretores* como informantes da situação nas vilas e povoações indígenas foi quase nulo.

Na política pombalina, existiu uma tentativa de atribuir à Companhia de Jesus todos os problemas educacionais e culturais na metrópole²⁴ e na colônia. No âmbito dessas questões, Barreto narra que as igrejas que deveriam atender os indígenas aldeados “foram indecentemente construídas” e que a situação em que se encontravam os índios do Brasil, naquela época, era crítica.

A expulsão dos jesuítas, em 1759, e a vinda da Corte para o Brasil, em 1808, aliadas às novas medidas de Pombal, causaram uma grande desorganização. Essa

²³ Composto de 95 parágrafos, seu conteúdo pode ser dividido da seguinte forma: conversão e civilidade dos índios (§§ 3 a 15), agricultura e comércio (§§ 16 a 34 e 35 a 58, respectivamente) e repartição do trabalho dos índios entre os moradores (§§ 59 a 73). (SANTOS, 2014, p. 244)

²⁴ No século XVI, a direção do ensino público português desloca-se da Universidade de Coimbra para a Companhia de Jesus. Os jesuítas ficam, então, responsáveis pelo controle do ensino em Portugal e, depois, no Brasil. O método jesuítico durou quase dois séculos e terminou no século XVIII, com a Reforma de Pombal.

instabilidade, consequência de tantas mudanças provocaram, como era de se esperar, uma grande decadência do ensino colonial, uma vez que Pombal não conseguiu substituir a homogeneidade que o sistema jesuítico oferecia.

Carneiro (2005), sobre a escolarização no Brasil, afirma que o período em que ela esteve confiada ao clero pode ser dividido em dois momentos, a saber: a) fundação de colégios para meninos²⁵, aulas primárias e avulsas, seminários, cursos superiores de teologia, Artes, Matemáticas e o envio de alunos da elite para a Universidade de Coimbra; e b) aldeamento e aculturação dos indígenas sobreviventes que não tinham como voltar ao interior do país.

Segundo Bessa-Freire (2008), o fato de os jesuítas utilizarem o português como língua, inicialmente, não foi por nacionalismo, já que esta não era a preocupação. O autor observa que os jesuítas acabaram por perceber que uma criança com pouca idade tem mais facilidade para aprender uma segunda língua do que qualquer adulto. Apesar de apostarem nas crianças, após um ano, os índios continuavam sem falar português; então, apostaram numa língua filiada ao tupi que podia ser compreendida por índios de outras línguas, e essa língua acabou funcionando como uma língua de comunicação interna da colônia.

Até a metade do século XVIII²⁶, portanto, Bessa-Freire verifica que houve uma política de estímulo ao uso interno e local da língua geral; desse modo, nesse momento, tínhamos o português, que era a língua oficial de comunicação externa, e havia a *língua geral*, que era a língua de comunicação interna, de forma que as pessoas falavam a língua geral entre elas, embora não a escrevesse.

Assim, distinguiam-se dois tipos de línguas: as línguas particulares e *as línguas gerais*. As *línguas gerais*, como vimos, permitia a comunicação entre os falantes, de diferentes línguas e de diferentes etnias, num determinado espaço geográfico. Essas *línguas gerais* foram fortalecidas pelos portugueses nos dois Estados que tinham na América; como tal, fortaleceram o que hoje é conhecido pelos linguistas como *Língua Geral Paulista*, já mencionada no **capítulo 2**, e também investiram na *Língua Geral Amazônica*. No entanto, com o Diretório dos Índios, ora referido, como primeiro aspecto a ser priorizado estava o ensino do português:

²⁵ Segundo Almeida (2000, p. 25), os conventos eram os colégios de meninas.

²⁶ Essa situação, na Amazônia, alonga-se até o século XIX.

[...] por ser indisputável, que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Povos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o affecto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe

Dentro da nova realidade histórica, social e linguística do sistema colonial, que exigia um mínimo de comunicação entre os diferentes povos, não estava sendo cumprida “a máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos domínios”, que era “introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma” com o objetivo de “desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes”. O interesse da nova política, portanto, era propôr uma unidade linguística; assim, para que o projeto colonial fosse possível, foi formulada uma política de línguas.

Desse modo, como afirma Bessa-Freire (2008), em menos de quatro séculos ocorreu um processo de deslocamento linguístico entendido como um processo de transferência, em que há um abandono de uso de certas línguas em favor de outras, ao longo de várias gerações. Porém, com relação à língua da Amazônia, o autor afirma que, naquele momento, a sua expansão foi priorizada pela Coroa portuguesa, porque, diante daquele quadro de diversidade linguística, a língua portuguesa não seria capaz de viabilizar o projeto colonial.

Com relação à Capitania da Bahia, Barreto narra a presença das *línguas gerais* na Bahia, faladas pelos índios mansos, ocupantes da costa. Ademais, o militar também narra a situação linguística dos índios *bravos*, com destaque para os aimorés. Segundo o autor, essa nação de índios se recolheu ao interior dos sertões, onde não podiam ser achados; assim, pela falta de comunicação com as demais tribos, perderam a sua “própria linguagem”, dando origem a outra. Essa língua, nas palavras de Barreto, não é entendida de nenhuma outra nação, nem mesmo pelos *tapuias*, de quem descendem, “porque alem da differença dos nomes, que deraõ a todas as cousas, pronunciaõ com voz gutural, e arrancada do peito”.

De acordo com Pompa (2013), o uso da *língua geral* pelos jesuítas fez com que o inacianos não considerasse no mesmo patamar as outras línguas como instrumentos de catequese, embora elaborassem catecismos e gramáticas em línguas não tupi, como é o caso do kariri. O termo “tapuia” surge, justamente, da necessidade de estabelecer um contraste entre esses falantes não tupi que, como ilustra o próprio Barreto, era

concebido como uma oposição ao “mundo tupi” e surge na oposição litoral/ sertão. O militar, então, lista os aimorés, que são descendentes dos *tapuias*, e os verdadeiros *tapuias* que, tendo algum princípio de conversão, se embrenharam depois para os sertões, tendo-os como inimigos.

Com o intuito de recuperar a “amizade” dos índios *mansos*, Barreto propõe, na Bahia, a criação de uma casa de educação, que deveria ser dividida em duas partes – uma para índios menores e outra para índias. Esses índios deveriam ficar reclusos no seminário e impedidos de se comunicarem com os pais e seriam o alvo da civilização, funcionando como missionários dentro de suas famílias. Quantos às índias, deveriam ser ensinadas por uma mulher branca. Nesse processo, a presença de portugueses nos aldeamentos era fundamental para influenciar os indígenas nos seus hábitos e promover o casamento entre brancos e índias e índios e brancas, revelando uma preocupação com o aumento da população.

No entanto, Barreto informa que eram poucos os matrimônios contraídos naquelas zonas e afirma que, de acordo com informações dos párocos daquelas regiões, essa era a realidade de praticamente todas as freguesias. A escassez de casamentos sugere a pouca miscigenação existente no sul da Bahia, zona referida pelo militar, fato que foi levantado como hipótese, nos estudos de Tânia Lobo, Rosa Virgínia Mattos e Silva e Américo Machado Filho, para explicar a não formação de uma *língua geral* naquela região, tendo em conta a não formação de uma população mameluca.

Por outro lado, Barreto faz, em vários momentos, menção ao uso de uma *língua geral* naquela região e ainda indica que a instrução dos índios *mansos* deveria ser mediada pela *língua brasílica*, o que nos remete à hipótese de Nobre (2013) ao postular que o conceito de *língua geral* conduz para a constatação de uma população mameluca suficiente para a formação de uma *língua geral* no sul da Bahia, nos termos defendidos por Rodrigues. Embora Domingos registre que os casamentos entre brancos e índios eram escassos, há, em sua narrativa, a presença de uma população mestiça que fazia parte da Tropa da Capitania da Bahia. O que, de todo, não invalida a presença de uma população mameluca.

Os dados levantados por Barreto ainda apontam para a presença da *língua geral* como L1, ainda em finais do século XVIII e no sul da Bahia, uma vez que Barreto aconselha o ensino através da *língua brasílica* e, à medida que ia se aldeando, deveriam os índios ser instruídos com o idioma português. Semelhantemente ao que observou

Bessa-Freire (2008), e embora o Diretório defendesse o uso do português, a proposta de Domingos também estimulava o uso da *língua geral*, mas como mecanismo de intimidação dos índios *mansos*.

Quanto aos índios *bravos*, deveriam ser dispensados os seminários, uma vez que era desconfiados e zelosos com seus filhos. Assim, o militar propunha a distribuição dos índios *bravos* em aldeias dispersas para que melhor fossem controlados, uma vez que, na perspectiva de Barreto, a necessidade de conquista e civilização dos índios *bravos* estava ligada à preocupação econômica.

No que toca à educação, Barreto faz duras críticas à ação dos diretores na Comarca da Bahia e atribuiu falta de bons diretores à baixa remuneração e ao fato das funções diretor/escrivão estarem unidas. Além disso, o autor narra que foram mandados para as aldeias da Bahia homens “*que nem os primeiros rudimentos de ler, escrever, e contar sabiaõ com perfeição: eraõ pela mayor parte escreventes de cartorios judiciais, e ainda entre estes os de menos prestimo, e mais indigencia*”. O que comprometeu, de fato, a educação daqueles “*gentios*”.

No entanto, o método proposto por Domingos pouco ou nada diferia daquele descrito no Diretório, em que se deveria primeiro reparar a religião. Barreto defende que a civilização, tal qual consta no Diretório, deveria se dar pela religião cristã, de forma que os índios reconhecessem o poder das leis, a liberdade civil e política e, principalmente, o poder de uma rainha.

Apesar das ferrenhas críticas aos jesuítas, Barreto não esconde a necessidade que a colônia tinha da mão-de-obra indígena, e até sugere que as novas igrejas fossem construídas pelos índios. Apesar de usar sempre os termos “*docilidade*” e “*brandura*” para se referir ao tratamento que deveria ser dado aos índios, Barreto questiona a forma branda com que eram tratados os índios que atacavam os viajantes. Alguns estudiosos defendem que este é um dos primeiros indícios do ressurgimento da ideia de tratar os índios de uma forma mais rígida para se conseguir a “*civilização*” dos autóctones mais rapidamente. Mas é na política linguística que observamos que o método de Barreto é realmente similar ao método utilizado pelos jesuítas, que utilizavam a *língua geral* para fins religiosos.

4.3. DA LOCALIZAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL

4.3.1. A espacial

A versão do *Plano*, escolhida para este trabalho, encontra-se depositada na secção de *Reservados*, da BPE. A BPE foi criada, em 1805, pelo Frei Manuel do Cenáculo – que deixou uma valiosa coleção bibliográfica estimada, na época, em 50 mil volumes – e passou por várias intervenções de organização e reestruturação do edifício.

O *Arquivo Distrital de Évora* foi anexado à BPE em 1916. Em 1997, no entanto, houve a separação das duas instituições, época em que dependiam do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Para além da sua valiosa coleção patrimonial, a BPE se beneficia do depósito legal desde 1931 e recebe toda a bibliografia publicada em Portugal. Em março de 2012, a BPE passou a integrar a *Biblioteca Nacional de Portugal*.

Quanto à secção de *Reservados*, este espólio é resultado da agregação de uma parte importante da coleção inicial do Frei Manuel do Cenáculo, dos fundos monásticos conventuais que transitaram para Portugal após a extinção das ordens religiosas e da Biblioteca Manizola, que pertencia ao 2º Visconde da Esperança. Estão salvaguardados, na Casa Forte, cerca de 60 mil documentos, do século XII ao XX, agrupados pelas suas tipologias.

Com relação ao manuscrito, acredita-se que, embora conste na data da carta de apresentação a referência de Lisboa, o posicionamento de Barreto dá entender que o Plano foi escrito na capitania de São Paulo.

[fol. 28r] Este theatro san=| guinolento, mais *que* em outra alguma| parte se vio na Capitania de Saõ Paulo.| Aqui as chamadas bandeiras, appellido| com que a todo o instante se uniaõ mul=| tidoens de homens, nomeando sem res=| peito à Corôa de quem eraõ Vassalos

4.3.2. A temporal

Esta versão, como referido, apresenta uma carta que funciona como preâmbulo e que data do dia 2 de janeiro de 1790. No entanto, considerando a hipótese de Santos (2014), acredita-se que a versão endereçada ao bispo de Beja foi produzida num período anterior ao que consta na carta de apresentação. A hipótese do autor pode ser confirmada no próprio manuscrito da BPE, do qual fazemos uso:

[fol.5r] seguro podesse chegar o clamor ao Real| Thrôno, tomei a deliberação, e o arrojo de| dedicar tão informes discursos aos pêz| do Magnanimo, e Benefico Principe| do Brasil, que Presidindo com este| titulo àquelle vasto Continente, pela| sua piedade se quizesse dignas de pro=| teger aos seus habitantes Indios, no principal| objecto, que deve ser o da Religião.|| Como o mesmo plano se| divide em duas necessarias providen=| cias, assim espirital, como temporal,| era mister para huma, e outra cousa dous| Sabios Protectôres, para que fazendo persu=| adir da singelêza, e sinceridade das mi=| nhas expreçoens ao Iusto Principe, tam=| bem podessem com a sua energia dar

Para além disso, Barreto também faz referência a outra cópia que foi endereçada a José de Seabra da Silva, ministro, guarda-mor da Torre do Tombo e secretário do Estado adjunto do Marquês de Pombal no reinado de D. José I, conforme podemos conferir a seguir:

[fol.6v] não se néga de ser Bemfeitor dos que| vêm continuadamente a cara a desgraça,| enfim hum que podesse de algum| modo competir na Illuminação, e| nas virtudes com V. Ex^a. Este pois,| Exm^o Senhor, foi o Grande Iosê de| Seabra, e Silva. [espaço] Outra igual| copia lhe apresentei, para que dando| toda a força, e vigor ao meu infor=| me debûxo, venhaõ a dever aquelles| desgraçados habitantes toda a sua| felicidade a Hum Principe, que| pelos Sabios docûmentos de Huma| tão compasiva Soberana, faz toda| a esperança, e o milagre do Seculo: a| Hum virtuozo Prelado, e a Hum Mi=| nistro de Estado, que servindo de colum=| nas à Monarchia desterraraõ os vicios

Terceira Parte

A Edição Semidiplomática

Descrição do documento

Passo a descrever, neste capítulo, os aspectos paleográficos identificáveis no *Plano* que se encontra depositado na Biblioteca de Évora, versão escolhida para nosso estudo. Dentro dos limites exigidos para a elaboração do presente trabalho, serão elencadas as ocorrências mais comuns. Outras tantas podem ser consultadas na própria edição.

5.1. SUPORTE

O documento amanuense é constituído por fólhos em papel e iguais, *recto* (r) e *verso* (v), na textura e na cor. Consta, em todos os fólhos, um traçado vertical nas margens direita e esquerda, aparentemente feito a grafite, que ordena, igualmente, a escrita. A intensidade da cor sugere que o traçado foi feito recentemente. Também podemos verificar uma tinta vermelha que recobre as laterais de todos os fólhos. Não constam, neles, irregularidades muito significativas de desgaste, seja pelo tempo ou por micro-organismos.

5.2. NUMERAÇÃO DO FÓLIO

Não há indicativos de uma numeração original. A ordem dos fólhos se dá pela repetição da última palavra do fólho anterior no fólho seguinte.

No entanto, podemos identificar uma numeração, mais atual e a grafite, elaborada, provavelmente, depois que o manuscrito foi encadernado e disposta no canto superior direito de cada *recto*. Essa numeração não foi utilizada como referência para elaboração da edição semidiplomática, uma vez que apresenta uma sequência incompleta. A irregularidade nota-se no fólho que recebe o número 26, que é, na verdade, o 27.

A quantidade páginas numerados soma-se em 102; porém, após correção feita na edição semidiplomática, constatou-se que são 104 páginas.

5.3. CADERNO

O manuscrito é conservado em um caderno com folhas ordenadas, embora com numeração imprecisa. Os motivos e a pessoa que o encadernou são desconhecidos.

No caderno, consta ainda, antes da carta de apresentação ao Bispo, uma listagem da BPE, com assinaturas de pesquisadores que utilizaram o *Plano* para consulta. O sistema de consultas, no entanto, sofreu alterações, não sendo mais necessária a assinatura na tal folha, que está encadernada juntamente com o manuscrito. A última consulta assinada data de 18 de setembro de 2009.

Um cetim cinza, já bastante deteriorado, recobre a capa e a contra-capas da encadernação. Pode-se verificar, mediante aos rasgos do tecido, uma capa e contra-capas de cor vermelha anteriores e tingidas no mesmo tom daquele que recobre a lateral dos fólhos.

5.4. PAUTADO

Como referido, existe um traçado feito com grafite que se verifica nas margens direita e esquerda de todos os fólhos. Não é visível o desenho das linhas interiores; porém, verifica-se que a distribuição do texto, em todos os fólhos, se faz em 20 linhas, o que sugere uma regularidade. Em algumas páginas, no entanto, é possível encontrar linhas verticais elaboradas para as notas de rodapé e feitas com a mesma tinta do texto, como é o caso dos fólhos 11r, 13r, 24v, 27v, 36r, 36v, 40r, 42v, 43v, 44v, 45r, 45v, 47v, 53v, 55r e 58r.

5.5. ESCRITA

O texto foi produzido por mãos hábeis, na perspectiva do termo cunhado por Marquilhas (1998), o que implica dizer que o texto fixado foi escrito por uma pessoa considerada “letrada”. Sendo Domingos um intelectual da época, descobrir o punho que escreveu o manuscrito não se constitui, aqui, como nosso objetivo, uma vez que é visível que a pessoa que os escreveu, ainda que não seja o próprio Domingos, domina o ofício.

Dessa forma, o documento apresenta escrita homogênea em seu tamanho e regular quanto ao traçado das letras, sem borrões ou rasuras, respeitando à pauta e às

linhas imaginárias. A escrita é humanística ou italiana (SPINA, 1977, p. 35), com inclinação invariavelmente à direita do fólio.

As letras são cursivas e, na maioria das vezes, corridas. Também apresentam nexos entre si, o que caracteriza uma escrita que não apresenta descanso de mão em alguns momentos. Este acabou sendo um grande problema encontrado no decorrer do trabalho, uma vez que, por ser uma escrita que apresenta um traçado livre, caracteriza-se o que é chamado *littera epistolaria*, que é, segundo Serrão (1971, p. 296), o encadeamento de letras, “com raras separações de palavras e aspecto aparentemente de uniformidade indissolúvel”.

Também podemos encontrar, no documento, a realização de diferentes traçados para uma mesma letra. Samara (2005, p.18) explica que isso se deve ao fato de que, no século XVIII, há uma caligrafia que mescla traços da escrita de formas gráficas elegantes e uniformes e a define como escrita de pouco cuidado.

5.5.1. Características ortográficas

Há diferentes perspectivas históricas sobre a *ortografia portuguesa*. De acordo com Coutinho (1976, p. 71-80), a ortografia portuguesa é marcada por três períodos: o *fonético*, o *pseudo-etimológico* e o *simplificado*. Gonçalves (2003, p. 40), no entanto, defende a existência de quatro tipos de sistema ortográfico: *etimológico*, *misto*, *filosófico* e *simplificado*.

O período que alguns designam *fonético* vai até o século XVI, e seria muito simplificadoramente caracterizado pela busca da “facilitação” da leitura, com uma escrita supostamente mais próxima da língua falada. Gonçalves descreve esse período como filosófico, tendo como um dos representantes Luís António Verney.

No século XVI inicia-se o período referido por alguns como *pseudo-etimológico*, que vai até 1904, com a publicação da *Ortografia nacional*, de Gonçalves Viana. O objetivo era novamente estabelecer grafias que estavam em desuso, por influência do Renascimento e da redescoberta dos escritores clássicos gregos e romanos. Nesse momento, afirma Coutinho (1976, p. 71), convivem juntas “várias ortografias, dado que a etimologia [...] era uma ciência que dependia, em grande parte, da fantasia de cada escritor”.

Já o período etimológico, segundo Gonçalves (2003, p. 40), marcado pela publicação da *Orthographia ou Arte de Escrever pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa*, de João de Morais Madureira Feijó, é “plasmado na recuperação da representação gráfica dos étimos”. As figuras mais representativas desse período são Francisco Félix Carneiro Souto-Maior e Francisco Nunes Cardoso.

No caso específico do século XVIII, sabemos que:

[...] a ausência de uma norma de fato para a escrita fez com que, principalmente no século XVIII, se apresentasse uma grafia variável, oscilante, emergindo ainda traços da modalidade oral, resquícios da fase da ortografia fonética, própria do período arcaico, em que os textos, segundo Maia (1986, p. 302), revelavam freqüentes situações de polivalência e de poligrafia. (SANTIAGO-ALMEIDA, 2000, p. 81)

Assim, por exemplo, no manuscrito em questão, pode-se verificar o uso das chamadas letras ramistas, muito utilizadas na Idade Média, visto que em latim a diferença entre <i> e <j> e <u> e <v> era alográfica. No documento em questão, verifica-se que a ocorrência se dava nos casos em que a letra inicial maiúscula era escrita com <i> e <j>, o que ilustra a situação de dúvida do escriba²⁷. A ocorrência é unânime em todos os casos em que o escriba escreve <i> e <j> com letras maiúsculas, como notamos nos exemplos abaixo:

(0r)		Iesuitas
(11v)		Ioaõ
(16r)		Ianeiro
(103r)		Iacobina

Também podemos observar uma variação vocálica, que ocorre por motivos vários (influência da oralidade, etimologia e pseudo-etimologia, etc), como é característico dos escribas do século XVIII, como podemos ilustrar a seguir.

²⁷ Como sabemos, a distinção entre <i> e <j> só passa a ser norma no século XX.

o > u



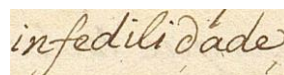
(28v)

u > o



(5v)

i > e



(1v)

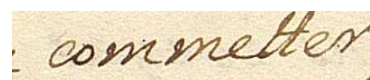
e > i



(21v)

Há também ocorrências do chamado período *pseudo-etimológico*, como em:

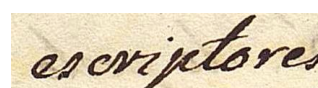
(1v)



(14r)



(17v)



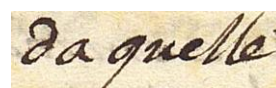
(13v)



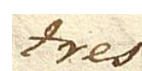
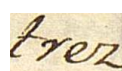
(23v)



(25v)



Com relação aos grafemas **s** e **z**, também notamos a dúvida do escriba, o que resultou em casos de poligrafismo, como exemplificado abaixo:



(9r)



(5v)

(50v)



(80r)

5.5.2. Dimensão das letras

De uma forma geral, o texto apresenta uma padronização dos traços de escrita cursiva, que são claros e inclinados à direita, uma característica comum em documentos de amanuenses com mãos hábeis. As linhas e as hastes são inclinadas e, com exceção de alguns pouquíssimos fólios, o traçado se apresenta de forma bem marcada, não havendo muitos excessos desiguais de tinta nas hastes das letras, o que sugere uma melhor qualidade do papel, da pena e da tinta da época²⁸.

5.5.3. Abreviaturas (Sistema Braquigráfico)

Em virtude “da variedade e consequentemente do custo elevado da escrita” (ACIOLI, 2003, p. 45-48), é comum o uso excessivo de abreviaturas. No entanto, no documento em questão observamos abreviaturas convencionadas ou habituais que têm seu uso justificado na maior velocidade conferida ao texto, que é longo. Segundo Spina (1977, p. 44-49), as abreviaturas podem ser classificadas como:

- a) sigla – representação da palavra pela letra inicial;
- b) síncope – supressão de elementos gráficos no meio da palavra com letra(s) sobreposta(s);
- c) numeral inicial com letra(s) sobreposta(s);
- d) apócope – supressão de letra(s) ao final do vocábulo.

A seguir, apresentamos, a título de amostragem, alguns exemplos das abreviaturas encontradas, com desenvolvimento e sem desenvolvimento (em *itálico*), conforme a norma atual. No entanto, convém frisar que, na edição, foram desdobradas apenas as abreviaturas que não são usuais atualmente.

²⁸ Entre 1809 e 1810, instalou-se a primeira fábrica de papel no Brasil, no Andaraí Pequeno, Rio de Janeiro, seguindo-se outras, em 1837 e 1852. (BECK, 1985, p. 7-8)

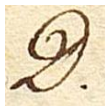
- Abreviaturas por sigla

(4v)



Vossa

(9v)



Dom

(15v)



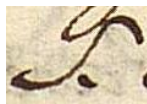
que

(68r)



Nossa

(102v)



São

- Síncope com letra(s) sobreposta(s)

(0r)



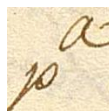
Excelentíssimo

(0r)



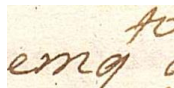
Reverendíssimo

(2r)



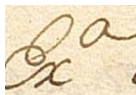
para

(3v)



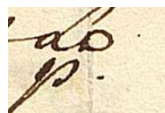
emquanto

(4v)



Excelência

(11v)

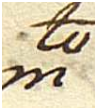


pelo

(69r)



Senhora

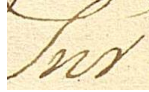
(97v)		muito
(97v)		quem
(98r)		facilmente
(99r)		Capitania
(99r)		Magestade
(99v)		certamente
(103r)		segundo
(100r)		Governador
(100r)		Capitam

- Número inicial com letra(s) sobreposta(s)

(24r)	
(27v)	
(30v)	

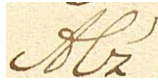
- Apócope

fol. Or



Senhor

fol. Or



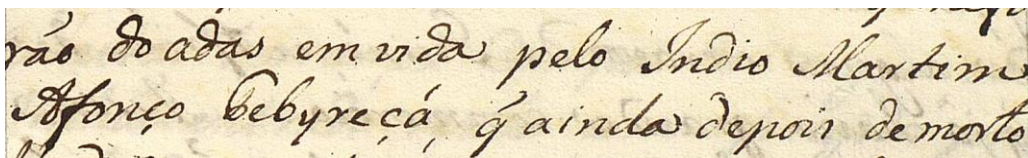
Alvez

5.5.4. Sinais estigmológicos

5.5.4.1. Sinais de pontuação

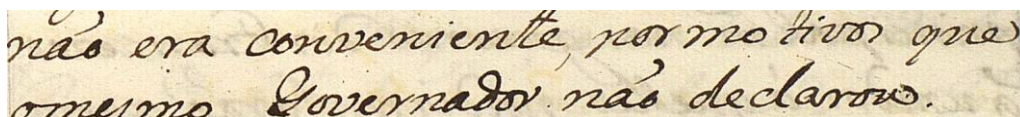
A partir de uma listagem de exemplos, apresentamos algumas ocorrências dos sinais gráficos identificáveis no manuscrito. Assim, notamos a presença da vírgula, do ponto parágrafo ou final, do ponto-e-vírgula e de outros sinais, a saber:

a) Vírgula

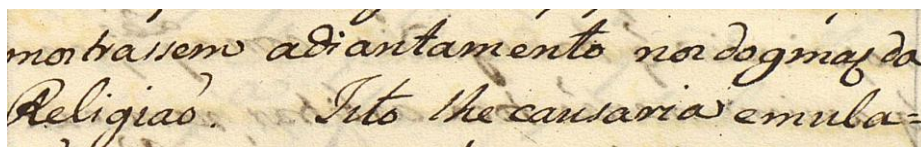


fo=| raõ doadas em vida pelo Indio Martim| Afonso Tebyreçá, *que* ainda depois de morto (33r)

b) Ponto parágrafo ou final

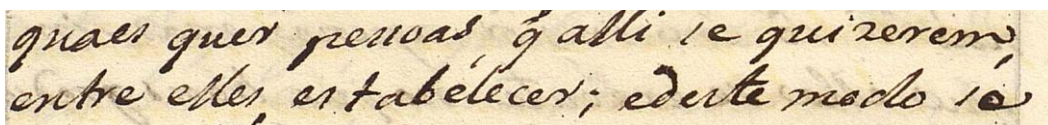


naõ era conveniente por motivos que| o mesmo Governador naõ declarou.|| (43r)



mostrassem adiantamento nos dogmas da| Religiao. [espaço] Isto lhe causaria emula=| ção (78r)

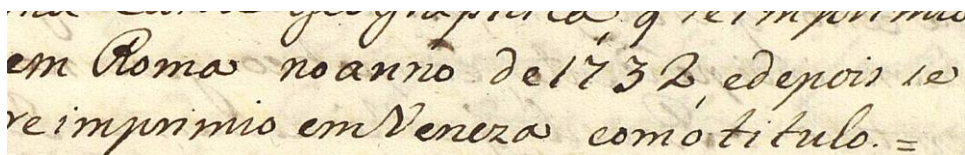
c) Ponto e vírgula



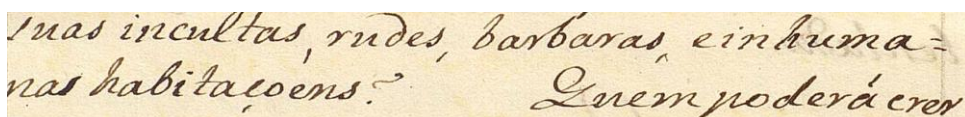
quaes quer pessoas, *que* alli se quizerem,| entre elles, estabelecer; e deste modo so| (80v)

d) Outros sinais de pontuação

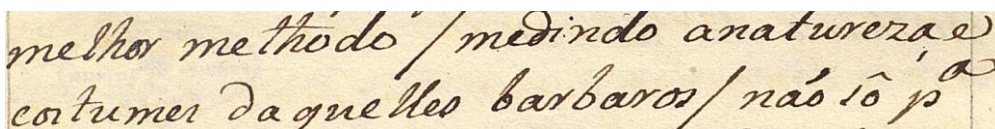
Destacamos a presença do travessão duplo (=), til (~), barras (/), e interrogação (?), como em:



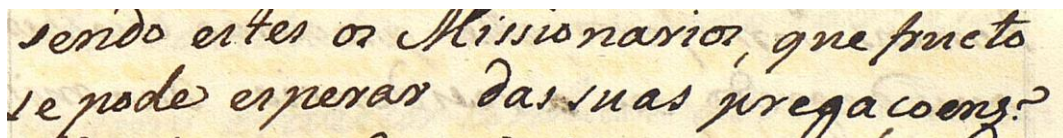
em Roma no anno de 1732, e depois se| reimprimio em Veneza com o título.=|| (34r)



| suas incultas, rudes, barbaras, e inhuma=| nas habitaçoens~. (8v)



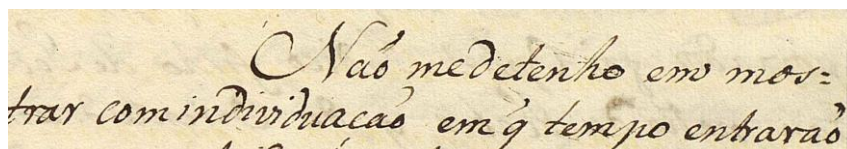
| melhor methodo / medindo a naturêza e| costumes da quelles barbaros/ não sô para| (9v)



sendo estes os Missionarios, que fructo| se pode esperar das suas pregaçoens?| (65r)

5.5.5. Divisão silábica

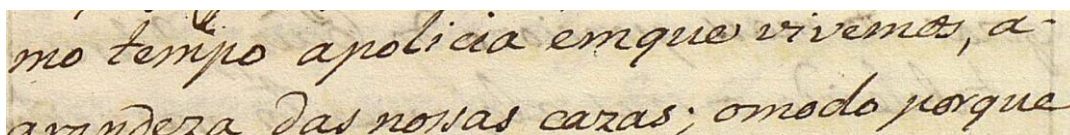
A divisão silábica em final de linha ocorre com duplo hífen, como nos excertos:



Naõ me detenho em mos=| trar com individuaçãõ em que tempo entraraõ| (13r)

Com exceção da separação, entre uma linha e outra, dos clíticos que estão pospostos ao verbo²⁹, merece destaque a ocorrência abaixo:

²⁹ A separação dos clíticos ocorre com travessão simples (-).



tempo a policia em que vivemos, a-| grandeza das nossas cazas; o modo porque| (100r)

O sinal (-), ao final da linha, evidencia, provavelmente, não o processo de divisão silábica dos demais anteriores, mas a sinalização do não estabelecimento de fronteira de palavra.

5.5.6. Sinais de acentuação

De acordo com Bacelar (1783), existiam três acentos que indicavam que a vogal era longuíssima ou aguda (´), breve (˘) e longa ou circunflexa (^). Acioli (2003) também observa que os acentos circunflexo e agudo também poderiam indicar sílaba tônica, e que o acento agudo também indicava crase em alguns contextos, além de funcionar como apóstrofo depois de uma sílaba tônica.

Desse modo, no manuscrito em questão, encontramos os seguintes diacríticos que estão exemplificados abaixo:

a) ~ (til) - nasalização de vogais, como em:

Plano|| Sobre a civilização dos Indios do Brasil|| [fol. 0]

[...] fallaõ aquella lingoa commua e geral| [fol. 15r]

[...] se o famoso Indio Martim A=| Fonço, e hum Capitaõ chamado Adaõ Gon=| çalves [fol. 48r]

b) , (cedilha) – soteposta ao c ante de a e o, indicando o fonema /s/, como em:

[...] Depois estando o General Iesui=| tico determinado a fazer retirar a Tropa da| vesinhança da Fortalêza [fol. 48v]

[...] senaõ de=| pois da sua total proscripção. [fol. 64v]

[...] pobres aldeyas, abarracados em palhoças, ves=| tindo huma grossa camiza [fol. 72v]

c) ´ (agudo)

[...] succédeu, porque nem da quelle vasto Conti=| nente [fol. 2r]

[...] alem disto sciencia infuza das| artes de Comosgraphía, Geographía, e| Hydrographía, não lhe sería dificultoso [fol. 14r]

[...] o *que* será entre| aquella tôsca, e infeliz gente [fol. 74v]

d) ^ (circunflexo)

outras grandes cazas, *que* tinham construído| na Europa, como bem depois se realizou, [fol. 26v, l]

e) ` (crase)

[...] à Luz da verdadeira Religião, mas *que* ainda| entre elles haja huma total ignorancia (fol. 9r)

[...] paos preciosos à Região de| Ophir, *que* julgaraõ ser esta da America, (fol. 13v)

Sobre a acentuação, vale ressaltar que também existe variação nesse âmbito, isto é, é comum uma mesma palavra ser acentuada com um diacrítico diferente, no decorrer do texto. Como no caso abaixo:

(1v)

5.7. EMENDAS, ACRESCENTAMENTOS E ANOTAÇÕES

Como poderá ser observado na edição, o copista acrescentou algumas notas em rodapé que são referenciadas no texto, em vários momentos, como **(a)** e **(b)**. Também é possível observar a assinatura, com de caneta, a rubrica desconhecida de um terceiro.

Não constam, no manuscrito, palavras rasuradas ou raspadas, nem ao menos supressões do copista. A uniformidade do traçado indica, fortemente, que apenas uma única pessoa escreveu esse texto. No entanto, não nos é possível mensurar que este é o punho do próprio Domingos, ainda que comparemos outros manuscritos dele, uma vez que também existe a possibilidade de um mesmo escriba redigir vários textos do próprio Domingos.

Em suma, para além das notas de rodapé, que não se apresentam de forma marginal, mas fazem parte da estrutura do texto, não foram encontrados outros acrescentamentos entrelinhados ou escritos na margem.

5.8. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O manuscrito apresenta um aspecto de conservação uniforme quanto aos fólios. Na versão escolhida para esse estudo, os fólios apresentam uniformidade em sua disposição e também na disposição da tinta no texto, apesar de existirem alguns trechos que apresentam borrões em virtude do carregamento da tinta.

Atualmente, a tinta apresenta um tom castanho que varia a depender dos fólios. Em alguns trechos, ela adquire um tom mais claro, a exemplo da carta de apresentação ao Bispo de Beja; no entanto, na maior parte do texto, encontra-se em tons de castanho escuro, quase preto. A tonalidade também costuma ficar mais escura nos títulos que seguem alguns capítulos e parágrafos, em decorrência do traçado, que também ganha amplitude.

De um modo geral, a tinta apresenta-se de forma muito nítida e bem conservada, não comprometendo, em nenhum momento, a sua leitura.

Considerações finais

Este trabalho teve como principal objetivo a edição semidiplomática do *Plano Sobre a Civilização dos Índios do Brasil*. Por se tratar de um documento importante sobre a história do português no Brasil e, sobretudo, da Bahia, criaram-se expectativas que foram cumpridas no que tange aos aspectos sócio-históricos da língua portuguesa e às políticas linguísticas, aquando da reforma Pombalina. Inicialmente, a dificuldade em identificar os vários traços para uma mesma letra foi motivo de aflição, bem como a questão da separação vocabular. No entanto, o trabalho cotidiano desenvolveu a habilidade necessária.

Após a finalização da edição, percebemos que alcançamos a nossa pretensão central e que este material pode estar disponível para outras pesquisas e para diversos fins, conforme defendido nos primeiros capítulos, e isso torna perceptível a validade de um trabalho de pesquisa. A importância de um trabalho com transcrições fidedignas para a descrição dos fatos da língua surge da necessidade, conforme afirma Auerbach (1972, p. 11), de salvar as obras que se constituem como patrimônio cultural de um povo de alta civilização “do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular ou desleixo dos copistas nelas introduziriam necessariamente”.

Para além de contribuir com dados sócio-históricos sobre a língua portuguesa no século XVIII, também procuramos fornecer informações sobre a questão da sociedade indígena num período que tanto lhes custou e também sobre a educação na colônia nesse período. Como observamos, o novo modelo proposto por Pombal era inspirado nos ideais iluministas e visavam uma profunda reforma educacional. Assim, a metodologia eclesiástica dos jesuítas foi substituída pela pedagogia da escola pública e laica; criação de cargos como o de *escrivães-diretores* e introdução de aulas régias.

Porém, a falta de um novo projeto educacional provocou consequências graves, uma vez que as escolas com cursos graduados e sistematizados foram introduzidas apenas em 1776. Tal situação é ilustrada pelo próprio Barreto, ao afirmar que, naquele período, a educação dos índios da Bahia estava nas mãos de pessoas poucos instruídas para tal. Para além do contexto de grande diversidade linguística, a situação agrava-se ainda mais quando consideramos que o professor, o mediador de um ensino que estava

sendo obrigatório na colônia e que ainda nem existia como profissão, emergiu de médicos, engenheiros e militares. Ocupar o posto de alguém responsável pelo ensino, obviamente, era significativo no seio da elite brasileira, mas o período de indefinição da profissão foi longo e a demanda era pouco expressiva, correspondendo à classe média.

Além da edição e do estudo sócio-histórico, teve-se a preocupação em proporcionar, com os recursos disponíveis, uma análise dos aspectos paleográficos e identificáveis do manuscrito. Em função dos limites temporais e estruturais da pesquisa, não nos foi possível editar documentos exógenos ao *Plano*, bem como suas outras versões, nem levantar um glossário de abreviaturas, questões que poderão ser retomadas posteriormente.

Embora o texto não tenha sido escrito por um índio, mas por um militar defensor da Coroa, podemos observar, a vontade dos índios – nomeadamente *bravos* – em sua insubserviência que, como ilustra o próprio autor, ocasionou várias guerras e, por consequência, genocídios. No entanto, isso não impediu que se formasse uma *língua geral* naquela região, diferente do que se acreditava anteriormente. Barreto faz inúmeras referências a essa *língua geral* e, no seu método, tal qual fizeram os jesuítas, estimula o seu uso na instrução dos índios e, só posteriormente, a língua portuguesa.

O projeto de Barreto, provavelmente não foi o único enviado à Rainha D. Maria I, de Portugal, no fim do século XVIII, com objetivo a adoção de uma postura mais dura diante das comunidades indígenas que resistiam e que viviam nos sertões, zonas de pretensa riqueza mineral, ou que ocupavam territórios de interesses particulares. Como resultado das pressões da colônia, há a decretação da Carta Régia de 12 de maio de 1798 (dois anos antes do envio do *Plano* de Domingos ao Bispo de Beja), que aboliu finalmente o Diretório Pombalino, “suprimindo o cargo de Diretor de Aldeia e o direito do índio vender livremente sua força de trabalho”. Dessa forma, restringiu-se a liberdade do indígena, incentivando-se os descimentos e a imposição do trabalho compulsório.

Com a queda de Pombal, em 1787, e o fim do Diretório dos Índios, em 1798, as relações de trabalho dos índios foram modificadas, de modo que ressurgiu, novamente, a centralidade da religião e a exigência de um tratamento mais direto e fiscalizador por parte da Coroa. Portanto, o Plano de Barreto emerge como uma das várias alternativas no tratamento das questões indígenas; é justamente nesse vácuo legal que emergem

esses e tantos planos de civilização, em decorrência de uma profunda instabilidade da época, refletida na educação dos índios.

Em suma, a busca de dados que possam subsidiar o estudo sobre a atuação do índio na sociedade e na formação do português brasileiro e a questão das políticas linguísticas, antes e depois da *reforma pombalina* é cada vez mais necessária. Portanto, acreditamos que as informações aqui contidas possam contribuir com futuras pesquisas, tanto linguísticas como histórico-sociais, sobre a atuação dos índios numa sociedade complexa que, nas palavras de Darcy Ribeiro, foi “lavada em sangue negro e sangue índio”.

Bibliografia

- ABREU, Ricardo Nascimento. **A escolarização linguística como projeto de civilização: o ensino de língua portuguesa na província de Sergipe, na primeira metade do século XIX, através do método lancasteriano**, 2011.
- BORGES NETO, José. **Ensaio de filosofia da lingüística**. São Paulo: Parábola editorial, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- BROCARD, M. Teresa. **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.
- BROCARD, M. T.; EMILIANO, A. **Considerações sobre a edição para a história da língua portuguesa**. In: Santa Barbara Portuguese Studies VI, Universidade da Califórnia Santa Barbara, 2002.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARNEIRO, Zenaide O. N. (Org.). **VOLUME 1 (1809-1904). Cartas brasileiras (1809-2000): coletânea de fontes para o estudo do português - V1**. 1. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2005.
- GONÇALVES, M. F. **As idéias ortográficas em Portugal e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734 – 1911)**. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e Tecnologia, MCES, 2003.
- LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português no Brasil. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (orgs.) **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.
- LOBO, Tânia Conceição Freire. A questão da periodização da história linguística do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (orgs.). **Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003.
- _____. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro **in: Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias** Salvador: EDUFBA, 2009.
- _____, Tânia Conceição Freire; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes; MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Índícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII. In: LOBO ET AL (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2006.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). **Para a história do português brasileiro. Primeiros estudos**. v. 2. t. 2. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001. p. 275-301.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma Sócio-História do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Lingüística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008.

MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Academia, 1957.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Matrizes da língua portuguesa no Brasil meridional: 1680-1830**. In: MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro: Primeiros Estudos*. 1 ed. São Paulo: Humanitas / FAPESP, 2001, v. 2, p. 401-422.

PERRONI-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuel Carneiro da (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo. HUCITEC; EDUSP; FAPESP, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Núbia Braga. **Catequese e civilização dos índios nos sertões do império português no século XVIII**. SCIELO, 2009. Disponível em www.scielo.com.br, acess e, 30 de junho de 2014.

RODRIGUES, AryonDall’ Igná. As línguas gerais sul-americanas. **Papia. Revista de Crioulos de Base Ibérica**. Brasília: Thesaurus, n.4. 1996.

SAMARA, E. de M. **Fontes coloniais. In: Paleografia e fontes do período colonial brasileiro**. Estudos CEDHAL, Nova Série nº 11. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, p. 39-85. 2005

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. **Aspectos fonológicos do português falado na baixada cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil (Manuscritos da época das Bandeiras, século XVIII)**. São Paulo. Tese (Doutorado) “Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.” 2000

_____. Grafemas e diacríticos em manuscritos setecentistas. In: **Sobre o retorno à filologia, diacronia e outros estudos**. Rio de Janeiro: CiFEFil, v. 10, p. 75-83. 2003.

SANTOS, Fabricio Lyrio. **Da catequese à Civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)**. Dissertação de Doutorado. Salvador. UFBA, 2012.

SOUZA, Maria Ionaia de Jesus. **Cartas, requerimentos, pareceres e afins: edição de documentos da Capitania da Bahia do século XVIII**. Dissertação de mestrado. Salvador. UFBA, 2012.

SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio, **Fundamentos da crítica textual**, Rio de Janeiro, Lucerna, 2004.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Apêndice: Edição Semidiplomática

[fol. 0] Plano³⁰|| Sobre a civilização dos Indios do Brasil|| E principalmente³¹|| Para a Capitania da Bahia,| no qual tambem se manifesta a Missão| que entre os mesmos Indios fizeraõ os| Missionarios, e proscriptos Iesuitas.|| Apresentado|| Ao Exm^o. e Rm^o. Senhor Bispo de Beja|| Por|| Domingos Alvez Branco Munis Barreto| Tenente Coronel do Regimento de Cavalla=| ria Auxiliar da Capitania da Bahia //

[fol. 1r]³² Exm^o. e Rm^o. Senhor|| Todos aquelles que tem cabal conhe=| cimento do benigno, e piedôzo animo| de V.Ex^a., não podéraõ ter por temera=| ria a resolução que tomo de apresentar| a hum Sabio rasteiras ideyas do meu| diminuto talento, porque todos tambem| sabem que V. Ex^a recebe superior contenta=| mento quando se lhe offerece occasiaõ| de favorecer aos opprimidos. [espaço] Eu consi=| dero *que* os que presentemente se fazem mais| dignos de compaixão são os Indios do Bra=| sil. Elles se achaõ na mais critica situ=| açãõ, e creyo *que* ainda em peyor estado do // [fol. 1v] do que os achamos no seu descobrimen=| to. [espaço] Athê entãõ eraõ ferôzes por que as=| sim tinhaõ nascido, o vicio entre elles se| reputava virtude pela sua agreste educa=| çãõ, os seus costumes, e a sua confuza cren=| sa era aquella ensinada por seus Pays, por| não terem noticia de outra alguma. As=| sim vivendo nas trevas do seu gentilismo| com inteira ingnorancia da fé, e da revela=| çãõ, sem commetter / como me parece / pec=| cado de infidelidade, poderiaõ obter toda| a graça para a sua salvaçaõ. [espaço] Agora| porem *que* elles não tem ignorancia inven=| civel da verdadeira fê se perdem milha=| res de almas de desgraçados Indios no me=| yo das suas gentilidades. [espaço] E com que| lastima, e vergonha succede isto entre| huma Naçaõ polida, e *que* tem por timbre // [fol. 2r] timbre a fidelidade da Religiaõ.|| Pareceo *que* com o descobrimen=| to do Brasil se tinha obtido a mayor fe=| licidade para o Estado, não sô pela utilida=| de vantájoza, *que* poderia resultar das suas| ricas producçoens, mas pela de fazer felizes| a huns homens, *que* sô pela figura se conhecia| *que* eraõ racionais. [espaço] Porem o contrario| succedeu, porque nem da quelle vasto Conti=| nente se tira todo o partido, e utilidades| proprias delles, nem estes miseraveis pode=| raõ obter a luz da verdadeira fê, *que* ainda| entre os Indios mais pacificados, e *que* se achaõ| aldeyados está vacilante.|| Estes Indios, antes do desco=| brimento, geralmente adoravaõ a huma Ex= <cellencia>³³ // [fol. 2v] Excellencia Superior a que chamavaõ na| sua lingua Tupá, e a sua seita era hu=| ma, e esta seguida de quaze todas as Na=| çoens. [espaço] Entãõ hê *que* a pregação sendo| feita, como devêra ser, com fervôr, menos| lhe custaria deixar os seus erros, e abra=| çariaõ não sô a Ley de Christo, por ser| a verdadeira, mas tambem por ser a pri=| meira, *que* se lhes pregava. [espaço] Hoje porem| succederá o contrario, não sô porque nós| mesmos os temos corrompidos com os nossos| exemplos, mas porque entre muitas Naço=| ens se conserva hum geral Atheismo, por| descendencia dos seus antepassados. Es=| tes militando nas guerras do Brasil a fa=| vor dos Francezes, e Holandezes, *que* por frou=| xidaõ nossa nos disputaraõ a posse da *quelle*| rico Continente, portanto tempo, sendo as // [fol. 3r] as Tropas destes inficionadas de Iudeos| de Amsterdaõ, de Protestantes de Ingla=| terra de Calvinistas de França, e de Lu=| theranos de Alemanha, e Suécia, assim| se achaõ immensas naçoens de Indios *que*| foraõ ensinados por estes,

³⁰ Na margem superior do fôlio, consta uma rubrica não decifrada e a inscrição do número “61”, à caneta.

³¹ Ao lado, existe o carimbo da BPE.

³² Nada consta no verso do fôlio 0.

³³ Inserido na margem inferior direita.

seguindo alem| dos seus particulares erros todos os *que* per=| mitten aquellas seitas.||³⁴
 Isto bem mostra, Exmº *Senhor*,| a necessidade se de promover a conversão| da quelles
 desgraçados homens, nomeando-| se doutos, e virtuosos Missionarios *para* os ins=|
 truïrem, e convencerem, e *que* exercitem o| seu Ministerio entre elles de diverso mo=|
 do, *que* praticavaõ os antigos Missionarios,| e proscriptos Iesuitas. [espaço] Estes
 Padres| hoje, sem duvida, convencidos de pertur=| <badôres>³⁵// **[fol. 3v]** perturbadores
 da paz, e do sucêgo publi=| co, não perdoaraõ a estes miseraveis In=| dios os enganos
 com *que* de tudo tiravaõ| partido, e com *que* das suas missoens tira=| raõ grandes, e
 particulares utilidades.|| Para isso nem os izentou a barbaridade| dos seus costumes, nem
 a compaixão da| sua muita simplicidade, e confiança, *que*| delles fizeraõ.|| Estes
 péssimos Missionari=| os foraõ os *que* concorreraõ, emquanto a mim, não| sô *para* a
 desordem espiritual, mas ainda| *para* a temporal em *que* ainda hoje vivem os| Indios do
 Brasil, e *que* os reduziraõ por lar=| go tempo a hum duro captiveiro, apezar| do muito
 que escreveraõ sobre as liberdades dos| mesmos Indios, servindo-se delles ao mes=|
 <mo>³⁶// **[fol. 4r]** ao mesmo tempo *para* o serviço das suas la=| vouras , e das suas
 cazas, e hospicios, como| hê bem constante, e manifesto em todo o Brasil.|| Todos estes
 motivos, Exmº| *Senhor*, e o deser natural da quelle Paîz,| me movêraõ, incitado de hum
 zêlo da| Religião, a procurar não sô o melhoramento| destes miseraveis, mas a gloria, e
 utilida=| de da Nação. [espaço] Para o fazer não me| faltava o tempo, porque assaz me
 sobeja| bastante, pelas demoras das muitas pertença=| ens, em cujas vagas sempre
 aborreço| o ócio. [espaço] O assumpto era vasto, e exi=| gia talento *para* fallar delle, e
 outros co=| nhcimentos de que sou destituído; po=| rem a materia hê de qualidade tal,
 que // **[fol. 4v]** *que* ainda entre aquelles *que* sem intel=| ligencia, escôlha, e gosto levaõ
 onde quer| *que* chegaõ o fastio comsigo *para* criti=| carem, eu terei toda a desculpa,
 emquanto| mais entre aquelles onde sô resplande=| ce, como V. Exª as sciencias, e as
 virt=| tudes.|| Com esta confiança me| atrevi a formar hum tosco plano, infor=| me, e
 sem methodo, o qual bastando| *que* fosse entendido, pelo *que* pertence a| os abuzos da
 pregação Evangelica, *que* allí| se praticaõ ficasse pertencendo o reme=| dio ao Sabio, e
 providente Ministerio,| *que* hoje admiramos.|| Para *que* mais seguro // **[fol.5r]** seguro
 podesse chegar o clamor ao Real| Thrôno, tomei a deliberação, e o arrojo de| dedicar taõ
 informes discursos aos pêz| do Magnanimo, e Benefico Principe| do Brasil, *que*
 Presidindo com este| titulo àquelle vasto Continente, pela| sua piedade se quizesse
 dignas de pro=| teger aos seus habitantes Indios, no principal| objecto, *que* deve ser o da
 Religião.|| Como o mesmo plano se| divide em duas necessarias providen=| cias, assim
 espiritual, como temporal,| era mister *para* huma, e outra cousa dous| Sabios
 Protectôres, *para* *que* fazendo persua=| dir da singelêza, e sinceridade das mi=| nhas
 expreçoens ao Iusto Principe, tam=| bem podessem com a sua energia dar // **[fol.5v]** dar
 força às minhas rudes, e confuzas| expreçoens.|| Pelo *que* pertence ao| Espiritual, a quem
 devera eu procu=| rar senão a V. Exª, *que* pelas suas| raras virtudes, e extraordinarios
 talen=| tos se tem feito respeitar pelo mais| exemplar Prelado do Universo. Hê| proprio
 do Ministerio de V. Exª o pro=| mover o bem, e melhoramento da Reli=| gião, a
 propagação da fê, e a felecida=| de das almas. [espaço] Eu direi mais, Exmº| *Senhor*, *que*
 athê por huma especie de re=| tribuição V. Exª deve proteger, e ampa=| rar os habitantes
 de hum Paîz, onde| sem *que* obite a distancia, e o Seo Grande| Nome hê conhecido, e
 respeitado, bem como // **[fol. 6r]** como em todo o Mundo³⁷.|| Pelo Temporal, ou *para*
 mais| bem dizer, pelo *que* pertence as uti=| lidades do Estado, *que* muito utilizará| na

³⁴ Ao lado, existe o carimbo da BPE.

³⁵ Inserido na margem inferior direita.

³⁶ Inserido na margem inferior direita.

³⁷ Ao lado, existe o carimbo da BPE.

civilização deste Indios, se elles| se chegarem a fazer industriosos, dei=| xando a preguiça, e indolencia que| por falta de quem os anime anda allí| com elles unida à fertilidade do Paiz;| a quem devêra eu procurar senão| a hum Sabio, e Politico o mais Sublime,| a hum *que* a face de toda a Europa se apre=| senta modéllo de bons Ministros de Esta=| do, que sabe promover a feicidade dos| póvos, que sabe fazer recta, e ajuntadamente a distribuição da justiça, que não // **[fol.6v]** não se néga de ser Bemfeitor dos *que*| vêm continuadamente a cara a desgraça,| enfim hum que podesse de algum| modo competir na Illuminação, e| nas virtudes com V. Ex^a. Este pois,| Exm^o *Senhor*, foi o Grande Iosê de| Seabra, e Silva. [espaço] Outra igual| copia lhe apresentei, *para* que dando| toda a força, e vigor ao meu infor=| me debûxo, venhaõ a dever aquelles| desgraçados habitantes toda a sua| felicidade a Hum Principe, que| pelos Sabios docûmentos de Huma| tão compasiva Soberana, faz toda| a esperança, e o milagre do Seculo: a| Hum virtuozo Prelado, e a Hum Mi=| nistro de Estado, que servindo de colum=| nas à Monarchia desterraraõ os vicios // **[fol. 7r]** o vicio, e os abuzos, fazendo respeitar a| Religião em Paizes tão remotos.|| Deos Guarde a V. Ex^a por| muitos annos. [espaço] Lisboa 2 de Ianeiro| de 1790.|| Bêja a mão de V. Ex^a || O mais fiel, e Neves.te³⁸ Criado|| **Domingos Alvez Branco Muniz Barre<to>**↑.//³⁹ **[fol. 8r]** **A mayor infelicidade a que|** pode chegar a creatura racional neste| Mundo hê a de não conhecer nelle a verda=| deira Religião. [espaço] A corrupção dos Secu=| los, os caprichos dos homens, e os differentes| sistemas de muitos Apóstatas, que foraõ apo=| yados pelos Reys, e o *que* ainda hê mais *para* lasti=| mar por Príncipes, e Ministros da Igreja,| tem feito tal estrago, *que* ainda entre muitos| póvos, *que* tractaraõ de a conservar nesse tempo| pura, e intacta, hoje se vê corrompida, e di=| mínuido entre elles o seu esplendor, vendo-se| a cada instante em pratica sacrilegios, e at=| tentados.|| Que novidade pois nos deve| causar, a vista disto, as supertiçoens, e a bar=| baridade da quelles póvos, *que* vivendo em hum| paiz remoto, e desconhecido, differindo em pou=| co dos brutos, pela sua educação, pelas erradas// **[fol. 8v]** erradas maximas da sua vida; e pela depra=| vação da sua conducta adoraõ os vicios, e os| costumes em *que* nasceraõ. ~|| Quem se poderá persuadir,| *que* sendo a mayor parte, ou quaze todos os In=| dios do Brasil, e creyo *que* ainda todos os ha=| bitantes da Azia, e Africa *que* saõ os que| vivem da quelle modo barbáro, tendo assaz| a Providencia à tempo dilatado permitti=| do a caminho de poderem chegar ao gre=| mio, e receberem a verdadeira fé, se conser=| vaõ ainda nos embustes praticados nas| suas incultas, rudes, barbaras, e inhuma=| nas habitaçoens. [espaço] Quem poderá crer| que tendo sempre os Senhores Reys de| Portugal promovido com o mayor zêlo a ex=| tenção da fé na quellas legioens, não sô| se não tenha concluido o fim apetecido,| e dezejado de chegar aquelles infieis à // **[fol. 9r]** à Luz da verdadeira Religião, mas *que* ainda| entre elles haja huma total ignorancia das| Leys da humanidade, tendo huma, e ou=| tra cousa concorrido *para* a infelicidade ma=| xima da perdição, e condenação de tantos| milhares de almas⁴⁰.|| Isto pois hê o que me obri=| ga por hum puro fervor, e zêlo da Religi=| aõ; e de mistura pela utilidade vantájoza| *que* resultaria ao Estado da civilização do| resto destes miseraveis, *que* augmentariaõ| a povoação, aproveitariaõ à agricultura,| e indústria, fazendo-se bons Pays de fami=| lias, bons esposos e uteis cidadaons, a for=| mar o presente plano, dividindo-o em trez| partes: na primeira mostrarei o estado em| que se achavaõ aquelles barbaros, e infieis| no descobrimento do Brasil; o modo com *que* se principiou a missaõ, e a alteração e abu<zo>⁴¹// **[fol. 9v]** e abuzo que nella houve: na segunda o es=| tado em que se achaõ

³⁸ Desconhecimento da abreviatura sincopada com letras sobrepostas. Não foi possível desdobrá-la.

³⁹ Nada consta no verso do fôlio.

⁴⁰ Ao lado, existe o carimbo da BPE.

⁴¹ Inserido na margem inferior.

presentemente os mës=| mos Indios, e o modo indecorôzo com que se| continuaõ algumas missoens, tendo outras| ao mesmo tempo parado: na terceira o| melhor methodo / medindo a naturêza e| costumes da quelles barbaros / não sô para| se lhe continuar a crença, mas de os tornar| ao mesmo tempo cidadãos uteis ao Estado.|| **Primeira demonstração**| Todos sabem que no anno de 1500 tem=| po em que Reinava o *Senhor Rey D. Ma=|* noel partindo de Lisboa Pedro Alvarez| Cabral para a India, com huma frota| de 13 Naus| foraõ estas arrebatadas por // **[fol. 10r]** por força de ventos tempestuosos, e perden=| do o rumo que levavaõ para o Oriente se en=| golfaraõ demasiadamente em o Oceano,| athê *que* houveraõ vista de terra, onde a| não esperavaõ aos 24 de Abril do mesmo| anno. [espaço] Reconhecida esta se aproxima=| raõ, e lançaraõ ferros saltando logo em| terra, que denominaraõ porto seguro, on=| de arvoraraõ a 3 de Mayo o primeiro Estan=| darte da Corôa Portuguesa, dando o titu=| lo a todo aquelle Continente de terra de| Santa Cruz, o qual se converteo depois em| Brasil. [espaço] Este descobrimento veio deci=| dir das patranhas *que* se escreveraõ sobre| a sua existencia. [espaço] Aristoteles foi o pri=| meiro *que* infamou a America, e toda a mais| terra situada debaixo da Zona torrida,| por incapaz de habitação pelos excessivos| ardores causador da proximidade della.|| Deixamos outras muitas opinioens de // **[fol. 10v]** de Filozophos e Astrologos, negando huns| que não podia ser habitada pela incle=| mencia dos Astros outros suppondo que| na quella Região não havia Ceo correspon=| dente, por entenderem que este não era| espherico, e por isso a julgavaõ tornada| em Chaós, ou sômente em agoa, e ar: outros| *que* os mares não podiaõ ser navegaveis por| immensos, e tormentozos, e ultimamente os que| a concediaõ era com impossibilidades ta=| es, *que* era o mesmo *que* a não haver. [espaço] Du=| raraõ estas varias opinioens athê que| appareceu em o anno de 1492, Christo=| vaõ Collon, Genovêz de naçaõ, *que* com o au=| xilio da Raynha D. Catharina, depois *que* outros Potentados despresaraõ as suas re=| laçoens, e offerecimentos deu principio a| descobrir parte da quelle vasto Continen=| te.|| Descoberto por este grande // **[fol. 11r]** grande homem se fez conhecer este Paiz,| tido pelos antigos em taõ mã conta que| o julgavaõ seco, deserto, e inhabitavel,| temperado, ameno, abundante de chuvas,| orvalhos, fontes, rios, e pastos: e de todas| as produçoens dos trez reinos da naturê=| za, em taõ grande copia, e riqueza, que| por toda a parte se ostenta allí a mesma| natureza imperioza, e cheia da mayor| energia, prodigalizando com mã libe=| ral todos os seus mais preciosos dons me=| recendo por esta causa entre os Filozo=| phos modernos e de todos de commum| acordo a reputação de ser o paiz mais ri=| co em produçoens naturaes. (a)⁴² || Recebidas estas noticias| mandou o *Senhor Rey* Manoel tomar // **[fol. 11v]** tomar posse da quelle descobrimento pelo| Comosgrapho Americo Vespucio, e daqui| vem o chamar-se America, e depois por| Gonçalo Coelho, que exploraraõ e demar=| caraõ o paiz. [espaço] O que por elles foi fei=| to depois approvou o *Senhor Rey* D. Ioaõ 3º, | que por falecimento do *Senhor Rey* D. Ma=| noel occupava o Thrôno, a tempo em *que* deraõ fim a sua comissaõ.|| Os habitantes deste rico| paiz, que no seu descobrimento impro=| priamente chamaraõ Indios, e os reduzem| alguns a trez, e outros a seis classes. Eu| não sô pelas tradiçoens *que* achei entre| os mesmo Indios, de quem procurei ins=| truir-me, mas ainda pela materia de| que tracto, sô os reduzo a duas naçoens| genericas, Indios mansos, e Indios bra=| <vos>⁴³ // **[fol. 12r]** bravos. Mansos chamo aos que com al=| gum modo de republica, ainda que| informe, são mais trataveis, e doces.|| Bravos pelo contrario aos que vivem| sem modo algum de governo, e que com| dificuldade se deixaõ tractar. Nestas| duas classes principaes se comprehendem| todos os ranchos de

⁴² Nota de rodapé do fólio: (a) Assim o affirmaõ Pizaõ, Liceu, e o celebre| Bufon.

⁴³ Inserido na margem inferior direita.

semelhantes Indios,| que correm ordinariamente toda a costa| do Brasil⁴⁴.|| Tem elles commum mente| olhos pretos, narizes compressos, e chatos,| boca grande, cabêlos pretos, e corredios; não| tem barba alguma, ou muito pouca; vi=| vem muito, e com facilidade entre elles se| achaõ muitos de 120, e 130 annos, e não| entraõ em cans senaõ depois de huma| muito decrepita idade: poucas deformi=| <dades>⁴⁵// **[fol. 12v]** deformidades da naturêza se encontraõ| entre elles. [espaço] Quando saõ meninos| saõ doceis, amaveis, engenhozos, e bem| inclinados, porem insensivelmente| vaõ de maneira perdendo estas boas| qualidades, *que* quando chegaõ a ser| homens, ficaõ igualmente brutos, como| os outros. [espaço] A sua cor hê vermêlha. Pro=| cede esta sem duvida do calor do clima,| apezar de que os primeiros povoadores fa=| zem de cor branca.|| Comem ordinaria=| mente raizes de plantas. A mandioca, aypí,| batata, inhame, cará, mangará, e outros| muitos cereaes, fructas silvestres, a cassa,| e peixes dos rios, ou da costa do mar lhe pres=| taõ o sustento. [espaço] Nesta mesma comida| tem sua diversidade, porque comem assa=| <do>⁴⁶// **[fol. 13r]** assado, cozido, crú, ou tostado ao Sol. As| horas, e tempo de comer hê quando a natu=| reza lho pede, assim de dia, como de noite| e enquanto comem observaõ hum grande| silencio, e nunca sobre a comida bebem vi=| nho algum, mas sim depois, e as vezes com| demazia (a)⁴⁷|| Não me detenho em mos=| trar com individuação em *que* tempo entraraõ| a povoar este Continente, nem donde vieraõ| para allí os seus primeiros progenitores. Nem| o sofre a brevidade, nem esta controversia hê| facil de decidir. [espaço] Deixando as patranhas| destes gentios em *que* muito crêm, e *que* sô causaõ ga=| lantaria, afirmando huns *que* elles procedem // **[fol. 13v]** procedem de homens, que sahiraõ de lagos,| e das entranhas da terra chamados Vira=| cochas, outros de homens abortados pelo Sol,| *que* denominaraõ Tupessás; referimos as| dos nossos escriptores, entre os quaes hã| tambem grande diversidade de pareceres.|| Huns⁴⁸ afirmaõ *que* o primeiro| povoador foi Ophir Indico, filho de Pec=| tan, netto de Heber, *que* do Oriente dizem| passara a senhoriar a America, entran=| do pela parte do Perú, e Mexico. Outros| *que* foraõ os confundidos da torre de Babel,| e *que* alguns vieraõ a habitar a America.| Outros *que* foraõ os Hebreos, aos quaes Salo=| maõ costumava enviar em suas Naus em| busca de ouro, e paos preziosos à Região de| Ophir, *que* julgaraõ ser esta da America,| dando por fundamento, *que* sem *que* obitasse| as carrancas dos antigos Filozophos de que // **[fol. 14r]** de que não eraõ estes mares navegaveis, ten=| do Salomaõ sciencia, e verdadeiros conheci=| mentos da dispozição de todas as terras do| Mundo, e por consequencia dos thesouros| do Brasil, e alem disto sciencia infuza das| artes de Comosgraphía, Geographía, e| Hidrographía, não lhe sería difficuloso| dar o rumo às suas armadas. Outros| *que* sendo esta terra do Brasil a chamada por| Plataõ Ilha de Atlante, cuja extenção des=| de as columnas de Hércules, athê as par=| tes Orientaes, e Occidentaes, deixando pou=| co espaço que vadiar, por huma, e outra par=| te, por aqui julgaraõ passaraõ os primeiros| povoadores do Brasil, e *que* por occaziaõ de| hum grande terromóto, e alluviaõ de agoas| de hum dia, e noite foi sovertida a terra e i=| nundada pela agoas do Oceano ficando| navegavel o chamado mar Atlantico, sômente| com algumas Ilhas, por modo de reliquias // **[fol. 14v]** reliquias da quelle grande corpo ficando| assim dividida a terra da America, co=| mo hoje a vemos; [espaço] Os modernos final| mente sô affirmaõ, *que* sería feita por alguns| *que* de qual quer modo podessem ser trans=| portados à America. [espaço] O grande Histo=|

⁴⁴ Ao lado, existe o carimbo da BPE.

⁴⁵ Inserido na margem inferior direita.

⁴⁶ Inserido na margem inferior direita.

⁴⁷ Nota de rodapé do fôlio: (a) Saõ insignes fabricantes de vinhos de| muitas qualidades; e se contaõ entre elles| mais de oitenta qualidades de differentes fructos.

⁴⁸ Ao lado esquerdo, existe o carimbo da BPE.

riador das duas Indias conjectura se fizes=| se esta passagem da extremidade Euro=| péa para a parte mais septentrional da| America, cuja igualdade de clima, e pe=| quêna separação faz mais crível esta con=| jectura.|| **Dos Índios Mansos**|| A nação generica de Índios mansos| comprehende todas as differentes especies| dos que povoão a Costa do Brasil, e fallaõ // **[fol. 15r]** fallaõ aquella lingua commua e| de que os Iesuitas composeraõ, e ordena=| raõ huma arte. [espaço] Saõ os mais principa=| es entre elles e mais conhecidos, em primeiro| lugar os Igbirayras, a que nós os Portugue=| zes chamamos Bilreiros, por serem estes| de bons costumes, e uzarem da monogamã,| e não comerem carne humana, tendo su=| geição a huma sô cabeça. [espaço] Depois destes| saõ os Tobayaras, Tupís, Tupinambás, Tu=| pinaquís, Tupigoães, Tumiminós, Amoig=| pyras, Araboyaras, Rariguoáras, Potigo=| áres, Tamoyos, de *que* hê principal o grande Gato,| e Carijós; e todos estes, e outros menos conhe=| cidos, fazem huma sô especie, ainda que,| vivaõ dispersos em differentes Lugares.|| Entre estes Índios os *que* per=| tendem ser os primeiros povoadores, chamados| a seu modo Senhores da terra saõ os Tabo=| <yaras>⁴⁹// **[fol. 15v]** Taboyaras, cujo nome derivando-se de| tobá, *que* significa na sua Lingua rosto, com| isto vem a dizer *que* saõ Senhores do prin=| cipal, frente, e cabeça da mesma terra. || E assim hê porque estes saõ os que senho=| reaõ grande parte da Costa do mar; po=| rem, ou seja, ou não por este motivo, hê| certo *que* elles saõ muito reverenciados en=| tre os mais Índios, assim por valentes,| como por fieis|| Depois destes em segundo| lugar estaõ os Potigoães, assim no valor,| como na astucia, como bem tem mostrado| nas guerras *que* tem tido com os Taboyaras.|| Hê taõ grande a sua população *que* não| sô vivem por toda a costa de Itamaraca, e| Capitania de Pernambuco, mas entraõ grande| espaço pelo sertoã athê as serras de Capoa=| ba: elles já chegaraõ a pôr em campo contra // **[fol. 16r]** contra os Tamoyos sincoenta mil arcos sen=| do tambem os que no descobrimento do Bra=| sil se houveraõ humanamente com os nossos| Comosgraphos, *que* delles souberaõ muitos segre=| dos dos seus sertoens, e lhes serviraõ de guia,| por serem muito astutos, e de huma incompara=| vel vivêza, principalmente em conhecimentos| de ervas medicinaes|| Os Tamoyos *que* estaõ em| terceiro lugar, tambem saõ muito reveren=| ciados entre os da sua especie, pela sua cons=| tancia, modo de pelejar, e valentias, e a sua| principal habitação hê nas serras do Rio| de Ianeiro|| Outra especie hã⁵⁰ de Índios| domesticos, *que* se não contaõ de mistura, entre| os que tenho referido, por terem diversa lin=| gua, quaes saõ os Índios Poyânas, *que* vivem // **[fol. 16v]** vivem pelo rio das Amazonas a cima, e| confinaõ com os Carijós, com quem sempre| trazem renhidas contendias, e guerras. Estes| pois saõ todas as naçoens de Índios, que| podem civilizar-se com mais facilidade,| e *que* se devem primeiro reduzir para facilitar| a comunicação com os da segunda especie,| os quaes saõ os que passo a ponderar.|| **Dos Índios bravos**|| Entre os Índios a que chamos bravos, os| mais temiveis saõ os Aymorés. Estes saõ| os mais brutaes, e dehumanos de todo o| Brasil. [espaço] Descendem dos antigos Tapuyas,| *que* pelas muitas guerras civis *que* entre si tiveraõ| se dividiraõ em bandos, e se recolheraõ ao inte=| <rior>⁵¹. // **[fol. 17r]** interior do sertoã a lugares fragozos, e es=| tereis, onde não podessem ser achados e| delles assim separados vieraõ por falta de| comunicação, pelo decurso do tempo, se=| us filhos, e netos a perder a propria lingua=| gem, e tal desconcerto fizeraõ nesta, que| formaraõ outra, a qual de nem huma ou=| tra nação hê entendida, nem ainda mes=| mo dos Tapuyas de quem descendem, por| *que* alem da differença dos nomes, *que* deraõ a| todas as cousas, pronunciaõ com voz gutu=| ral, e arrancada do peito. [espaço] Hê nação agi=| gantada, e forte, não conservaõ cabêlo, mais| *que* o da cabeça, porque todos os

⁴⁹ Inserido na margem inferior direita.

⁵⁰ Acima, existe o carimbo da BPE.

⁵¹ Inserido na margem inferior direita.

mais do corpo| arrancaõ. [espaço] Os seus arcos são demaziada| mente grandes, e são
 tão destros nelles, *que* nada| escapa ao seu ponto. [espaço] Não tem mora=| da certa,
 aldeya, ou caza, vivem todos nuz,| assim homens, como mulheres, pelos campos| a
 maneira de brutos, e fêras; dormem sobre // **[fol. 17v]** sobre folhas no chaõ, cobrem-se
 com os ra=| mos das arvores, e se defendem assim da| chuva, e calor do Sol. [espaço]
 Comem frutas sil=| vestres, e caça crua. [espaço] Nada semêaõ. Saõ| muito amigos de
 carne humana, *que* lhes| hê mui saborôzo pasto. Para a terem daõ| continuos assaltos,
 acomettendo sempre a| traiçaõ, porem se chegaõ a ser descobertos| e se lhes resiste, logo
 fogem, sem fê, ou leal=| dade alguma entre si. [espaço] Este barbaro cos=| tume hê tão
 horrôzo à natureza, *que* posto| o neguem alguns escriptores, o praticaõ na| verdade.||
 Estes verdadeiros salvagens,| de *que* hã grande número são os perturbado=| res dos
 povos de Porto seguro, e da Comarca| dos Ilheos.|| Alem destes Aymorés,| descendentes,
 como jã disse dos Tapuyas, hã. // **[fol. 18r]** hã outra especie de verdadeiros Tapuyas,|
 que quer dizer na sua lingua contrario| de todas as naçoens. [espaço] Verificaõ toda a|
 força do seu nome, porque não perdem oc=| caziaõ de cevar a sua gula em qual queres|
 miseravel que encontrem de outra na=|çaõ, a fim do que fomentaõ continuadas| guerras.
 [espaço] O seu número hê imenso: al=| guns escriptores chegaraõ a afirmar, *que*|
 excedia ao de todas as outras naçoens jun=| tas. Isto hê verosimil, porque elles occu=|
 paõ huma grande parte das terras do| Brasil e principalmente as margens do rio graõ
 Pará.|| Todos estes Indios / fallando| geralmente / emquanto habitaõ os seus ser=| toens,
 e seguem os seus barbaros costumes,| e ritos são deshumanos, e sem Ley, nem Rey|
 seguem as do seu appetite, e gosto. Conservaõ-se // **[fol. 18v]** conservaõ-se nus em
 ranchos pelos cam=| pos, assim homens, como mulheres. An=| daõ esburacados muitos
 delles pela orê=| lhas, beijos, e faces, engastando nestas aber=| turas pedras finas, e
 pedassos de ouro. A| quantidade destes buracos decide do numêro| das suas façanhas, e
 os differença do res=| to, afiançando a sua mais brilhante| qualidade. [espaço] A sua
 morada commum| mente, hê sem forma, nem sugeiçaõ de re=| publica, vivem
 vagabûndos pelos montes,| pelas brenhas, pelos campos, sem amor| de Patria, mudando
 de lugar segundo| exigem as suas caçadas, e pescarias, para| o que se servem igualmente
 dos seus arcos|| Fallos mais nobres⁵², e fidal=| gos a vingança *que* executaõ no
 prisionei=| ro de guerra sem resistencia, e ainda // **[fol. 19r]** e ainda no simples
 innocente de poucos| annos, *que* nunca os offendeu, por aversaõ| de huma a outra naçaõ.
 [espaço] Nestes em| satisfaçaõ do pensado agravo daõ com| huma maça, ou clava de
 pao rigissimo,| e pezado, como o mesmo ferro, e depois lhes| comem a carne, e com isto
 ficaõ com o no=| me de grandes, afamados, e valentes. En=| tre estes, *que* tem morto aos
 seus contrarios| com as maxadinhas, e *que* são reputados| por isso por mais honrados,
 são escolhidos| os *que* mayor número mostraõ de mortos para| consultôres das suas
 guerras. Estando| a ponto de a quererem fazer, ou de se defen=| derem dos seus
 visinhos convocaõ, e ele=| gem sinco da quelles, os quaes fazendo o| seu consistorio
 separador de toda a com=| munição, por não ser licito a pessoa| alguma fallar-lhes,
 nem ainda chegar| a avistalos na *quelle* acto, pondo primeiro no // **[fol. 19v]** no meyo, e
 entre si provimento de bastante| vinho, ao mesmo *que* o vaõ beben=| do, vaõ
 consultando o que devem fazer,| e tanto dura a deliberação, como a be=| bida. [espaço]
 Por ultimo o que concluem, sem| falencia, se poem em pratica.|| Logo depois do
 Concelho| se segue a nomeação do General,| *que* deve reger a guerra, a quem fica com=|
 petindo o Officio de pregador, segundo| o seu costume, para todas as noites os hir|
 animar às suas estancias, representan=| do-lhes os feitos heroicos dos seus
 ante=|passados, e o ludibrio em que ficaõ se fo=| rem cobardes, cuja fraquêza entre al=|

⁵² Acima, existe o carimbo da BPE.

gumas naçoens de Indios hê tão injurio=| za, *que* chegaõ athê a cortar-lhes o dedo| polegar do pê direito huma vez *que* se co=| nheça este defeito, *para que* com este signal // **[fol. 20r]** signal, não possaõ entrar mais em guer=| ra, nem possaõ ser elegidos consultô=| res, e Capitaens dos seus traços de gente.|| Os prisioneiros de guerra saõ mani=| atados, e levados *para* as suas pousadas, *para* que depois de alguns dias de descanso,| e de estarem bem apascentados sejaõ| mortos em terreiro publico. Para este| infame, e tragico sacrificio convidaõ| todas as naçoens visinhas, tendo por in=| civis à aquelles *que* se escuzaõ de prezen=| ciar as suas barbaridades, e de se unir| a tão infame assemblea. [espaço] Dividem| com os convidados em pequênas porço=| ens a carne do padecente, e hê grande| distinção, e brazaõ das suas familias o ha=| ver comido, ou bebido de alguma parte| cozida dos seus contrarios mortos em ter=| reiro.|| Para titulo destes heroicos // **[fol. 20v]** heroicos feitos, como não hã entre elles| archivos, e escripturas sevallem de guar=| dar as ossadas dos seus inimigos, *que* saõ| mortos em terreiro, em lugares particu=| lares junto as suas choupanas, assim| como entre nós em cartorios os braçoens| da nossa Fidalguia.|| Elles não adoraõ a Deos| expressamente, comtudo não deixaõ de ter| huns confuzos vestigios de huma excel=| lencia superior, a que chamaõ Tupá, *que*/ quer dizer na sua lingua excellencia| espantôza; tambem da immortalidade| da alma / sobre o *que* tem extravagantes cren=| sas / se encontraõ alguns vestigios em se=| us ritos, como tem escripto alguns dos nos=| sos escriptores.|| Neste estado de depr=| <vação>⁵³ // **[fol. 21r]** depravação, e de pessimos costumes viviaõ,| como ainda hoje vivem os Indios do| Brasil. [espaço] Não nos pode, todavia, is=| to espantar, *porque* posto *que* esta abominá=| vel gula da carne humana, pratica=| da entre os Indios, não pode deixar de| causar ôrror à natureza; comtudo não| hê muito pratiquem assim os *que* nasceraõ en=| tre estas barbaridades, quando os primeiros| Européos povoadores do Brasil praticaraõ| tantas barbaridades, tendo *para* si, *que* os| habitantes Indios do Brasil, não eraõ| individuos da verdadeira especie huma=| na, e como taes podiaõ ferillos, mal tra=| tralos, e matalos sem pecado, e sem cri=| me.|| Fr. Bartholameo de Las| Casas, Bispo de Chiapa, afirma, e teste=| munha, *que* chegaraõ os Hespanhoes a sus=| tentar seus caens com carne dos Indios // **[fol. 21v]** dos Indios, *que* *para* isso matavaõ, e os faziaõ| em portas, como a qual quer bruto, e isto| chegou a tal excêso, *que* afirma Fr. Agos=| tinho de Avíla, na sua Chronica da| Provincia do Mexico, *que* de milhaõ, e| meyo de Indios, *que* havia na quella Ilha,| achou elle, quando chegou a ella sômente| 500, e *que* a poucos passos chegou a não ha=| ver hum sô, morrendo huns a fome, ou=| tros pelo excessivo trabalho, e os mais del=| les as maons dos Hespanhoes, e outros se| matavaõ a si mesmos com pêçonhas, ou| enforcando-se dezesperados, e afogando| os proprios filhos pequênos, e alguns an=| tes de sahir das entranhas *para que* não| chegassem a conhecer a infelecidade da| quelles tempos.|| Neste lastimozo estado| estavaõ os miseraveis Indios, *quando* no anno // **[fol. 22r]** anno de 1537 aos 9 de Junho o Papa| Paulo 3º, tendo noticia de sempre barbari=| dade, e do impedimento da pregaçaõ do| Evangelho por sempre fim, fez expedir| huma Bulla, na qual declarou, não sô| que aquelles Indios eraõ verdadeiros ho=| mens rationaes, mas *que* deviaõ gozar da| liberdade em que tinhaõ nascido, e do do| mínio dos seus bens.|| Bem se prova da necessi=| dade desta Bulla, a ignorancia, e fero=| cidade dos primeiros Européos, *que* aporta=| raõ na America. [espaço] Bastava vêllos *para* se conhecer, sem a menor hesitação *que* eraõ homens. [espaço] A sua figura nada ti=| nha *que* contrariasse isto, e os seus costu=| mes sô mostravaõ, *que* eraõ barbaros, e sal=| vagens, porque assim eraõ educados // **[fol. 22v]** educados.|| A mesma ignorancia reina=| va em a nossa Côrte, e nos tempos talvez| os mais felizes da nossa Monarchia. En=| viara a Portugal o mesmo

⁵³ Inserido na margem inferior direita.

descobridor Pe=| dro Alvarez Cabral hum Indio vestido ao mo=| do de seu paiz, com penacho, arco, e car=| caz, que servindo de admiração, pela es=| tranhêza de suas maneiras, cor, e feitio, mo=| tivo no animo do *Senhor* Rey D. Manoel| o dezejo de enviar missionarios, afim| de salvar as almas de milhares de des=| graçados; houve muitos dos cortezaons que| lho impedissem, afirmando *que* sem.es⁵⁴ ha=| bitadores não podiaõ gozar da *quelle* bene=| ficio, por serem / como pensavaõ / huns se=| micapros, ou Faunos, e o *que* hê mais para las=| timar, *que* athê reduziraõ à*quelles* monstros // **[fol. 23r]** monstros antigos entre os Poetas celebra=| dos, dando por huma vez extintas as su=| fabulas. [espaço] Hê porem bem digno| de reparo, *que* havendo sobre os Indios ha=| bitantes do Brasil, huma tal controver=| sia, sô a respeito do ouro, *que* tambem se remeteo nessa mesma occaziaõ, e de cu=| ja purêza não havia muita noticia, e mayo=| res conhecimentos se não duvidou logo| *que* era de muito bons quilates⁵⁵.|| Dezenegados porem de| *que* aquelles póvos eraõ racionaes, en=| viou logo o *Senhor* Rey D. Manoel, Missio=| narios, e alem destes cuidou o *Senhor* Rey|| D. Ioaõ 3º em nomear os Bispos mais| doutos, e proprios para promoverem a sua| redempção na *quelle* vasto Continente.|| O primeiro *que* levou amplas // **[fol. 23v]** amplas cõmissoens, e largos poderes foi| o Bispo nomeado para a Capitania da Bahia| D. Pedro Fernandes Sardinha, homem| justificado, e de huma exemplar virtu=| de, o qual no anno de 1756 embarcan=| do para este Reyno, depois de alguns an=| nos de residencia na Bahia, lhe soce=| deo o dezastre de dar a Nau a costa na| *quelle* Continente, onde sendo captivo| pelos Indios Caêtes, com toda a equipa=| gem da mesma Nau de transporte, fo=| raõ todos mortos.|| Principiada a Missaõ, ella| foi correndo com algum fructo athê o an=| no de 1548, tempo em *que* reinava o *Senhor*/ D. Ioaõ 3º [espaço] Neste espaço se aldeya=| raõ pacificamente muitos Indios *que* foraõ ins=| truídos dos dogmas da Religiaõ, e bap=| <tizados>⁵⁶ // **[fol. 24r]** baptizados, os quaes sem embargo da des=| confiança em *que* se achavaõ, e da incons=| tancia *que* entre aquelles barbaros hê natu=| ral, mudando a cada instante de parecer,| comtudo se contiveraõ, não sô pelas persua=| soens espirituaes dos Missionarios, mas ain=| da pelas temporaes dos Governadores, e Mi=| nistros, *que* tinhaõ as mais vivas recomenda=| çoens d'ElRey para *que* com brandura, e docili=| dade se animassem aquelles póvos, segu=| rando-lhes a sua amizade, e protecção. Souberaõ pôr em pratica estas recomenda=| çoens por tal modo, *que* hê sem duvida *que* athê o anno de 1549 algumas naçoens de| gentios rudes, e barbaros se familiarizavaõ| tanto com nosco, *que* elles athê chegavaõ em| turbas a sahir das suas Aldeyas, acompa=| nhando a nado as nossas Naus, e Navios| quando chegavaõ à*quelle* porto, ou sahiaõ para fo=| ra delle, hum dos obzequios *que* faziaõ a seu // **[fol. 24v]** seu modo, alem de imensas jangadas,(a)⁵⁷| *que* abordavaõ, e circulavaõ as mesmas Na=| us munidos de caças, e de vinhos *que* fabrica=| vaõ de fructos silvestres, *que* offereciaõ ou para| refresco dos *que* chegavaõ, ou para fornecimento| dos *que* sahiaõ.|| Estes Indios certamente| hoje estariaõ domesticados, e de todo teri=| aõ perdido a desconfiança da nossa amiza=| de, se não se fosse extinguindo o zêlo da| Religiaõ, *que* hoje de todo tem esfriado, não| sô por se não ter continuado a conversaõ,| mas athê por se terem apartado do gre=| mio infinitas aldeyas de bastante popu=| lação, *que* estavaõ já reduzidas à fê. A es=| ta dezerção certamente deo motivo a pouca| actividade, e abuzo com *que* foi principada // **[fol. 25r]** principada a Missaõ pelos Iesuitas, *que* emquanto ao meo vêr foi o *que* de todo inti=| midou os Indios, para entrarem a duvidar| pelo decurso do tempo, não sô da nossa a=| mizade, mas ainda dos fundamentos com| *que* se lhe intimava a

⁵⁴ Desconhecimento da abreviatura apocopada. Não foi possível desdobrá-la.

⁵⁵ Ao lado, existe o carimbo da BPE.

⁵⁶ Inserido a margem inferior direita.

⁵⁷ Nota de rodapé do fôlio: (a) Huma embarcação de paos unidos a| superficie d'agoa em que navêgao.

verdadeira Religiaõ,| como passo a ponderar⁵⁸.|| Achando-se pois no anno| de 1549 a companhia denominada de| IESUS com nove annos de creação, ti=| nha neste pouco espaço tomado já por| emprêza sua o sacûdir o vicio entre| todas as Naçoens, de forma, *que para* isso ti=| nhaõ já penetrado as Alemanhas al=| ta, e baixa, as Gallias, as Hespanhas| Africa, e Azia, e em toda estas partes| tinhaõ já fabricado famôzas Cazas Colle=| gios, e Residencias, a titulo de Missionarios // **[fol. 25v]** Missionarios universaes. [espaço] E como o ins=| tituto principal da mesma Companhia| não limitava *para* este fim regiaõ, ou| nação alguma, por mais remota *que* fosse /| maxima com *que* no seu principio se sou=| beraõ logo prevenir / tomaraõ estes sô| ao seu cuidado o continarem a missaõ| do Continente do Brasil, que athê de| divida chamaraõ particular emprêza| sua / diziaõ elles, como fizeraõ crer ao *Senhor*| Rey D. Ioaõ 3º / por se comessar a desco=| brir aquelle Continente misteriozamente,| quaze no mesmo anno em *que* Sto. Igna=| cio de Layola tinha nascido, e *que* Deos| por segrêdos occultos da sua providencia| tinha guardado esta conquista *para* os fi=| lhos, e soldados da quelle Santo Esqua=| draõ. [espaço] Talvez esta fosse a razão jus=| tificante de se quererem fazer senhores // **[fol. 26r]** _Senhores dispoticos dos mesmos Indios, e| da quelle vasto continente, como com cla=| rêza hirei mostrando.|| Expedida pois *para* o Brasil| a chamada, entre elles, glorioza missaõ| aportaraõ, na *Capitania* da Bahia bastantes| socios da mesma *Companhia*, *que* foraõ espalhados| por diversos sitios , e perto do Reconcavo,| e sertoã, onde fizeraõ aldeyas alguns| Indios, em *que* entre póvos taõ rûdes, como| eraõ os nacionaes, e os poucos Portuguezes,| *que* ainda entaõ sô povoavaõ da quelle| vasto terreno huma diminuta porção,| podesse ser conhecido o seu fingido zê=| lo, *que* encobriaõ com particular arte.|| Hum dos occultos projectos *que* allí os| guiaraõ, era de *que* estabelecidos *que* fossem| os seus Collegios na *quelle* Continente do ouro,| este decidiria da opûlenca das outras // **[fol. 26v]** outras grandes cazas, *que* tinhaõ construído| na Europa, como bem depois se realizou,| porque procurando elles entre aquellas| gentilidade possuir, alem do domínio| espiritual, todo o governo economico, e| *authoridade*⁵⁹ temporal, instruindo-se *para*| isso nas Linguas, *que* quaze todos soube=| raõ bem fallar, e a qual não ensinavaõ| se não aos seus Padres, e Companheiros,| vieraõ com isto a ganhar tal senhorio,| *que* chegaraõ a ser reputados, e respeitados| entre os Indios por huns homens quaze| Divinos, em *que* sô Deos podia ter do=| mínio, e *que* elles neste Mundo eraõ superi=| ores a tudo. [espaço] Deste erro nunca| pertenderaõ dissuadilos, mas antes lhe| intimavaõ, *que* elles eraõ aquelles Santos| homens *que* o Apostolo S. Thomê lhes tinha| profetizado viriaõ às suas terras, como| seus Successôres *para* lhes pregar o Evangelho // **[fol. 27r]** Evangelho; *que* estes successôres seriaõ| os *que* vestiriaõ aquelle modo de Rou=| pêta, e teriaõ diversas cruces em as ma=| ons, e *que* ultimamente estes seriaõ os *que* os po=| riaõ em povoaçoes *para* viverem em paz.|| Isto bastou *para* *que* os Indios ao principio| fizessem sô delles confiança.|| Este engano serveria *para*| tirar grandes utilidades, se fosse sô enca=| minhado ao bem espiritual, a utilida=| de publica do Estado e p.ar⁶⁰ dos mesmos In=| dios, mas como o fim principal era o do| bem temporal, e utilidade delles Iesui=| tas, se fez taõ perverso, e abuzivo, *que* deu| motivo a *que* olhassem os mesmos Indios| com horror *para* todos aquelles, *que* não vesti=| aõ a Roupêta.|| Isto se prova de| huma Carta em *que* fallava certo Missio=| <nario>⁶¹// **[fol. 27v]** Missionario de hum clerigo *que* se liga=| va aos costumes

⁵⁸ Ao lado, existe o carimbo da BPE.

⁵⁹ Irregularidade do escriba.

⁶⁰ Desconhecimento da abreviatura apocopada. Não foi possível desdobrá-la.

⁶¹ Inserido na margem inferior direita

Iesuiticos no § que| transcrevo fielmente (a)⁶²|| ” Este homem, *que entre todos os cleri=* ” gos se distinguui nas missoens| ” da serra das biapaba, suposto| ” clerigo nos habitos, mais parecia| ” religioso Iesuita, e ainda que| ” instei com elle *para que quizesse| ” vestir a nossa santa roupêta| ” me deu taes razoes, que me con=* ” venseu *para não teimar com elle*⁶³.|| Esta e outras preoccupações reduzirão| os Indios a escravidão, *que* por largo tempo // [fol. 28r] tempo experimentarão, como depois vi=| erão a conhecer, e a dezenganar-se; por| que.|| Principando logo aquelles| Missionarios Iesuitas, ao mesmo tempo| com as suas missoens, a estabelecerem os| seus hospícios, grandes fazendas e famo=| zos Engenhos, a *que* chamarão na quelle| tempo patrimonio de IESUS, e depois de| Santo Ignacio; e vendo-se em hum pa=| îs nesse tempo esteril de trabalhadores,| porque ainda se não conhecia o Comercio| dos escravos de Guiné, tomaraõ ao seu| cuidado o providenciar esta falta com| o serviço dos Indios. [espaço] Fizerão-lhes crer| *que* este era encaminhado, e dirigido a| Deos, e assim os obrigaraõ a trabalhar| tanto, *que* de descanso não tinhaõ mais // [fol. 28v] mais, *que* o tempo em *que* ouviaõ Missa nos| Domingos, e dias santos. [espaço] Deste mo=| do em breve tempo foraõ as Fazendas.| e Engenhos que levantaraõ cultivadas,| e fornecidas de immensos trabalhado=| res, os quaes não percebiaõ mais jor=| nal, *que* não fosse o de hum simplez, e| moderado alimento, *que* elles mesmo ca=| vavaõ, e de huma grossa camiza, e cal=| sas de algudaõ, não differindo em na=| da estes miseraveis do *que* hoje vemos| praticar com os pretos de Guiné, e A=| frica.|| Deste perverso modo com| que aquelles Missionarios Iesuitas| reduziaõ à dura escravidão aos Indios,| que hiaõ domesticando, nasceu o persua=| dires-se os Governadores, Ministros *que*. // [fol.29r] *que* entãõ passavaõ *para* aquelle Conti=| nente, que mais justa seria a mes=| ma escravidão entre o gentio *que* duvi=| dava das persuasões dos mesmo Padres,| e *que* não admittiaõ entre si cultura algu=| ma, permittindo, *que* estes fossem condu=| zidos ao gremio por força das armas, e| de huma continuada guerra, contra o| direito natural. [espaço] Este theatro san=| guinolento, mais *que* em outra alguma| parte se vio na Capitania de São Paulo.| Aqui as chamadas bandeiras, appellido| com que a todo o instante se uniaõ mul=| tidoens de homens, nomeando sem res=| peito à Corôa de quem eraõ Vassallos, hum| chefe a seu arbitrio, invadiaõ os sertoes,| onde se achavaõ refugiados os Indios,| sendo mais os grilhoens *que* levavaõ para| os prender, e captivar do *que* as espadas, e| arcabuzes; e sem *que* primeiro houvesse // [fol.29v] houvesse persuacção de palavras, e| de agasalho, com o *que* se vense mais| aquella gente, sô procuravaõ matar| e captivar os que não queriaõ resistir| com o susto da morte. [espaço] Não se respeitavaõ as Leys expedidas pelos| Senhores Reis D. Manoel, e D. Ioaõ 3º *que* ordenavaõ *que* sô fossem captivos aquelles| Indios, *que* fossem tomados em guerra| bem fundada, a qual sempre com a=| buzo se reputava *para* esse fim justa,| fosse qual quer o abominavel mo=| tivo. [espaço] Estas Leys ainda assim fo=| raõ revogadas depois por D. Felipe| 2º em 11 de Novembro de 1525, orde=| nando na *que* novamente fez expedir *que* sô fossem tomados captivos aquelles em| justa guerra feita por Provisão Re=| al, assignada pelo seu punho; e ainda| não satisfeito este Monarca, vendo // [fol.30r] vendo *que* o abuzo se não extingua em| semelhante materia, ordenou por Ley| de 30 de Julho de 1609, *que* todos os| Indios, assim baptizados, como por bap=| tizar fossem livres conforme à direito| e nascimento natural, mandando pôr| em liberdade aos que estivessem cap=| tivos sem embargo de os terem com=| prado, cujas vendas annullava, ainda| *que* assaz estivessem julgadas por senten=| ça por serem contra Direito.| Esta⁶⁴ Ley *que* decidia da|

⁶² Nota de rodapé do fôlio: (a) No Cartorio do Collegio da Bahia no tomo| 1º das Cartas escriptas das missoens [?] 36.

⁶³ O trecho encontra-se centralizado no manuscrito.

⁶⁴ Ao lado esquerdo, existe o carimbo da BPE.

fortuna da quella miseravel gente,| causou tal revolução nos moradores| Portuguezes, *que* se atreveraõ na Capitania da| Bahia, e creyo *que* em todas as outras, e não| falta quem afirme *que* por instrucço=| ens particulares dos mesmos Iesuitas,| *que* eraõ ao mesmo tempo Missionarios, e// **[fol. 30v]** e Senhores, a pôr embargos, a sua ex=| eução, replicando à Ley, com o frivo=| lo pretexto de *que* o contrario se tinha| resolvido em 1564 pela Meza da| Consiencia, a qual respondendo a con=| sulta *que* a este respeito tinha feito o| Governador, e Ministros da quelle Estado;| declarou: que o Pay podia vender ao| filho em apertada necessidade, e *qual*| quer se podia vender tambem a sí *para*| gozar do preço, de cuja declaração| procedeu tambem o abuzo, e excêsso| a *que* tinha chegado o captiveiro dos| Indios, pela intempestiva intelligen=| cia *que* se deo a esta resolução. [espaço] Esta| replica foi de novo destruída pela| Ley de 10 de Setembro de 1610, confir=| mando a passada, a qual depois tam=| bem foi repetida por D. Felipe 4º| em 31 de Março de 1640, *que* foi mais // **[fol. 31r]** mais apertada, aggravando as penas| aos *que* a transgredissem; porem nada| bastou *para* se continuar nas mesmas| violencias, e captiveiros, como hê cons=| tante.|| Continuando, sem embargo| de tão repetidas, e claras Leys, as cam=| panhas *para* reduzir os Indios a escravi=| daõ, havia entre os denominandos guer=| reiros outra mais dura, e renhida con=| tenda, qual era a da repartição dos| desgraçados escravos, a qual sempre| se concluhia com as armas na mão.|| Deste modo está visivel, não sô *qual*| era o zêlo da Religião *que* os conduzia| mas qual seria o fructo, *que* entre esse| duro captiveiro poderiaõ tirar *aquellas*| gentes, pois *que* os intruzos Senhores sô| lhe davaõ de resto, o tempo *que* era necessario // **[fol. 31v]** necessario *para* comer.|| A tolerancia com *que* os mes=/ mos Missionarios Iesuitas levavaõ| isto, sem procurar remedio algum so=| lido, *que* evitasse hum mal tão escân=| dolo, bastava / quando disto não hou=| vesse toda a certeza, apezar do *que* con=| tem os escriptos das suas missoens / *para* presumir-se *que* o faziaõ por maxima| o ver-se *que* necessitavaõ *para* as suas Fa=| zendas, *que* existisse *aquella* barbara| providencia, pois ainda no tempo em| *que* já se comerciava em escravos de| Guiné, menos custava aos Iesuitas a| dr.o⁶⁵ hum Indio do *que* hum preto da quel=| les. [espaço] Hê digno de observar-| se, *que* no fim das campanhas, ou das| chamadas bandeiras, os *que* chegavaõ vic=| toriozozos eraõ enriquecidos pelos Missionarios // **[fol. 32r]** Missionarios Iesuitas de immensas in=| dulgencias, e de reliquias *que* em nome do| Papa lhes concediaõ. [espaço] A distribuiçãõ| destas graças espirituaes era mais avan=| tejada, a porpoção *que* mais captivos trazi=| aõ, e *que* mais offerenciaõ grauitamente, como| era de costume, ao captiveiro de Santo I=| gnacio, pois estes eraõ reputados entre elles| por mais zêlozos da Religião, e da conver=| ção das almas. [espaço] E nem era de esperar| *que* os Missionarios Iesuitas abollissem hum| methodo de guerra, cujas maximas occul=| tas serviaõ tambem *para* diminuir o numêro| de Martires, *que* elles logo no descobrimento do| Brasil contavaõ entre si, pelo *natural* aca=| so: pois assim com mais segurança das| settas, o temor da escravidão bastava *para* fa=| zer confessar àquelles infelizes homens *que*| acreditavaõ, o *que* não endendiaõ, e quanto o seo // **[fol. 32v]** seo coração repugnava. [espaço] Por este modo| se frustrava o fim, espiritual a *que* se di=| rigiaõ as Missoens, e o seria tambem pelo| temporal, se a Ley de 8 de Mayo de 1759,| promulgada pelo *Senhor* Rey D. Iosê de glori=| oza memória, cuja Benignidade, e Mag=| nanimidade tantas vezes vista, não sô a fa=| vor da quelles gentios, mas ainda dos nacio=| naes Portuguezes da quellas Colonias, não pro=| hibisse inteiramente o captiveiro dos mesmo In=| dios, *que* declarou libertos, e livre por huma| vêz, impondo gravissimas penas as trans=| gressôres|| Publicada⁶⁶ esta Ley, não sô| cessaraõ as chamadas bandeiras mas tambem| insencivelmente o fervor da Missaõ. Isto bem| se

⁶⁵ Desconhecimento da abreviatura apocopada. Não foi possível desdobrá-la.

⁶⁶ Ao lado esquerdo, existe o carimbo do BPE.

prova, porque depois da sua promulgação| não tem aparecido mais zêlozos da Religiaõ
 // [fol.33r] Religiaõ, *que* procurem com dispendio da sua| fazenda, e perigo das suas
 vidas, como antes| faziaõ, os invadirem com as suas chamadas| bandeiras os sertoes, sô
 afim de aldeya|= rem, e persuadirem aos Indios a crensa da| verdadeira Religiaõ; o que
 lhes não foi veda|= do na referida Ley: porem como a esse tem|= po jâ os mesmos
 Iesuitas se achavaõ bas|= tantemene poderozos com as Fazendas *que* lhe fo|= raõ doadas
 em vida pelo Indio Martim| Afonço Tebyreçá, *que* ainda depois de morto| lhe deixou
 outras muitas, sem embargo de dei|= xar mulher, e filhos, a quem recomendou em| seu
 testamento seguissem em tudo sempre| as determinaçoens dos Padres. [espaço] Foraõ
 tam|= bem outras doadas pêlo Indio Ioaõ Caivby,| *Senhor* de Iaraibatygba, *que* dezerdou
 todos os seus| parentes *para* esse fim. [espaço] Outras muitas doaç|= ens tiveraõ desta
 natureza, *que* constaõ do tom=|< bamento>⁶⁷// [fol. 33v] tombamento dos seus cartorios,
 ainda *que* nel|= les se não declare o modo usurpativo, e as| maquinaçoens, *que* *para* isso
 faziaõ, alem da posse| *que* jâ tinhaõ da mayor parte dos terrenos| mais ferteis, em *que*
 situaraõ outras famozas| fazendas. [espaço] E como tambem tinhaõ a es|= se tempo hum
 grosso cabedal em caixa| não lhe foi sencivel aquella pohibiçaõ,| *que* poderaõ bem
 remediar com a compra| de alguns escravos de Guiné, e Africa de| *que* jâ havia grande
 commercio. [espaço] Assim| se conservaraõ athê a sua extinçaõ, em *que*/ de todo cessou
 a pequêna missaõ, *que* ainda| aparentemente continuavaõ, cuja proscripçaõ| decidiu
 tambem do projecto *que* tinhaõ| concebido de se Senhoriar, e fazer poten|= tados na
 quelle vasto Continente, onde| quizeriaõ levantar o seu plural Imperio de| baixo do
 domminio do seo Geral, *que* // [fol. 34r] *que* fizeraõ estampar a planta em hu|= ma
 Carta geographica, *que* se imprimio| em Roma no anno de 1732, e depois se| reimprimio
 em Veneza com o título.=|| ” **Provincio Paraquario** ”|| ” **Societ. Ies. anno 1732** ”⁶⁸||
 Nestas terras, ou Campos do Uruguai, não| tinhaõ entrado se não com o fingido pre|=
 texto de cathequizar os Indios, valendo-se| *para* isso de hum Indio plural de naçaõ
 Carijó| chamado Antonio de Leiva, *para* os introdu|= zir entre aquelles Indios. [espaço]
 Tiveraõ taõ| bom sucêsso, *que* foi o mesmo dezejarem, *que*/ logo conseguirem: todavia
 o negaõ elles/ nas suas historias, e asserveraõ *que* foraõ convi|= dados pelos mesmos
 Indios do Uruguai, mandan|= <do-lhes>⁶⁹ // [fol. 34v] mandando-lhes *para* isso
 emissarios. Tanto| hê certo *que* o seu fim, e sistema era erigir| hum independente, e
 dispotico governo| em todo o Brasil, *que* athê as mesmas I|= grejas *que* edificavaõ nas
 aldeyas dos In|= dios a titulo de Freguezias, eraõ intitu|= ladas = Cazas da Igreja dos
 Padres da Companhia =| sem outra alguma denominaçaõ.|| Acresce o zer bem
 manisfes|= to, *que* elles conservaraõ em tal segredo *aquelle*s| terras, por serem as mais
 proprias *para* o seo| projectado Imperio, *que* sô foraõ conhecidas| no anno de 1756 em
que o General Gomes Freire| de Andrade os disfez com grande perda dos In|= dios, *que*
 elles tinhaõ disposto a seu modo e| reduzido à Vassalagem do seo Geral, a pon|= to de
 declararem guerra, como [?] fica nos| annos de 1754, e 1755 às duas Corôas de // [fol.
 35r] de Hespanha, e Portugal. [espaço] Alem disto| conseguiraõ ter todo o domínio, e
 arcende|= cia entre os Portuguezes / e o *que* hê mais / entre| muitos dos Governadores, e
 Ministros, *que*| lhe davaõ decidido credito, olhando *para* el|= les, como *para* huns
 Oraculos, e dignos Asses|= sôres do seu governo, o *que* faziaõ crer com| tal sagacidade,
 e industria, *que* assim o sus|= tentaraõ athê a sua proscripçaõ, como pas|= so a mostrar.||
 Estando jâ ao tempo⁷⁰ em *que*| foraõ nomeados os Iesuitas *para* Missionarios| do Brasil,
 principiada a Cidade da *Bahia*| a primeira da quella Capital, mandada eri|= gir pêlo

⁶⁷ Inserido na margem inferior direita.

⁶⁸ O trecho encontra-se centralizado no manuscrito.

⁶⁹ Inserido na margem inferior direita.

⁷⁰ Acima, existe o carimbo da BPE.

Senhor Rey D. Ioaõ 3º, depois do| naufragio do Capitam Franscisco Pereira Cou=|
 tinho, a quem tinha feito doação da quellas| terras, *que* por sua morte tonaraõ à Corôa//
[fol. 35v] Corôa, tomaraõ os Iesuitas desde logo, por| particular emprêza sua, não sô o
 gover=| no em geral do Estado, mas em particu=| lar o da economia das Cazas. A
 primeira| cousa em *que* cuidaraõ logo *que* estabeleceraõ| algumas cazas da sua
 residencia, e hos=| picios foi o de crearem entre sí hum Padre| que se denominava =
 Protector, e Pay do| proximo, pobres, viuvas, órfãos, prezos, e| enfermos desamparados
 = officio este que| abarcando tudo em geral, e em particular| de quanto subsistia na
 sociedade, se fazia| de tanta importancia, *que* com elle tiravaõ| avantejados Lucros, não
 sô pelas muitas esmo=| las, *que* para isso recebiaõ, mas pêla dependen=| cia *que* queriaõ
 tivesse delles em tudo, e por| tudo, ainda os mais miseraveis da socieda=| de publica,
 para *que* sô pelas suas maons lhe| podessem ser administrados os soccôrros das // **[fol.**
36r] das suas urgencias, e necessidade. (a)⁷¹|| Com esta providencia, ou| sistema não
 lhes foi necessario para a constru=| ção dos seus primeiros edificios fazer des=| peza
 alguma, pois foi tal a intimação *que*| fizeraõ nos moradores, assim naturaes da te=| ra,
 como Europeos, *que* cada hum destes, por| mais honrado *que* fosse, não sô lhes
 consede=| raõ avultadas esmolos, mas *que* athê chega=| raõ a conduzir aos seus proprios
 ombros| madeiras, e materiaes para as mesmas obras| *que* reputavaõ a cousa mais
 necessaria e // **[fol. 36v]** e sagrada. [espaço] Entre todos os *que* mais se dis=| tingua na
 quelle tempo foi hum Pe=| dreiro chamado Antonio Dias, *que* traba=| lhou por muitos
 annos, com todos os seus| escravos em muitos edificios, sem mais| premio, ou jornal,
que de muitas indulgenci=| as *que* lhe concediaõ, e privilégios de socio| da Religiaõ,
 para quando morresse, como bem| se colhe da correspondencia *que* tiveraõ com| este
 homem dos sitios onde por elles se a=| chava occupado. (a)⁷²|| Não parou ainda aqui| o
 extravagante modo de persuadir, pois ven=| do estes Missionarios, *que* não bastava sô //
[fol. 37r] sô edificar as cazas, mas *que* era necessario| fazer hum grosso fundo, e
 rendimento para| a sua subsistencia, segundo o pedia a sua| ambição, não contentes com
 as esmolos| espontaneas *que* recebiaõ, segundo tambem| o que tinhaõ maquinado, athê
 sevaleraõ| de hum modo o mais exquisito para extor=| quir dos póvos quanto
 quizessem.|| No anno de 1556 mandaraõ| o Pe. Vice Provincial Manoel da Nobrega
 pelas| ruas da Cidade, e depois por todo o reconca=| vo ao Padre Manoel de Paiva, como
 pre=| texto de pobreza em *que* se achavaõ, para ser| vendido a pregação pêlas praças, cujo
 pre=| gaõ era este = Quem quer comprar es=| te homem *que* hê já Sacerdote = Chegou| o
 póvo a tomar isto em ponto de capricho| taõ serio, e a persuadir-se da realidade // **[fol.**
37v] realidade deste facto, *que* athê o Governa=| dor *que* entaõ era Thomé de Souza /
 que| não podia deixar de ser muito sincêro / con=| sultou ao Ouvidor da Cidade se
 sepo=| dia vender hum Padre de Missa, ao que| lhe foi respondido pêlo Ouvidor, *que*
 como| os Padres Superiores o ordenavaõ, e o Pe.| se sujeitava a isso, *que* não ousava
 repro=| var. Posto pois o Padre a lanços foi| forçado o Governador a arrematar o Pe.| por
 sinco mil cruzados, quanta assaz na quelle| tempo vantejoza, a qual depois foi ressar=|
 cida pelos moradores da Cidade, *que* con=| tribuiraõ cada hum com as porçoens *que*|
 podiaõ, e o Pe. foi, como dadia do Governador| reposto, e liberto no seu hospicio, do
que nas=| ceu dallí em diante ser conhecido pelo| Pe. forro, epitheto com *que* o

⁷¹ Nota de rodapé do fólio: (a) Para se obter qual quer esmola, era necessario| *que* o Pe. chamado Protector do proximo attestasse| não sô da necessidade da pessoa *que* a pedia mas| das sua conducta; alem da caixa geral *que* havia| no mesmo Collegio para se recolherem as ofertas| espontaneas, *que* muitos faziaõ para este fim.

⁷² Nota de rodapé do fólio: (a) No cartorio do Collegio da Bahia em| todos os Copiadôres de cartas escriptas pelos| Iesuitas; e nos massos das *que* elles recebiaõ de| fora.

distinguião os moradores na mesma companhia. O lei= <laõ>⁷³// [fol. 38r] Leilaõ foi repetido segunda vez no an= no de 1553, sendo apregoado o Pe. Vicen= te Rodrigues, que foi arrematado pelos mo= radores da Villa Velha para seo Capellaõ por| quatro mil cruzados.|| Outro⁷⁴ modo de multa ins= tituição também no seu principio.| Estabelecerão dos pulpitos abaixo, o que/ bastava para ser logo segamente executado, que| todo aquelle que dellinquisse em certos| pecados / que os chamavaõ elles inveterados,| ou communs / pagasse hum tanto em| dinheiro para cazamentos de orfaãs; e o ma= is hê que não sô pagavaõ immediatamente es= ta multa os que commettiaõ taes peccados, | mas ainda os que tinhaõ delles noticia e os| não accusavaõ. [espaço] Este rendimento chegou| na quelle tempo a ser taõ excessivo que // [fol. 38v] que quando fosse aplicado ao fim pre= meditado, poucas, ou nenhuma seriaõ| as orfaãs desamparadas.|| Para assim o intimarem| a seu salvo, a primeira cousa de que trac= tavaõ nas suas pregaçoens, era fazer| crer a todo o povo, que aquelles Sacerdo= tes, que athê alí tinhaõ sido Missionari= os eraõ sementeadores de huma falsa dou= trina, sem mais razão, que da prudencia| com que se faziaõ crer da quelles póvos| Portuguezes, e Indios, sem dolo, nem com| as extravagâncias, e quimeras, que elles de= pois uzaraõ. [espaço] De tal forma ficaraõ| persuadidos aquelles póvos, concebendo tal| odio aos antigos Pregadores, que sô tinhaõ o| instituto dos Iesuitas por verdadeiro, e debal= de se cansaria o homem mais revertido de // [fol. 39r] de hum zêlo Apostolico, ainda que fosse hum| mesmo São Paulo, senaõ se ornasse pri= meiro com a roupêta, tantas vezes por| elles santificada.|| Para as suas continuadas⁷⁵ festividades inventaraõ extraordinariamente| o fazerem tirar todos os mezes aos morado= res certos Santos por sorte a qual era a= valiada em tanto, pelos que as tiravaõ em| preto, que persuadidos serem escolhidos por| Deos para aquillo, punhaõ em pratica na| quelle mez huma pompôza festa, de que| muito se aproveitavaõ os mesmo Iesui= tas.|| Toda esta authoridade que/ conservavaõ entre hum pôvo rude, não| poderia ganhar tanto terreno, se os pri= meiros Bispos do Brasil, e ainda os Mi= nistros⁷⁶// [fol. 39v] Ministros, e Governadores se não compro= metessem todos nos Iesuitas. [espaço] Chega= raõ pois os Bispos a confiar tanto des= tes homens, pela particulariade com que/ se faziaõ crer, e fingir, que assentaraõ, ao| mesmo tempo que haviaõ outros Missio= narios, e Parrochos, que a distribuição dos| Iubileus, sô deviaõ ser feitas pelos Ie= suitas, e muito tinhaõ elles tal vaidade,| que quando faziaõ memoria das que lhe| eraõ encarregadas, sempre era com| opprobrio dos que eraõ simplesmente sacerdo= tes, ou de outra Religião. [espaço] Para prova| disto bem se pode reflêctir no que diz hum| Missionario Iesuita Antonio de| Matos, em huma carta escripta| ao Padre Provincial Ioaõ Antonio| Andreons fallando das excellencias| de hum Bispo da Cidade do Rio de // [fol. 40r] de Janeiro; diz. (a)⁷⁷|| ” Despendindo-nos do Senhor Bispo para| ” hirmos a missaõ, nos pediu quizesse= ” mos levar hum Iubileu, que na fró= ” ta tinha vindo, porque sô de nós con= ” fiava esta emprêza, no que louvamos| ” muito a Deos da boa confiança que de| ” nós faz, tendo muitos outros Missio= narios da Religião do Pe. Seraphico| ” S. Francisco, e muitos Parrochos.⁷⁸|| A primeira cousa que fazia hum Gover= nador, antes de tomar posse do governo,| era hir para a Casa da Residencia dos| Iesuitas, e nella praticar oito dias de // [fol. 40v] de exercicios de Santo Ignacio, sem| o que

⁷³ Inserido na margem direita inferior.

⁷⁴ Ao lado esquerdo, existe o carimbo da BPE.

⁷⁵ Acima, existe o carimbo da BPE.

⁷⁶ Inserido na margem inferior direita.

⁷⁷ Nota de rodapé do fôlio: (a) No Cartorio do Collegio da Bahia| no tomo 2º das Cartas escriptas das missoens af42

⁷⁸ O trecho encontra-se centralizado no manuscrito.

afirmavaõ os mesmos Iesuitas| não podiaõ fazer hum optimo gover=| no. [espaço] Com isto não sô ganhavaõ toda| a amizade do Governador, com a hes=| pedagem *que* tambem lhe faziaõ, mas| toda a authoridade, e depêndencia| dos seus concelhos, que sempre os jul=| gavaõ acêrtados *para* as suas deliberaço=| ens, chegando a confiar tanto destes Pa=| dres, *que* athê lhes permittiaõ papeis as=| signados em branco, *para que* delles podessem| uzar a seu arbitrio, como entendessem,| sobre as providencias da sua missaõ.|| Daqui nasce *que* tendo tambem feito| esta permissaõ o Governador do Maranhãõ| D. Pedro de Mello, dando *muitos* papeis em| branco assignados *por* elles *para* lavrarem| os Iesuitas sobre as providencias de| instante as Portarias *que* quizessem, se // **[fol. 41r]** se vio obrigado no anno de 1661 a de=| clarar nullas, e de nem hum effeito *muitas que* depois se viraõ ser contrarias a boa or=| dem, do *que* vieraõ os Iesuitas a estimular=| se tanto, *que* chegaraõ a seduzir aos mora=| dores do Gurupê *para* os acompanharem| ao Maranhãõ em sinco canôas esqui=| padas, e fornecidas *para* tomarem o desag=| gravo desta affronta. [espaço] O que veria a| pôr em grande perturbação ao Estado| se aquelle Governador não desse as providenci=| as mais prudentes, *que* pedia a conjunctu=| ra da quellas desordens, havendo *primeiro*,| que socegasse aquella rebelliaõ tal dis=| puta de propostas dos Iesuitas, e respos=| tas das Camaras, *que* esteve quase declara=| da huma guerra civil, o *que* obrigou as| mesmas Camaras a dar conta a Sua Magestade,| sobre a violenta jurisdicção, e governo tem=| <poral>⁷⁹// **[fol. 41v]** temporal⁸⁰ *que* queriaõ ter aquelles| Iesuitas; do *que* nasceu; ainda antes| de serem decididas a quellas represen=| taçoens, o serem expulsos, e prezos| pelo povóadores do Maranhãõ, e Pa=| rá no anno de 1662, e remetidos a este| Reyno por infestadores, e perturbador=| res do sucêgo publicos [espaço] Estes pois| bem previstos póvos foraõ os unicos no| Brasil, *que* entraraõ a conhecer logo as| ideyas Iesuiticas, e os *que* deraõ principi=| o, e ensinaraõ o *que* com elles se devia| praticar, e o *que* depois seveyo a realizar| no anno de 1759 com a sua bem| fundada, e justa proscripção pelo Illu=| minado, e Magnanimo Senhor Rey D. Io=| zê.|| Chegou⁸¹ a tanto excêssos| a subordinação *que* tiveraõ a estes Padres os // **[fol. 42r]** os mesmos Governadores, *que* athê lhes per=| mittiraõ por algum tempo *que* elles des=| sem de assignatura sua passaportes a| os *que* queriaõ atravessar os sertoes,| ou passar ao Reconcavo; e os mais hê *que* sô estes passaportes chegaraõ a valer| entre os mesmo Indios *que* não conhe=| ciaõ, nem respeitavaõ outros, *que* não fos=| sem assignados pelos Iesuitas, e com o| sêllo de *que* uzavaõ. [espaço] Isto assim| sevio com a mayor admiração posto em| pratica no anno de 1554. Neste tem=| po deu a costa hum Navio Castelhana,| *que* navegando *para* o Rio da prata, se per=| deo no porto dos patos; e sendo necessa=| rio a alguns passageiros atravessar *por* terra da *quelle* sitio ao Rio da prata temen=| do os Indios Tupís, lhes foi dado hum| passaporte assignado pelo pelo Pe. Provincial // **[fol. 42v]** Provincial Nobrega, e o Leigo Pedro| Correa *para* os acompanhar [espaço] Isto bastou| *para que* passassem a salvo, e sem perigo, o *que*| não tinha sucedido a outros muitos Por=| tuguezes, *que* pertendendo atravessar es=| te sertoão, ainda *que* hiaõ escoltados,| e com passaportes do Governador foraõ mor=| tos e delles senaõ soube mais noticia,| tal foi, entre outros *muitos* carpin=| teiro chamado Fabiano Serqueira *natural*| de Penamocor, *que* atravessando com a sua| familia, e outras muitas pessoas, sô hou=| ve noticia do seu desastre. (a)⁸²|| Nada pode provar mais // **[fol. 43r]** mais a authoridade *que* tinhaõ os Iesu=| itas em geral sobre o governo, do *que* o|

⁷⁹ Inserido na margem direita inferior.

⁸⁰ Tinta mais carregada

⁸¹ Ao lado esquerdo, existe o carimbo da BPE.

⁸² Nota de rodapé do fôlio: (a) Constaõ este, e outros *muitos* factos no Car=| torio do Collegio da *Bahia*, querendo os Iesu=| tas em *muitos* cartas exagerar os *serviços que* fi=| zeraõ no Brasil, e a grande attençaõ *que* mere=| ceraõ entre os Indios pelas suas virtudes.

acontecimento do anno de 1555. Nes=| te tempo governando a Bahia, capi=| tal da quelle Continente D. Duarte| da Costa, segundo Governador della, per=| tendeu o Provincial Iesuita mandar| estabelecer, e crear pelo sertoã dentro| em distancia de mais de cem legoas,| huma aldeya de Indios Carijos, que| segundo o estado politico das cousas,| não era conveniente por motivos que| o mesmo Governador não declarou.|| Sem embargo desta recuzaçaõ do Governador| opozeraõ em pratica os mesmos Iesuitas.|| Entrou o seu mesmo Provincial com muitos In=| dios Cathecumenos; levantou a mesma al=| deya, *que* lhe tinha sido vedada, e lhe deu| o nome de Maniçoba de Iapyuba, eri=| <gindo>⁸³// **[fol. 43v]** erigindo Igreja, e cazas (a)⁸⁴|| Toda esta fata de subor=| dinaçaõ não era bastante *para que* fossem| tidos os Iesuitas em menos conta, por| *que* sempre se supunha *que* elles obravaõ| o mais acertado, e *que* não tinhaõ a quem| responder pela sua conducta. [espaço] Isto| sevio praticado nas continuadas guer=| ras *que* no descobrimento do Brasil tivemos| com aquelles barbaros, seus povoadores, e| principalmente nas guerras dos Francezes,| *que* unidos àquelles nos disputaraõ a posse| do Rio de Ianeiro. [espaço] Afirmaraõ depois| os mesmos Iesuitas, *que* a elles se deveo o bom| exito della: quando pelo contrario sepo=| de, não sô presumir, mas segurar *que* // **[fol.44r]** *que* por fortuna escapamos aos precipi=| cios, *que* tramados por elles Iesuitas esti=| veraõ a ponto de perder-nos.|| Nesta mesma guerra, *que* já disse nos moveraõ os Francezes, *que*=| rendo-se apossar, unidos aos Indios Ta=| moyos do territorio do Rio de Ianeiro, onde| se tinhaõ feito fortes, mandando por isso| a *Senhora* D. Catharina de Austria, *que*| por morte do *Senhor* Rey D. Ioaõ, seu marido,| governava o Reyno, como tutora da *Senhor*| Rey D. Sebastiaõ, huma Armada ao Governador| Mem de Sâ, *para que* unida com as forças| *que* já tinha, de huma vez Lançasse| fora aquelles inimigos, *que* com ingnomi=| nia do nome Portuguez se tinhaõ tole=| rado por tanto tempo na quelle Con=| tinente, foi convocado pelo Governador o conselho // **[fol.44v]** Conselho Iesuitico, e a elle entregue a| decisaõ da cauza publica, e bem do Es=| tado. [espaço] Depois de huma grande con=| trovercia de pareceres, prevaleceu o vo=| to do Pe. Manoel da Nobrega de segu=| rar-se a victória, e de senaõ esperar ma=| is *para* se lhe dar principio. [espaço] Tal confi=| ança se fazia na quelle tempo de hum| voto Iesuitico, *que* eu lí em hum papel| manuscripto (a)⁸⁵|| **” Todo o bom succésso desta emprêza| ” se deveo à Companhia, porque depois do Go=| ” vernador, *que* era muito bom christaõ haver| ” consultado com Deos, e com o Pe. Ma=| ” noel da Nobrega tudo foi facil de vencer.**|| Em consequencia pois desta determinação // **[fol. 45r]** determinação se apromptou a Armada| *para* hir procurar a enseada do Rio de Ia=| neiro. [espaço] Não permittiu porem o mes| mo Concelho Iesuitico, *que* esta partisse,| sem *que* hum dos Padres de mais conserto| entre elles acompanhasse o Governador, *que* hia| em pessoa fazer esta restauração (a)⁸⁶|| O Governador⁸⁷ em mui=| to apreciou isso, pois nada semovia| na quelle tempo, sem consultar| a aquelles oraculos, *que* por isso tinhaõ| a vaidade de afirmar, *que* a con=| servação do Estado do Brasil se de=| via parte à sua industria, e parte às su=| as oraçoens, e penitencias. Eu achei // **[fol. 45v]** achei quatro cartas *que* diziaõ (a)⁸⁸|| **1ª**|| §. **” Este Padre foi mandado pelo| ” nosso Reytor para a**

⁸³ Inserido na margem inferior direita.

⁸⁴ Nota de rodapé do fôlio: (a) Esta aldeya não existe hoje porque| se rebelaraõ depois os mesmos Carijós

⁸⁵ Nota de rodapé do fôlio: (a) No Cartorio do Collegio na gavêta Nº 6.

⁸⁶ Nota de rodapé do fôlio: (a) Não consta ao certo se foi nome=| ado o Pe. Manoel da Nobrega, ou o Pe.| Manoel de Paiva, pois mito hã pareceres.

⁸⁷ Ao lado esquerdo, existe o carimbo do BPE

⁸⁸ Nota de rodapé do fôlio: (a) Dos §§ das Cartas de colhe a vaidade| de *que* tinhaõ os Iesuitas, de *que* elles sô eraõ| aptos, e de virtude *para* fazer a Missaõ, cujos| sentimentos são inteiramente oppostos à pa=| lavra de Deos, *que* aconselhando aos Apos=| tolos, dizia = = Que depois de haverem| pregado, e convertido todas as Naçoens| do Mundo, a sua mayor gloria sería con=| fessarem a sua propria insufficiência.| = = =

Capitania de Per=| " nambuco, Maranhão, e Pará,| " por ser douto e pelo muito *que* importa=| " rá a sua presença *para* explicação⁸⁹ // [fol. 46r] " explicação, e intelligencia das| " ordens de Sua Magestade.|| 2^a|| §. " O Pe. Manoel de Paiva, e o Pe.| " Francisco Pereira foraõ com as| " bandeiras de S. Vicente *para* os| " Campos da Piratinimã *para* re=| " solver as duvidas da guerra|| 3^a|| §. " As virtudes *que* no Mundo são| " conhecidas por inforliveis, mo=| " vem os animos, ainda *que* mal| " inclinados, alargar o vicio. Es=| " ta hê a causa *porque* os Exerci=| tos do nosso Padre S. Ignacio| " bastaraõ *para* reformar grande| " parte do Mundo, não só secular⁹⁰// [fol. 46v]⁹¹ " secular, e Ecclesiastico, mas| " religioso.|| 4^a⁹²|| § Sahimos dous Sacerdotes em| " Missaõ pelas Villas, e luga=| " res da parte do Sul, *para* onde| " ainda *que* no anno anteceden=| " te passaraõ fazendo missaõ| " dous Sacerdotes de outra Re=| " ligiaõ, sem fructo algum,| " como muitos annos havia *que*| " não tinhaõ hido Missionarios| " da nossa Campanhia, *que* em toda a| " parte são os mais bem accei=| " tos, e dezejados temos feito| " grandes progressos.|| Chegou a sua authoridade athê a // [fol. 47r] a darem azilo, e coito a muitos réos de a=| trozes crimes de Estados. [espaço] Entre mui=| tos basta lembrar hum *que* no anno de| 1688 se refugiou no Collegio de Per=| nambuco, tempo em que governava es=| ta Capitania o Bispo em falta do| Governador; *que* sendo taes os seus crimes,| *que* de modo algum lhe podia valer a im=| munidade do Lugar, instando aquelle| Bispo com os Iesuitas, *para* *que* lho hou=| vessem de entregar a prizaõ, resisti=| raõ por tal modo os Soldados do Santo| Esquadraõ, ou Exercito de Iesus christo, *que* foi necessario aquelle Bispo Governador u=| zar de toda a sua auhoridade espi=| ritual, e temporal, athê o ponto de| mandar hir a sua prezença prezos to=| dos Padres do mesmo Collegio, ao pro=| prio Reytor, e ao mesmo delinquente // [fol. 47v] delinquente (a)⁹³|| A Armada / como dizia // *que* se tinha apromptado *para* partir *para*| o Rio de Ianeiro, se uniu em caminho| com muitas canôas (b)⁹⁴, e hum Ber=| gantim *que* de socorro de S. Vicente| tinhaõ partido guarnecidas de In=| dios, e mysticos, das quaes eraõ Comandandes do=| us Iesuitas. [espaço] Chegando toda esta| poderosa Armada à barra do Rio de Ianeiro pela duas horas da noite, *que*=| ria o Governador, e mais officiaes *que* se esperasse // [fol. 48r] se esperasse pelo dia *para* se fazer a entrada; o| General Iesuitico porem ordenou, *que* se acomet=| tesse de noite huma barra de tanto perigo,| com o pretexto do descuido em *que* imagina=| va estavaõ os Indios, e Francezes; e esteve| a Armada não sô perdida entre os Lages, on=| se achaõ hoje a Fortalêza de Santa Cruz,| e S. Ioaõ, mas athê embaraçadas humas| com as outras pela escuridade. Vencida| esta dificuldade se fez o ataque por alguns| dias com tal desordem, *que* muitas vezes ficara=| mos vencidos, se o famozo Indio Martim A=| Fonço, e hum Capitaõ chamado Adaõ Gon=| çalves de grande valor; sagacidade, e prudencia| e *que* voluntariamente se tinha offerecido *para* hir| em soccorro nosso, sendo morador em S. Vicen=| te, e o mais poderôzo da quella terra, não pro=| videnciara as desordens dos concelhes Iesuiti=| cos, e foi a quem se deveo a *plural* parte desta guerra // [fol. 48v] guerra, e *que* servio de degrao *para* a victória.|| Depois estando o General Iesui=| tico determinado a fazer retirar a Tropa da| vesinhança da Fortalêza de Villagailhon, *para*| hir acometter a terra firme, deixando

Achaõ-se a *quellas* cartas no Cartorio do| Collegio da Bahia no tomo 2º das cartas das missoens| af³⁹ f41 f58 f63

⁸⁹ O trecho encontra-se centralizado no manuscrito.

⁹⁰ Todo o fragmento do fôlio encontra-se centralizado no manuscrito.

⁹¹ Todo o fragmento do fôlio encontra-se centralizado no manuscrito.

⁹² Ao lado, existe o carimbo da BPE.

⁹³ Nota de rodapé do fôlio: (a) Este facto consta de huma Carta| escripta de Pernambuco ao Reytor dos Ie=| suitas da Bahia, queixando-se da violencia| da *quelle* Bispo. Acha-se na gavêta N.º 12.||

⁹⁴ Nota de rodapé do fôlio: (b) Embarcaçoens de hum sô pao um qui=| lha.

para| final emprêza o primeiro obstaculo que devia ser| desembaraçado, se opôz com espirito, e zêlo| o mesmo Capitam Adaõ Goncalvez, e animando a to=| dos os combatentes acometeeo o cabêso plural da| quella Fortaleza, que hoje se chama o dar pal=| meiras e por esta parte se fizeraõ Senhores da| quella Fortificação, que parecia inexpugnavel,| com mortandade de bastantes Indios, e Fran=| cezes embarcando-se o resto, huns em canô=| as para as Naus Francêzas, e outros para as bre=| nhas, e montes. [espaço] Todo o bom succêso des=| ta guerra se deve ao esforçado Capitam Adaõ| Goncalvez. [espaço] os Iesuitas com tudo celebraraõ // **[fol. 49r]** celebraraõ na Bahia huma grande festivi=| dade, em acção de graças, e espalharaõ pelos| moradores, que tudo se devêra aos concelhos, e vir=| tudes dos Iesuitas Delegado do Governador.|| Ainda⁹⁵ bem se não tinh fi=| nalizado a guerra, nem estava fixa a res=| tauração, quando o Iesuita, que acompanhou| o Governador, vendo que o Capitam Adaõ Goncalvez era o mais| rico, e poderoso de S. Vicente, entrou a ma=| quinar com este que deixasse a milicia da| terra, e que procurasse alistar-se na milicia| do Céu / que assim a chamavaõ elles). [espaço] A hypocre=| sia com que faziaõ estas persuasoens era ca=| paz de enganar a qual quer. [espaço] Não foi| mister para que se resolvesse aquelle famozo| Capitam Adaõ Goncalvez, que aliaz poderia servir ao| Estado relevantemente nas guerras que se segui=| raõ, a procurar o seguro da sua salvação na // **[fol. 49v]** na sociedade da Companhia, ou do Santo Esqua=| draõ, onde com facilidade / diziaõ os Iesuitas / se encontrava a felecidade temporal, e espir=| ritual. [espaço] Com a entrega que de sí fez aquelle| valorôzo Capitam nas maons dos Iesuitas, tam=| bem se seguio a dos seus consideraveis bens,| e Fazendas, e a de hum pequêno filho, cha=| mado Bartholomeu Adaõ, para que elles o educas=| sem, e dezerdassem.|| A educação que deraõ a Bartho=| lomeu Adaõ, filho do seu grande bem fei=| tor, foi a quella que pedia o intento para a sua| dezerdação. [espaço] Persuadiraõ-no que devia ser| como seu Pay, soldado da quella feliz mi=| licia; e como este menino, ainda que era de| muito boa indole, não tinha mayor engênho,| foi tal o aperto que lhe fizeraõ sobre os estu=| dos de Filozophia, e Theologia, que de pouca // **[fol.50r]** pouca idade morreu tizico, sendo já a esse| tempo professo na mesma Companhia.|| Ficando de algum modo os In=| dios Tamoyos pacificados foi forçado o Governador| a retirar-se para a Bahia. [espaço] Antes que| o fizesse foi persuadido pelos Comandandes Iesuitas| que tinhaõ tido em soccoro da Villa de Saõ| Vicente com o Bergantim, e Canôas, que devia| aportar primeiro na quelle porto a avis=| tar-se com o Pe. Nobrega, que assim cha=| mavaõ ao Chefe, e primeiro General Iesuitico,| para lhe agradecer, não sô o socôrro que lhe ti=| nha enviado, mas os conselhos que lhe tinha| liberalizado. [espaço] Assim o pôz em pra=| tica o Governador, pois bem sabia, que quando as=| sim o não cumprisse, todo o mau succêso| que a Armada tivesse no regresso se atribu=| iria de Deos, pois na quelle tempo, e ainda // **[fol. 50v]** e ainda muito depois aquelles Iesuitas se su=| punhaõ os organos, ou canais por onde Deos| encaminhava as suas graças, ou o rigor da| sua justiça.|| Apontando o Governador com a Ar=| mada no porto de Saõ Vicente, neste a ins=| tancias dos Iesuitas se demorou tres me=| zes com assaz despeza da Fazenda Real e| detrimento da quelles que o acompanhavaõ. To=| da esta demora foi encaminhada a que o Governador| resolvesse todas as dependencias, que traziaõ en=| tre maons oi Iesuitas na quelle districto.| O principal foi o da mudança de varias Al=| deyas de Indios para mais perto das Fazendas| dos Iesuitas, para que assim podessem estar| mais aptos a trabalharem nellas. Outra foi| a da Villa de Santo André para junto dos Cam=| pos da Parátininga, por terem neste terreno // **[fol. 51r]** terreno não sô huma grande caza de ha=| bitação, mas athê grandes, e famozas Fazen=| das. [espaço] Tanto não houve

⁹⁵ Ao lado esquerdo, existe o carimbo da BPE.

motivo algum| equivalente para a mudansa destas Aldeyas| mais que o dos particulares interesses dos Ie=| suitas, que nas Provizoens que para isso fez expedir| aquelle Governador, e que se achão registadas no Cartorio| do Collegio da Bahia, não dá outro motivo| nellas, que não seja o dizer = Que pelas razoens| que a isso o moverão do serviço de Deos, e de ElRey.|| Como as pazes com Indios| do Rio de Ianeiro, e Francezes ficaraõ mal| firmadas pouca foi a sua duraçaõ. O Esta=| do que neste tempo estava exaurido de forças| teve que sofrer os Francezes, que portaõ dilata=| do tempo nos disputaraõ a posse da *quelle* rico paíz.| Sendo disto informada a Raynha tutora| pelo Governador Mem de Sâ, que tambem exagerou| o muito que lhe tinhaõ servido nos ataques // **[fol. 51v]** nos ataques anteriores os conselhos da Pe.| Manoel da Nobrega, lhe mandou prestar o socorro de duas Naus, para que juntas| com as que haviaõ no Estado se concluísse| a posse tantas vezes embarçada, ordenan=| do tambem nada se pozesse em pratica sem| a approvaçaõ do mesmo Pe. Manoel da No=| brega, sem reflectir que as cartas escrip=| tas pelo Governador eraõ realmente substanciadas| pelos mesmos Iesuitas.|| Não seria necessario⁹⁶ esta re=| comendaçaõ para que Governador assim o pozesse| em pratica. Logo que se uniraõ as foras do| socorro, com as do Estado, sendo nomeado para| Chefe desta expediçaõ Estacio de Sâ, sobri=| nho do mesmo Governador; este alem das par=| ticulares recomendaçoens que lhe fez, que nada| obrassem sem o conselho Iesuitico, tambem| o repetiu em o Regimento que lhe deu de // **[fol. 52r]** de 23 artigos, sendo o penultimo delles=|| ” Nesta occasiaõ escrevo ao Pe.”| ” Manoel da Nobrega para que se ”| ” queira incorporar a Arma= ”| ” da, que [?] comanda, como qual ”| ” deverá [?] tomar conselho”| ” e não obrará cousa de impor=”| ” tancia sem elles pelo grande”| conseito que tenho da sua”| ” virtude, e prudencia”⁹⁷|| Chegando o Capitam Estacio de Sâ à barra| do Rio de Ianeiro, e vendo que tardava o Oracu=| lo Iesuitico de seu Tio, fez despedir logo hu=| ma pequêna embarcaçaõ a S. Vicente, on=| de resedia o Pe. Nobrega, pedindo-lhe se| quizesse avistar com elle, na forma que lhe| tinha determinando seu Tio, sem o que não // **[fol. 52v]** não obraria cousa alguma, como tambem| lhe era determinando no Regimento que rece=| bera. [espaço] Emquanto não chegou este Iesuita| não ousou aquelle Capitam investir a barra.| Assim que deo fundo pediu logo conselho,| ao que respondeu misteriozamente o Pe. Nobre=| ga, que nada podia resolver, sem primeiro| consultar a Deos em oraçaõ sobre o succés=| so desta guerra. [espaço] Quando bem lhe pa=| receu decidiu que fosse acomettida a emprê=| za. [espaço] Assim que foi declarada a vontade| de Deos pelo Pe. Nobrega não esperou o| Capitam Estacio de Sâ mais ordem em cousa| alguma, e dispoz o acomettimento, seguro| de que por todo o modo se havia de vencêr, se=| gundo o que estava premeditado|| Foi tal o disconserto que houve| no modo de acometter, suscitando-se ao mes=| <mo>⁹⁸ // **[fol. 53r]** ao mesmo tempo conflictos de jurisdicoens| entre o Capitam Estacio de Sâ, e o Pe. Nobrega,| que chegaraõ a alterar vozes, em razaõ| de se ter dezenganado aquelle das preoccupaço=| ens em que estavaõ a respeito dos Iesuitas,| e não querer estar depois de alguns dias| pelas determinaçoens dos Padres. A ba=| talha esteve a ponto de perder-se por fal=| ta de embarcaçoens pequenas, de petrechos| de guerra, e mantimento que o tempo tinha| já consumido. [espaço] O Pe. Nobrega não| fazia se não persuadir, que de todo o mo=| do se acomettese. Clamava em altas| vozes ao Capitaõ mor Estacio de Sâ, di=| zendo = Ainda com tão poucas posses| me obrigo a remediar esta falta, dilate| V. S.^a o seu coração em Deos, porque eu lhe| pronortico o succésso venturôzo. = Esta| profecia não foi realizada, porque nesta // **[fol. 53v]** nesta occasiaõ fomos rechassados pelos| Indios com bastante perda, e o resto

⁹⁶ Acima, existe o carimbo da BPE.

⁹⁷ O fragmento encontra-se centralizado no manuscrito.

⁹⁸ Inserido na margem inferior direita.

serecolheu| com muito custo aos Navios *que*, athê *que* com me=| lhor parecer, refazendo-se de mantimen=| tos, *que* mandaraõ buscar a S. Vicente, e de| embarçaõens de remos, *muito* necessarias *para* acometter aquelles portos, onde não podi=| ão chegar os Navios, ficaraõ victoriosos| logo no primeiro assalto, deixando-nos o| campo livre, assim os Indios como os seu=| us confederados Francezes. (a)⁹⁹|| Como¹⁰⁰ os // **[fol. 54r]** os Iesuitas viraõ, *que* afinal se tinha con=| seguido a victoria, sem serem necessarios| os seus dictâmes, não querendo perder a| reputaçã das suas profecias, fizeraõ es=| palhar por toda a Armada, *que* o bom succés=| so da victoria se tinha devido as oraçoens| do Pe. Gonçalo de Oliveira, *que* por ser de| huma extremada virtude fôra por elles| deputado *para* orar em todo o tempo que du=| rasse a batalha. [espaço] Afirmaraõ mais, *que*| em consequencia desta oraçaõ, tinha sido| observado por hum Iesuita de exemplar| vida, *que* os pelouros dos Francezes na occa=| ziaõ do ataque não offendiaõ aos nossos,| mas antes retrôcedendo os deixavaõ illezos,| e que as feridas que alguns receberaõ, ain=| da que mortaes com facilidade se cura=| vaõ. [espaço] Assim foi crido pelo Governador, e por toda| a guarniçaõ, sem outro fundamento que // **[fol. 54v]** que não fosse o de se lhes dar decidido credi=| to em tudo.|| Repetidas vezes se vio em oca=| caziaõ de se pedirem alguns soccorros de| humas *para* outras povoaçoens de Indios, e| de Portuguezes, responderem *que* estavaõ| promptos a dar a vida pela fê de Christo,| e pelos Padres, *que* tudo igualmente era tido em| huma conta. Não estavaõ elles comtudo| a este tempo jã *muito* bem reputados en=| tre algumas naçoens de Indios bravos, *que*| olhavaõ jã *para* elles com ôrror; por verem *que*| elles não sô se embaraçavaõ com a prega=| çãõ Evangelica, mas athê com as provi=| dencias particulares do Estado, sendo a| hum tempo arbitros da guerra, e da paz; fir=| mando alianças; fazendo quebrar outras,| como bem entendiaõ; do *que* nasceu o ser-mo s// **[fol. 55r]** o ser-mos por *muito* tempo perturbados de al=| guns gentios.|| Nas pazes *que* se celebraraõ| hê bem *para* hum dos artigos della.| Este era o de se prometer de mistura com| a amizade do Rey, e a do Governador a dos Padres da| Companhia. [espaço] Quando se tractava| da guerra, tambem se faz digno de repa=| ro o modo *porque* os Iesuitas se explicaõ| nas suas memòrias dizendo = Nas gueras| *que* nos intentamos de commum acordo com| o Governador (a)¹⁰¹|| Neste estado se achavaõ as| preoccupaçoens semeadas pelos Iesuitas,| quando no anno de 1556 chegou a Cidade // **[fol. 55v]** a Cidade da Bahia o Pe. Ignacio de Aze=| vedo, *que* foi eleito em Roma Procurador| Geral da Companhia de Iesus no Bra=| sil, trazendo grandes poderes, não sô do| seu Geral, mas do Papa Pio 5º. Acom=| panhavaõ a este alguns Religiozos com o| que fizeraõ o número de 40. [espaço] Para sua| sustentaçã applicou depois o Senhor Rey| D. Sebastiaõ 20\$000 [?] ã cada hum, athê| o numero de sessenta, consignada em Pro=| vizaõ de 7 de Novembro de 1564|| Neste tempo *que* foi o mais| proprio se completavaõ todas as perten=| soens Iesuiticas. [espaço] Achavaõ disposto o| Governador, *que* todo se entregava nas suas deter=| minaçoens. [espaço] O Bispo *que* entã er da *quella*| Diocese não fazendo cazo da doutrina *que*| ensinavaõ os Parrochos promulgou por| huma Pastoral, *que* se seguisse hum pequê=| <no>¹⁰²// **[fol. 56r]** pequêno manuscripto, *que* elles tinhaõ formado.| O

⁹⁹ Nota de rodapé do fôlio: (a) O succésso desta guerra consta de huma| representação feita pelo Pe. Manoel da Nobrega ao| Governador Mem de Sâ, contra seu sobrinho Estacio de Sâ| por não cumprir o *que* lhe tinha sido determinado| no Regimento, cuja representação hindo a respon=| der ao mesmo Estacio de Sâ, da sua reposta| se colhe o *que* tenho referido. [espaço] Acha-se no| Cartorio do Collegio da Bahia na gavêta N15

¹⁰⁰ Ao lado esquerdo, existe o carimbo da BPE.

¹⁰¹ Nota de rodapé do fôlio: (a) Assim o achei escripto em muitas, e diver=| sas prtes no Cartorio do Collegio da Bahia

¹⁰² Inserido na margem inferior direita.

Ministerio vivia enganado pelas asseveraço=| ens dos Governadores. [espaço] O povo preocupa=| do dos affectados milagres, que a cada pas=| so fingiaõ, atribuía o bom succésso de to=| das as cousas aos seus conselhos, e oraçoens. | O Papa estava promptissimo para resolver| a favor delles, quanto lhes era representa=| do pelo seu Geral. [espaço] Com isto se apos=| saraõ de tanta authoridade, *que* as suas| constituçoens foraõ feitas, como bem qui=| zeraõ, reformando-as, e augmentando-as| segundo, a necessidade o pedia, e com ellas| ganhavaõ largo terreno para os seus fuctu=| ros interêsses.|| O modo com *que* uniaõ tambem| ao seu partido o povo era extravagante. | Aos mais poderozos lhes consediaõ cartas // **[fol. 56v]** Cartas Patentes, assignadas pelo Provincial,| dando-lhe o titulo de benemeritos da Com=| panhia de Iesus, honra *que* muito aprecia=| vaõ, e *que* não lhe custava muito barato. | Aos outros menos poderozos lhe davaõ no=| meaçãoens com os epithetos de Procurado=| res do proximo, de viuvias, de orfaãs [?].|| Hum dos seus particula=| res sistemas, era o da grande uniaõ *que* entre| a sua sociedade conservavaõ sempre, e| em toda a parte *que* se ajuntavaõ. [espaço] Os Na=| vios *que* os transportavaõ para o Brasil, apenas| elles chegavaõ a embarcar-se eraõ logo| constiuídos Collegios, correndo nelles corre=| dores com divisaõ de refeitorio, cobiculos,| e cozinhas, para *que* fazendo todos os seus offi=| cios, ao signal de huma campa, *que* tam=| bem tangiaõ, com esta separação não. // **[fol. 57r]** não podessem nunca ser percebidos, nem| fiscalizados pela surpresa de alguém. | Os da equipagem dos Navios eraõ obri=| gados logo a exercitarem actos de cavida=| de, e a prenderem a doutrina. [espaço] Com este| extravagante modo, e com o pretexto da| Religiaõ se faziaõ Comandantes dos Na=| vios, e com as festas *que* allí não dispensa=| vaõ exigiaõ dos marcantes os fretes dos| transportes, *que* elles eraõ obrigados a pagar,| e *que* por este modo recobravaõ.|| Esta uniaõ, *que* athê no mas¹⁰³| queriaõ conservar lhes foi funesta huma| vez, porque embarcando-se quarenta Re=| ligiozos Iesuitas em a Nau Santiago,| *que* no anno de 1570 sahiu deste Reyno| para a Capital da Bahia, cuidando logo estes| Padres apenas sahiraõ da barra em formar o // **[fol. 57v]** o seu Collegio, com as divisoens, e repartimentos| que julgavaõ necessarios; este servio para que| sendo acomettidos fossem todos mortos, e| se não podessem defender na altura da| Ilha da Palma, huma das Canarias, do| Cossário de *que* era Comandante Jaques Soria, *que*/ tendo sido Almirante do afamado pê| de pao, exercitava o officio de pirata,| tendo a seu favor a Raynha de Navarra| Madama Joanna de La Brit.|| Não foi de menos conse=| quencia para os seus interêsses, o *que* inventa=| raõ a respeito dos moribûndos. [espaço] Estes| eraõ persuadidos de *que* ganhariaõ indul=| gencia plenária se morressem dentro dos| seus claustros. [espaço] Assim bem o expri=| miaõ as palavras com *que* elles / in articulo| mortis / faziaõ repetir aos enfermos agra=| <decendo>¹⁰⁴// **[fol. 58r]** agadecendo a Deos a grande mercê de os| matar dentro da caza da sua escolhida| companhia. [espaço] Desta hospitalidade| se seguiraõ grandes heranças, à companhia| e deserdação a muitos parentes dos tosta=| dôres (a)¹⁰⁵|| Não foi menos exquisito o| modo com *que* se poderaõ fazer Senhores| dos bens de Adriano Fragôzo. [espaço] Este| homem poderôzo em bens, e Fazendas, que| morava duas legoas distante de S. Vicente,| onde tinhaõ os Iesuitas hum hospicio, não| sendo a estes nada affecto, procurava todas// **[fol. 58v]** todas as occasioens de senaõ encontrar| com elles [espaço] Esta inimizade, *que* não| era occulta aos Iesuitas, os fez procu=| rar todos os meyoys de o adoçar. [espaço] Cnasados| de procurar extravagantes rodeyos, lem=| braraõ-se de fazer

¹⁰³ Acima, existe o carimbo da BPE.

¹⁰⁴ Inserido na margem inferior direita.

¹⁰⁵ Nota de rodapé do fólio: (a) Os Cartorios dos Iesuitas estaõ occu=| pados de muitos testamentos, minutados por| elles, o *que* tambem consta dos Autos de seques=| tro, *que* se achaõ nas Contadorias das Juntas da| Fazenda Ultramarinas, assim dos bens alludiaes como de encargos| pios.

espalhar, que *aquelle* homem era morto. [espaço] Assim *que* virão es=| tava divulgada a
 quella noticia por toda| a povoação, mandaõ celebrar no dia *seguinte*| hum solemne
 officio pela sua alma,| com outras demonstraçoens de sentimen=| to. [espaço] Assim *que*
 o figurado morto teve| noticia deste caridozo obzequio, sem| atribuir ao engano, de *que*
 bem longe esta=| ria outro qual quer homem de mais| senso disterra de sí todo o rancor
 que| lhes tinha, e poucos mezes depois con=| fiando a afministração da sua caza a| os
 Iesuitas se recollheo aos seus claustros // **[fol. 59r]** claustros, a aproveitar-se do bem
 infali=| vel de que gozavaõ os que nelles acaba=| vaõ, segundo elles intimavaõ;
 deixando-| lhe por seu falescimento as melhores| propriedade *que* possuía no territorio
 de| S. Vicente.|| Com este, e outros extrava=| gantes modos souberaõ erdar a todos os|
 moradores ricos, e poderozos, e entre estes| ao celebre Francisco Adorno, a *quem* elles|
 nos seus escriptos daõ o epitheto de il=| lustre Genovêz|| A grandeza, e opûlencia a| que
 por *sempre* tinhaõ chegado, os fez| aproveitar da opportuna occaziaõ *que*| se lhes
 offerecia, *para* firmarem realmente| os seus projectos. [espaço] *Para* isto se valeraõ do //
[fol. 59v] do Pe. Ignacio de Azevedo, *que* tinha vol=| tado do Brasil a este Reyno a
 tractar| varias dependencias, *que* diziaõ respeito à| sua Provincia. [espaço] Munido este
 de bons| presentes, e alguns querem, *que* de bastante| ouro se passou a Roma. [espaço]
 Presedia na| Cadeira de S. Pedro o Papa Pio 5º que| por segundas pessoas lhe facilitou, e
 con=| cedeo quanto requero. [espaço] Permittiu en=| taõ *que* o Provincial eleito de qual
 quer das| Provincias podesse dar graos de formatu=| ra aos seus Religiozos, *que* elles
 depois exce=| deraõ, concedendo-os tambem aos estu=| dantes das suas classes. [espaço]
 Concedeu in=| dulgencia plenària a todos os *que* acompa=| nhassem aos *Padres* da
Companhia, assim no ser=| viço economico dos seus Collegios, e Cazas| de Residencia,
 como nas suas missoens.| Mandou-lhes entregar muitos esqueletos // **[fol. 60r]**
 esqueletos de Santos, e huma das cabêças das| onze mil virgens, concedendo
 indulgencia| plenária a todos os *que* se confessassem no| dia da festividade dos mesmos
 Santos. Es=| tas indulgencias / diziaõ os Iesuitas/ naõ| as ganhavaõ se naõ aquelles, *que*
 obtinhaõ| huma pequêna reliquia da quelles ossos,| cuja a distribuição rendia vantájozas
 esmo=| las.|| Com estes, e outros imensos pri=| vilegios passaraõ neste tempo a *Bahia*
 setten=| ta Religiozos da *Companhia*, que foraõ escolhi=| dos de todas as cazas, e
 Collegios deste Rey=| no, crescendo assim, naõ sô a republica| Iesuita na quelle
 Continente, mas tam=| bem a preocupação dos povos, por haver| quem mais sobre elles
 trabalhasse, para| os abuzar, e *para* os reduzir a entregar-lhes, ou // **[fol. 60v]** ou em
 vida, ou depois de mortos quanto| possuihaõ.|| As suas maximas na verdade| postas em
 praticas pareciaõ as mais ute=| is, porem bem profundadas, e procuran=| do-se a
 principal razão, a dos seu par=| ticulares interêsses era a primeira *que* os| movia, e tudo
 o mais secundariamente;| e suposto pareça fora de proposito o ter| dado disto huma
 evidente prova, como cousa| fora assumpto de *que* tracto, com| tudo o fiz, *para que* naõ
 pareça em mim| exageração, ou falcidade o asseverar *que*| o seo unico fim era dominar,
 valendo-se| do pretexto da conversão das almas para| extorquir dos póvos exorbitantes, e
 excessi=| vos lucros.|| Quem poderá duvidar // **[fol. 61r]** duvidar *que* estes homens sem
 estipendio al=| gum conservavaõ Aulas publicas, naõ| sô de ler, escrever, e gramatica
 latina, mas| de Filozophia, e Theologia. [espaço] Isto bas=| taria *para* fazer o seo elogio
 se a *plural* razão| naõ fosse, primeiro, extorquir grandes| utilidades de propina, e outras
 despesas| dos graos de [?], e de Doutos, *que* elles sem au=| thoridade concediaõ àquelles
 estudantes| *que* se distinguião. Segundo, pelo ambi=| ção em *que* sempre se firmavaõ os
 seu pro=| jectos: hum destes era o de fazerem rece=| ber a roupêta involuntariamente
 àquelles| estudantes, huma vez *que* mostravaõ *grande*| applicação, estudo, e talento,
 valendo-se *para*| isso das misteriozas persuasoens que lhes| faziaõ, e muitas vezes da
 authoridade dos| Pays, a quem por temor obedeciaõ. Deste| modo persuasivo, ou

violento vinhaõ os mesmos // **[fol. 61v]** os mesmos Iesuitas sô aterem na sua cha=| mada Republica, e por outro nome Companhia| de Iesus os homens mais habeis, e mais| capazes de promover o bem do Estado, se| fossem destinados a outros emprêgos uteis,| para *que* elles olhavaõ de resto depois de| professos na quelle instituto, e instruïdos| nas particulares maximas, cujo fim era| sô o de promover o bem particular da Re=| ligiaõ, a *que* mais os restringia o quarto, e| ultimo voto *que* nella faziaõ, *que* sô os liga=| va ao seo Geral em tudo quanto lhe fosse| determinado, ainda *que* fosse contra toda a| razãõ, e justiça, e contra os mais sagrados de=| vêres|| De tudo tiravaõ¹⁰⁶ partido: lan| çavaõ sobre a industria do povo, *quando* bem lhes| parecia hum genero de multa, *para* o *que* eraõ // **[fol. 62r]** eraõ bem accomodadas muitas festas an=| nuais, e outras extraordinarias *que* inventa=| vaõ pelo mais natural acaso, a *que* chama=| vaõ milagre. [espaço] Deste modo não sô se| fizeraõ Senhores dos melhores terrenos, | e de propriedades, como da vontade de| quem lhos concedia, humas vezes por pe=| quênas quantias, e outras por tres paço.| Athê na economia, e governo interior| das cazas elles chegaraõ a exercer entre| os Pays de familias a mayor authoridade.|| Para isso não foi necessario| valerem-se de mais, entre outras muitas| invençoens, *que* de huma procissaõ anuu=| al a demais pompa entre elles, deno=| minada das onze mil virgens, com a qual| protestavaõ ser *para* animar a perseve=| rar na fê, não sô a gentilidade mas aos // **[fol. 62v]** aos moradores Portuguezes. Para orna=| to desta procissaõ mandaraõ construir| hum Navio de madeira sobre rodas, *que*| sendo destinado *para* representar aquelle| *que* conduziu a Santa Ursula, e suas Compa=| nheiras, era tambem o *que* segurava os ga=| nhos entre gente taõ pouco polida. Es=| tas virgens eraõ figuradas meninas *que* no dia determinado em=| barcavaõ nelle *para* servirem na mesma| procissaõ de espetaculo ao povo. [espaço] A no=| meação de cada huma destas pertencia| ao Reytor do Collegio, a qual era obtida| depois de grossos presentes feitos pelos Pays,| e huma boa esmola *para* o chamado patri=| monio das Santas. Feita esta nome=| açaõ, huma vez *que* os Pays viaõ *que* suas fi=| lhas tinhaõ obtido aquella felicidade, bast=| tava *para* os desvanecer, e descansar tanto, *que* // **[fol. 63r]** *que* *para* o casamento dellas, não sería neces=| sario *para* mostrar a virtude, e educaçaõ| de suas filhas, *que* a de saber o noivo, *que* el=| llas tinhaõ sido huma das escolhidas *para*| aquelle ministerio. [espaço] O mesmo pratica=| vaõ com os filhos / *que* sempre eraõ os rapa=| zes *que* aprendiaõ na escolla de ler/ nome=| ando-os *para* exercer o lugar de Capitam Comandande| do mesmo Navio; a escolha, e nomeaçaõ| em tanto se apreciava, *que* o pay do me=| nino *que* chegava a merecer este titulo| com toda a alegria, e seriedade recebia| parabens de toda a nobreza da Cidade.| Isto custava alem da chamada joya, o fa=| zer toda a avultada despeza da procis=| saõ, e festa, na qual os mesmo Iesui=| tas pregavaõ, cantavaõ, e ornavaõ a Igreja,| e de tudo pelo miúdo recebiaõ gratifi=| caçaõ. [espaço] Bem claro está *que* aquelle// **[fol. 63v]** aquelle Navio dedicado as Santas Uir=| gens, sem embargo do bom fim a *que* diziaõ| os Iesuitas se dirigia, lucrava, sem du=| vida, a proporçaõ mais do *que* huma boa| charrua, considerada com hum bom| frete, *que* navegasse com risco, e dilata=| da viagem do Brasil *para* este Reyno.|| Como os Iesuitas sô cuida=| vaõ, como tenho feito ver, em interter| o povo com festas, *para* com ellas tirarem| vantajozos Lucros, tendo sô em vista| os seus interêsses particulares, não lhe| restava tempo algum *para* cuidarem,| como deveraõ da conversaõ da gentili=| dade, cuja missaõ aparentemente conser=| vavaõ *para* lhe servir sômente de pretexto,| e de apoio ao seo orgulho, e as suas| maquinaçoens, servindo de sacrificio ao // **[fol. 64r]** ao seo fingido, e dolôzo sistema huns| miseraveis Indios, *que* delles se tinhaõ con=| fiado *para* os educar, e lhes pregar a ver=| dadeira fé, de cujo fim sevalêraõ *para* fazer o degrao da sua

¹⁰⁶ Acima existe o carimbo da BPE.

opulência.|| Tendo pois mostrado com| fundamentos claros, o abuzo com que| logo desde o descobrimento do Brasil| se principiou nelle a fazer omissão,| passo a ponderar o estado em *que* se achaõ| presentemente os seus desgraçados habitam=| tes, e o modo indecorôzo com *que*, entre el=| les, se continua a missaõ pelos Padres *que*| succederão aos Iesuitas.|| **Segunda demonstração**¹⁰⁷|| Vendo-se os Indios Libertos da geral // **[fol. 64v]** geral escravidaõ, pela Ley já citada| de 8 de Mayo de 1759, ainda assim| o não foraõ da particular dos Iesuitas,| ou dos chamados Missionarios, senão de=| pois da sua total proscripção.|| No decurso do tempo, em *muitos*| annos antes da sua proscripção, conhecen=| do elles o melhor terreno, e o gentio mais| poderoso a *que* se deviaõ unir, *para* estabele=| cerem o seu projectado Imperio nos Cam=| pos do Uruguai, de algum modo foraõ| perdendo o dezejo de serem respeitados| entre os outros gentios de menos poder,| e por isso foraõ largados de sí algumas| missoens mais remotas, e nellas entran=| do, como ainda hoje se conservaõ al=| guns Padres de differentes Religioens, e Hospicios, que se achaõ na quelle *Continente* // **[fol. 65r]** Continente, que pela mayor parte saõ| encarregados da quellas missoens os Re=| ligiozos da mais depravada conducta,| e que pelas suas intrigas senão podem| suportar dentro dos seus Conventos. Es=| ta comissaõ se lhes confia a titulo de| degredo, e castigo dos delítos cometidos| dentro das clausuras, comprehendido| tambem o governo temporal; o *qual* costum=| me ficaraõ adoptando do que viaõ pra=| ticar aos antigos Missionarios Iesuitas.|| Deste modo claro fica, que| sendo estes os Missionarios, que fructo| se pode esperar das suas pregaçoens?| Hê de crer, *que* sejaõ feitas sem forma,| methodo, e fervor algum de espirito;| pois ainda *que* entre hum tão grande| número de missoens hajaõ alguns que // **[fol. 65v]** que o contrario pratiquem, como destes| o seu número hê pequêno, *que* proveito po=| deraõ tirar em tão vasto Continente, po=| vado todo de gentilidade; pois tendo=| se assentado por hum calculo *prudente*| *que* em todo o Brasil hã hum milhaõ| de almas, certamente tres partes hê de Indi=| os naturais da quelle Paíz.|| Como pois nem o zêlo da| Religiaõ, nem o amor da humanidade| os não condus a hum verdadeiro espiri=| to de pregação, e fervôr de reduzir estes| homens semiferos, elles procuraõ escolher| o seu degredo, ou a residencia das mis=| soens nos citios mais proprios, e accom=| modados. [espaço] Em vez de procurarem as| Aldeyas de Indios em *que* de todo falta| a fê, pelo contrario fazem o seo assento // **[fol. 66r]** assendo nas Aldeyas dos Indios já bap=| tizados, e *que* tem já alguma crensa. En=| tre estes se conservaõ muitos da quelles| Missionarios permittindo ainda nel=| las abuzos, e ritos gentilicos.|| Esta desordem, e mas estado| das Missoens procede do pouco cuidado,| zêlo, e actividade dos Prelados das Re=| ligioens dellas encarregados. Estes em| vez de procurarem por todos os meyo mos=| trar a aquelles miseraveis a depravação| e barbaridade de seu estado feroz, e sal=| vagem, e fazelos conhecer a doçura, e van=| tagens da vida civil; e a pureza do chris=| tianismo; obrigando-os a isto os deveres de| homens, de christaons, de Ministro da| Religiaõ, e os de Vassallos; não tem *cuidado* // **[fol. 66v]** cuidado nisto com attenção, antes toma=| raõ como degredos *para* os seus viciozos com=| panheiros as aldeyas dos Indios, e como| esmolos ordinarias *que* lhes manda dar| Sua *Magestade*.|| A tirania, pouca protecção,| e nem humas commodidades deste genero| de vida, fazem que os Indios suspiran=| do pela liberdade salvagem de *que* antes| gozavaõ, se entranhem pelos matos, e| percaõ *para* sempre de vista estas habita=| çoens em que vêm os Europeos descen=| dentes dos que mataraõ seus antepass=| dos, querendo exercer nelles, talvez igual| tirania; e aconcelhem os seus aproxi=| mos, a procurar as nossas aldeyas, a fugir| *para* sempre destes opressôres.|| <Daqui>¹⁰⁸// **[fol. 67r]** Daqui nasceu o dezertarem das cabêcei=| ras do Rio de S. Matheus sete aldeyas| de gentio de diversas naçoens, dos

¹⁰⁷ Acima existe o carimbo da BPE.

¹⁰⁸ Inserido na margem direita inferior.

quaes| era cabeça, o famoso gentio chamado Bo=| coani. [espaço] Todos passavaõ de trinta mil| almas. [espaço] Estes estando já vivendo paci=| ficamente debaixo das nossas bandeiras,| as tiranias *que* com elles se praticaraõ, e o| pouco fructo da missaõ, não sô concorreu| *para* *que* elles desconfiassem e fogissem, mas| ainda o *que* hê mais *para* sentir, *que* estando tam=| bem a ponto outras treze aldeyas de gen=| tio mais rebelde de aldeyar-se, muda=| raõ inteiramente de parecer, pelo *que* ouviraõ| aos *que* dezertaraõ, ou *para* melhor dizer fo=| giraõ das nossas tiranias. Ainda não| *para* aqui, *porque* sendo todo o poder do| Indio chamado Pataxó fundado na| liga, *que* entre si tinhaõ, como ainda tem // **[fol. 67v]** tem com as trezes aldeyas rebeldes, huma| vez *que* estas abraçassem a fê catholica,| elles se veriaõ a ponto de seguirem na| resolução aos seus amigos e aliados.|| Foi tal o susto, e o temor *que* conceberaõ,| *que* sendo a rebelliaõ das treze aldeyas| acontecida no anno de 1776, não tem| dado depois disso athê agora mais de=| monstraçaõ de quererem reconciliaçaõ;| pelo contrario unidos todos em hum corpo| com o Indio Pataxó tem procurado in=| vadir a Villa da Victoria, e Capitania do Espirito Santo, com bastante estrago, e mortandade| de Portuguezes; privando da cultura dos seus campos os *que* residem fora da povoação| principal, *que* tambem seria atacada se| o gentio Bocoaní, cabeça das sete povo=| açoens de *que* já tractei se quizesse unir| delles, como tem pretendido. [espaço] Este po r// **[fol. 68r]** por ser de natureza domestico, não sô lhes| tem o rezestido, mas por diversas vezes tem| pedido a nossa amizade, e ainda auxi=| lio contra o Indio Pataxó, e seus aliados.| O soccôrro / com *que* vergonha o digo / se lhe| tem denegado, e do mesmo modo ferra=| mentas, *que* tem pedido *para* o trabalho das| suas lavouras.|| Sendo pois este o miseravel| estado em *que* se acha o gentio bravo, de| mayor escandalo, e vergonha *para* nós hê| o ver nas nossas mesmas povdaçoens al=| deyas habitadas de Indios, *que* se chamaõ| mansos, talvez sô pelo muito *que* nos sofrem, quando nos costumes em pouco| differem dos outros a *que* chamo bravos, pra=| ticando, como estes, ritos gentilicos a seu modo, *que* misturaraõ com as cerimonias dos // **[fol. 68v]** dos baptismos, e cazamentos, sem o *que* os| não davaõ, nem daõ por validos. Foi| isto grassando athê *que* ficou em costu=| me, pela infame tolerancia com *que* os| Padres os não advertiaõ, e castigavaõ, como| bem o faziaõ por outras cousas do seu [?]| serviço, e de muito menos entidade e| chegou neste ponto a perversaõ a taõ| subido grao, *que* pretendendo-se dar| lhe remedio, e a talhar o ultimo perigo, se| não conseguio, não sô por se ter invete=| rado o abuzo, e firmando com as mais se=| guras raizes, mas pelo informe methodo| *que* *para* isso se poz em pratica no anno de| 1769.|| Entaõ procurou o Conde| de Pavolide, Governador da Capitania da Bahia| fazer huma reforma em semelhantes| estabelecimentos. [espaço] De nada servio a pro=| jectada reforma, em muito menos a *que* tambem // **[fol. 69r]** tambem fez nas Aldeyas *que* instituõ em| Villas, denominadas de Soure, Oliven=| ça, Barcelos, Santarem, Trancôzo, Ver=| de, Pombal, Abrantes, Viçosa, Prado, Belmonte, Tomar, N. Senhora de Nazarett| da pedra branca, Alcobaça, Portalegre, e| Benavente. Para cada huma destas| dezaseis villas foraõ nomeados Directo=| res, *que* instruissem os Indios, e os educas=| sem. [espaço] Hê claro *que* *para* isso deviaõ| ser escolhidos pessoas de probidade, e| capazes de lhes ensinar tambem costu=| mes, e Religiaõ. Foraõ porem manda=| dos Homens, *que* nem os primeiros rudimen=| tos de ler, escrever, e contar sabiaõ com per=| feiçaõ: eraõ pela mayor parte escreventes| de cartorios judiciaes, e ainda entre estes| os de menos prestimo, e mais indigencia,| com fundamento de *que* podessem instru=| ir os luzes ordinarios Indios no modo de // **[fol. 69v]** de processar, e sentenciar, *para* o *que* se olhou| primeiro, do *que* *para* os outros principios de eco=| nomia, e politica taõ necessarios, e ute=| [espaço] As providencias no espiritual| teraõ igualmente insufficientes, pois ainda| *que* *para* aquellas Villas se nomearaõ| Parrochos com congruas sufficientes, com| obrigaçaõ de nellas residir, divindo-| se por ellas os Indios,

que sem forma esta=| vão mal aldeyados, todavia as Igrejas| que interina, e rapidamente, se constru=| îrão cobertas de palha, ou para melhor di=| zer humas palhoças iguais às cazas, que/ nas mesmas Villas se levantaraõ para| habitação dos seus moradores. [espaço] Assim| athê agora tem existido sem reforma| alguma, e se achaõ muito detrioradas com| indecência da Religiaõ. [espaço] O fim se po=| deria ter conseguido de differente forma // **[fol. 70r]** forma, ainda sem despeza da Real Fazen=| da.|| Os¹⁰⁹ Parrochos que foraõ esco=| lhidos não sendo entaõ os mais habeis nem| os de mais prestimo, nem hum proveito tem| tirado na conversão da quellas almas desgarradas. [espaço] Eu posso attestar o que me con=| tou hum Parrocho destes, pertendendo eu| saber delle a razão de haverem taõ poucos| cazamentos na quellas Freguezias, havendo| aliaz huma grande propagação em pecca=| do: ao que me respondeo, que na sua Fregue=| zia / e entendia que em todas as outras era| o mesmo / se não promoviaõ os cazamen=| tos, por se não poder vedar, que a consumação| do matrimonio no primeiro dia em que caza=| vão os Indios não fosse feita na presença| de todos os parentes dos dous consortes, pro=| curando para isso os mátos, e no citio mais ac=| comodado punhaõ em pratica aquelle barbaro // **[fol. 70v]** barbaro, e gentilico costume, sem o que senaõ| davaõ por cazados.|| A providencia que deo| a isto este Parrocho / o que depois soube por segunda| pessoa / foi o de se retirar para sitio distan=| te da Freguezia, deixando o governo della en=| comendado a outro Padre, que hê de crer fosse| na tolerancia seo imitador.|| Os Directores por outra par=| te preocupados do enthuziasmo de Go=| vernadores cujo epitheto entre os mesmos| Indios não querem perder, em vez de lhe| ensinarem esse pouco, ou nada que sabem| de ler, escrever, e contar, e a doutrina Chris=| tan, sô cuidaõ em se afazendar nos si=| tios mais proprios, e accomodados para a sua| ambição, servindo-se dos mesmo Indios para| os trabalhos das suas lavouras.|| Todos os // **[fol. 71r]** os Directores nomeados, são de ordinario| pessoas indigentes, procuraõ trazer os Indi=| os contentes, e consentem por isso na prati=| ca dos seus ritos. [espaço] Este hê o meyo de te=| rem o mayor número de trabalhadores de| vontade propria: deste mesmo abuzo| nasce, que os Indios que por elles são prote=| gidos, e occupados nas suas fabricas, seva=| lem disso para extorquir dos moradores vi=| sinhos os gados, e a produção do que plantaõ,| visto que não tem tempo para o poderem fazer| para si, por serem occupados pelo seo Dire=| ctor no seo serviço particular, sem esti=| pendio, ou jornal algum.|| Neste infeliz estado de mize=| ria, e de pobrêza se conservaõ estres mizera=| veis, sem conhecerem Ley, nem a razão:| ainda os contem em algum respeito, e su=| bordinação o temor que conservaõ da quelles gentios // **[fol. 71v]** gentios barbaros, que se achaõ embrenhados,| para cujos sitios se não podem retirar, por| se persuadirem / como na verdade não se en=| ganaõ / que delles seraõ tragados, pela op=| posição que hã entre huns, e outros. [espaço] Deste| modo vivem discontents: [espaço] Elles conhecem| que não podiaõ estar sugeitos, e debaixo de| protecção melhor, e de mais vantagem que| a dos Soberanos Portuguezes, que em seu fa=| vor tem promulgado tantas Leys, que elles| conhecem. [espaço] Por tradição dos seus| antepassados, sabem quaes foraõ, ou não| os Generaes da quella Capitania que melhor pro=| movêraõ o bem em geral das suas alde=| yas, e de cada hum delles em particular: olhaõ| para a miseria, e desgraça em que vivem presen=| temente, observando que athê aquelle solido funda=| mento da Religiaõ, que faz a baze da feleci=| dade que se lhe quer intimar está destruída,| e aniquilada: vêm-se em humas pobres // **[fol. 72r]** pobres aldeyas, abarracados em palhoças, ves=| tindo huma grossa camiza de algudaõ, e| humas calsas do mesmo, o que faz todo o seo| ornato: olhaõ para a Igreja que se lhe fabri=| cou a tantos annos para a celebração do cul=| to Divino, e assitencia do IImº. Sacramen=| to,

¹⁰⁹ Ao lado esquerdo, existe o carimbo da BPE.

naõ differindo das suas miseraveis chou=| panas: conhecem ao mesmo tempo a fal=| ta de fê dos Missionarios, e dos seus Parrochos,| e a frouxidaõ com *que* lhe intimaõ a doutrina:| elles sevêm fatigados, e cansados de trabalho,| *que* cada hum destes, e os Directores lhe ac=| cumulaõ de dia em dia, convindo a troco| disto, *que* pratiquem abuzos: emfim elles| athê observaõ a degeneração da sua especie| maquinada com escandalo por aquelles| mesmos *que* lhes devem promover o bem tem=| poral, e espirital.|| Isto¹¹⁰ certamente // [fol. 72v] certamente tem concorrido mais acce=| leradamente para a desgraça a *que* tem chegado| aquelles desgraçados Póvos, *que* sô poderaõ| obter ou recobrar a felecidade temporal| e espirital da qual vivem Longe, pon=| do-se / como penso / em pratica a reforma,| *que* passo a ponderar.|| **Terceira demonstração**¹¹¹|| O primeiro objecto em *que* se deve cuidar, e| reparar hê o estrado da Religiaõ, e dos co=| tumes. [espaço] A reforma deve principar pelos| Indios *que* estaõ ainda hoje aldeyados, e en=| tregues ao domínio dos *Padres* *que* os governaõ| espirital, e temporalmente. [espaço] Estes saõ| os *que* estaõ entregues à Missaõ, ou a titulo| della, aos Religiozos Capuchos na Comarca // [fol. 73r] Comarca de Iacobina; outros entregues aos| Carmelitanos nas aldeyas do Rio Real, Com=| marca de Sergipe de ElRey, e outros final| mente aos Marianos nas aldeyas de Massa=| ramdupiõ, Comarca da Cidade principal.|| O governo, e jurisdicaõ *que* tem estes| *Padres* temporalmente nos Indios hê taõ dis=| potico, *que* elles arbitraria, e absolutamente os| condenaõ a ôrrozos castigos: nomeaõ Ca=| pitaens mores para a sua governança, e ou=| tros officiaes, *que* tambem pela mais leve| culpa depoem; nomeando logo outros| em seo lugar; punindo-os athê com pri=| zoens; gonilhas, e ferros; e finalmente resi=| tem a quaes quer orden do Governador, ou da| justiça, *que* os mesmos Indios naõ ousaõ cum=| prir, sem *que* lhes seja ordenado pelos seus| *Padres* assistentes, e estes sem *que* tambem| lhe sejaõ determinadas pelos Prelados das // [fol.73v] das suas respectivas Religioens. Naõ| hã muito, *que* sendo nomeado pelo Mar=| quez de Valença, Governador *que* foi da Capitania da| Bahia, hum Capitam mor dos Indios da| Aldeya de S. Feliz do Rio Real, o Mis=| sionario *que* se achava nella naõ quis cum=| prir a patente da quelle Indio, nem dar-| lhe posse do seu emprêgo, sem *que* primeiro| o Prior do seu hospicio lho ordenasse; e| ainda assim ficando com rezerva ao mes=| mo Indio, por ser promovido sem o seu con=| sentimento, e approvaçaõ, deixando pas=| sar tempo suscitou a mesma questaõ, go=| vernando aquella Capitania D. Rodrigo Iosê| de Menezes, depondo segunda vez o mes=| mo Indio, e do mesmo modo nomeando| outro em seu lugar, cujo clamor chegan=| do a presença deste Governador, e orde=| nando de novo por uma Portaria sua // [fol. 74r] sua ao Regente Missionario restituísse| a jurisdicaõ ao mesmo Indio, ainda assim| naõ obedeceu, causando athê huma pertur=| baçaõ entre os outros Indios, pelos fazer| crer, *que* o Governador manda=| va lhe fosse restituída a jurisdicaõ, vinha| de mã fê com elles, e *que* era de esperar *que*| os tractasse mal; sendo o *que* bastou para *que* os| mesmos Indios o naõ quizessem reconhecer| por seu Capitam mor nem obedecer-lhe de| modo algum.|| Este e outros factos *que* no dia| referir mostraõ bem a errada maxima| com *que* se permittio, *que* os Missionarios ficas=| sem tambem servindo de Regentes das| Aldeyas, ainda *que* aliaz sempre fossem| supridas as missoens por homens scien=| tificos, e illuminados.|| Pouco tinha *que* // [fol. 74v] **74v** *que* ponderar para nisto senaõ convir, por| *que* se nós vemos, e experimentamos, *que*| estes *Padres* exercitando entre nos a ma=| is leve jurisdicaõ sempre a querem dila=| tar quanto lhe naõ convem, o *que* será entre| aquella tósca, e infeliz gente. ~ Alli el=| les saõ pelo *que* toca ao espirital, huns| bem appropriados Papas, pelo *que* concedem| denegaõ, e ampliaõ, e pelo temporal qua=| ze huns dispoticos Soberanos, porque deci=|

¹¹⁰ Ao lado esquerdo existe o carimbo da BPE.

¹¹¹ Encontra-se centalizado no fôlio.

dem de plano, e verbalmente athê os cazos de| huma muito complicada resolução, e ul=| timamente são huns Regentes *que* se permit=| tio *que* o fossem sem hum Regimento res=| tricto *que* os contivesse.|| A vista desta desordem claro| está *que* devem estas Aldeyas ser reduzidas| à Villas, *que* não sei porque motivo não foraõ| contempladas na reforma do anno de // **[fol. 75r]** de 1769, abolindo-se toda a jurisdição| espiritual, e temporal, *que* tem nella os| mesmos Missionarios, e tanto estas como| as Villas *que* já estão estabelecidas, devem| humas ser fundadas, e outras reforma=| das com a mayor cautela, e seriedade,| attendendo-se, primeiro à Religião, e de=| pois ao bem em geral do Estado, a con=| servação dos mesmos Indios, e os seus in=| terêsses em particular.|| Pelo que pertence ao espiri=| tual a primeira cousa em *que* se deve cui=| dar hê na factura dos Templos, *que* sem| muita despêza se podem fazer commo=| da, e decentemente, derrubando-se os| *que* existem com ignominia nossa feitos| de taipa, e paos a pique, e cobertos de| palha, ao mesmo tempo *que* as cazas da| residencia dos Vigarios, as mais delas são // **[fol. 75v]** são de tijolo, e cobertas de telha, e estes| Indios, ainda *que* faltos de instrucção| pensão a seu modo, e hê facil de acre=| ditarem, *que* não será a verdadeira Religi=| ão, entre huns póvos *que* blazonão de po=| lidos, aquella cuja dessencia senão en=| contra nos Templos; os quaes tambem| depois de reformados devem ser provi=| dos dos ornamentos, e preparatórios ne=| cessarios para o culto Divino.|| Estas Igrejas se podem| fabricar, e concluir com huma mode=| rada despeza, ou ajuda de custo que| Sua Magestade por piedade queira conceder| a cada huma Freguezia; porque achando-| se entre os mesmos Indios muitos q| são| olleiros, e outros fabricantes de cal, e grandes| serradôres de madeira sendo applicados| todos a este fim, e os *que* não tiverem estes // **[fol. 76r]** estes prestimos a serventia, e transporte| dos mesmos materiaes, fica sendo a despêza,| sô pelo *que* pertence aos jornaes dos Pedrei=| ros, e Carpinteiros, *que* tambem se poderiaõ| evitar se athê agora tivessem havido Di=| rectores zêlozos, *que* mandassem ensinar es=| tes, e outros offícios àquelles pequênos In=| dios, e ainda aos adultos, *que* se lhe não conhe=| cêsse para outra cousa vivêza alguma. Quan=| do não seja bastante a ajuda de custo, que| lembro Sua Magestade podia mandar aplicar| para satisfação dos Mestres Constructôres, e dos| alimentos *que* hê necessario tambem se| prestem aos serventes, *que* não perceberem| jornal algum. Esta falta se deve suprir| em parte, ou no todo, quando Sua Magestade| não queira nisto convir, se deve estabe=| lecer em cada huma Freguezia dos Indi=| os algumas ollárias, separadas das *que* de=| vem laborar para construção das Igrejas // **[fol. 76v]** das Igrejas, recolhendo-se o rendimento do| *que* produzirem em hum cofre, ou cai=| xa geral, da qual devem sahir os supri=| mentos, e satisfação dos jornaes, e com es=| ta providencia se poderá tambem conse=| guir o construirem-se melhores edificios| nas mesmas Villas, e ficarem as cazas em| bom alinhamento, e perspectiva; o que| não sendo ainda bastante para se conseguir| o fim desejado se pode lançar mão de ou=| tro meyo mais seguro. [espaço] Este hê o dem[?]| Sua Magestade fazer hum serio exame nas| trez Ordens terceiras, *que* com bastante opûlen=| cia, e hum bom fundo em caixa se achaõ| estabelecidas na Capitania da Bahia, *que* mais| parecem Companhias de Commercio, do| *que* cazas dedicadas a Deos, e *que* separando-| se dos vantajosos rendimentos *que* tem, e *que* cada vêz mais se vão augmentando, aquelles| *que* forem necessarios para as suas despezas // **[fol. 77r]** despezas annuais, tanto ordinarias, como| extraordinarias, do *que* ficar manente se| aplique tudo, ou parte para huma acção| tão pia, e meritoria, qual hê a da conversão| das almas, e conservação das *que* já estiverem| reduzidas ao gremio: ou *que* tambem se apli=| que o rendimento do Subsidio Literario,| *que* pode muito bem suprir a estas despezas dan=| do-se melhor forma à sua arrecadação, co=| mo mostrarei em dircurso separado.|| Os Vigarios *que* para estas Igre=| jas forem nomeados, devem ser pessoas es=| colhidas de virtude, sciencia, e probidade| e *que* com docilidade, e brandura

instruaõ os| Indios, e lhes fação detestar os ritos genti=| licos, de *que* ainda muitos, e muitas Aldeyas| se achão possuídoas, ensinando-lhes a| doutrina christan, os bons costumes, e a cren=| sa dos dogmas da Religião, explicando-lhe // **[fol.77v]** explicando-lhe miúdamente o *que* vem a dizer| cada palavra de per si, e os misterios que| contem, e não a repetição do *que* nós sabe=| mos, sem *que* aquelles miseraveis profun=| dem o *que* são obrigados a crer, cuja falta| concorre para *que* com o mais leve descuido| se tornem a entregar aos seus gentilicos| costumes. [espaço] Esta difficuldade estará ven=| cida huma vez, *que* se ponha em pratica| o que hei de ponderar, quando fallar da| educação, e applicação dos pequinos In=| dios, pois entre estes os que tiverem vivê=| za, sendo dirigidos, e encaminhados aos| estudos, ainda por huma politica, e ma=| xima necessaria, viraõ a ser entre os seus| naturaes os melhores Parrochos. Emquanto| porem senão pode dar esta providencia,| / *que* está em muita distancia / deve ser esta su=| prida cansando-se os Parrochos em ensinar| a san doutrina com dezabuzo, e sem // **[fol. 78r]** e sem supertiçoens aos pequênos Indios,| porque alem de aprenderem com melhor| penetração, bastavaõ estes depois para instru=| irem aos Pays, e parentes nas suas Cazas,| em os dias, e horas *que* não forem destinadas| para o ensino geral de todos.|| Para ficar mais suave¹¹² en=| tre elles a applicação desta util , e neces=| saria instrucção, não sô não sería perdi=| da, mas antes util, a lembrança de que| se instituíssem em todas as Freguesias certos| premios, *que* podem sahir da caixa das des=| pezas da Camara para se repartirem pelos| Indios *que* se distinguissem, applicassem, e| mostrassem adiantamento nos dogmas da| Religião. [espaço] Isto lhe causaria emula=| ção, e em pouco virá amontar a despeza,| pois basta *que* sejaõ humas medalhas de| metal, com as Imagens de alguns Santos // **[fol. 78v]** Santos com seus Laços de fitas, de varias| cores, a *que* são muito inclinados. [espaço] Hum dos| principaes objetos, em *que* tambem os Par=| rochos devem ter hum grande cuidado,| hê em promover o Sacramento do Ma=| trimonio, não permittindo *que* vivaõ em| mancebia, nem *que* sejaõ feitos ao modo gen=| tilico, com superstiçoens, danças tôrpes,| e obcenias, e huma publica consumação,| o *que* devereão, punir exemplarmente quando tal suc=| céda, porque huma vez *que* elles sevejaõ, por| hum lado tractados com docilidade, sucê=| go, e brandura, por outro elles conheceraõ| tambem quando se fazem Reos merecedô=| res de serem punidos; e feito o exemplo| no primeiro *que* transgredir, com aquellas penas| *que* a mim me não toca arbitrar, nem exa=| minar as *que* devem ser proprias para isso, elles| se contraõ para o futuro. [espaço] Emfim a me=| lhor educação do que elles athê agora // **[fol. 79r]** agora tem tido, hê *que* ha de decidir das su=| as fortunas, e costumes.|| Não sería desacertado, que| no fim de cada hum anno fossem obriga=| dos os mesmo Parrochos, no acto de cobra=| rem as suas congruas, a apresentarem| certidoens juradas pelos Parrochos das Fre=| guezas visinhas, e pela Camara de cada hu=| ma das Villas, de *que* cumpriraõ o seo dever,| e *que* junto a estas viessem tambem destas,| ou certidoens authenticas do número dos| cazamentos, e baptizados *que* houveraõ, pro=| venientes destes, para assim se conhecer o| fructo, e progresso *que* tiverem feito os mes=| mos Parrochos postos em lugar dos Missi=| onarios para a reforma espirital.|| Emquanto a providencia| temporal deve ser / ainda *que* com differente // **[fol. 79v]** differente methodo / a que já está estabele=| cida; qual hê o de se crear na forma da| Ley em cada Villa hum Iuiz ordinario, com| officiaes da Camara, e Thesoureiro competentes;| nomeando-se porem em lugar de hum| ignorante, e indigente Director dos mesmos| Indios, como athê agora se tem prati=| cado, pelo contrario hum homem, cuja probi=| dade, policia, e costumes o fassaõ digno| deste Emprêgo, no qual não sô se deve di=| rigir bem, a si mas ainda a tantos indi=| viduos, e *que* pelo menos saiba limpa, e acer=| tadamente ler, escrever, e

¹¹² Acima, existe o carimbo da BPE.

contar, e a pra=¹¹³ tica judicial, percebendo para a sua susten=¹¹⁴ tação hum correspondente ordenado, que| deve ser o duplo do que athê agora tem per=¹¹⁴ cebido, e percebem, ainda que sejam pagos pelo| rendimento do Subsídio Literario.|| A estes Directores, que // **[fol. 80r]** que também servem de Escrivaens da Ca=¹¹⁴ mara, se deve prohibir com graves penas| o commercio tanto publico, como particular| com os Indios, e que uzem destes para os serviços| das suas Lavouras, constando que lhes não| pagão o jornal correspondente, o que lhe se=¹¹⁴ rá lançado, e perguntado nas devássas an=¹¹⁴ nuais que tiraõ (ex officio) os Corregedores das| Comarcas; e o mayor cuidado que deve haver,| não hê sô em impôr a pena, mas sim| que ella se execute no que transgredir,| e deste modo se abteraõ do que tenho ponde=¹¹⁴ rado, e faraõ assim hum brilhante lugar.|| O cofre da Camara que deve| representar as possibilidades de cada hu=¹¹⁴ ma Villa de per si, e os fundos que devem ser| applicados às suas despezas, se deve seguir| para o zelo estabelecimento o Regimento dos| Camaras estabelecidas nas novas Villas // **[fol. 80v]** Villas: porem como aquellas ditas Villas| não tem, nem podem ter por hora ren=¹¹⁴ dimentos, equivalentes para a sua susten=¹¹⁴ tação, e tracto decente das mesmas Cama=¹¹⁴ ras, deve Sua Magestade permittir a cada| huma dellas certas porções de terras, que| athê agora se achaõ por cultivar, para| que as possaõ arrendar em diminutas| porções aos mesmos Indios, ou a outras| quaes quer pessoas, que alli se quizerem,| entre elles, estabelecer; e deste modo so| animará também a agricultura, que| se acha em bastante decadencia na quel=¹¹⁴ le Continente.|| Em cada Villa se deve de| absoluta necessidade erigir huma Caza| de educação, ou Seminario, dividido en=¹¹⁴ tre si, a saber: de huma parte para Indios,| e de outra para Indias de menor idade, com // **[fol. 81r]** com separação entre si, de forma, que senaõ| possaõ de modo algum communicar, que| todos nelle devem entrar, vedando-se lhe| também a communicação entre seus| Pays e Mãys, que não seja a de vezitarem nos mesmos Seminarios.|| Para educação das¹¹³ Indias| se deve escolher huma mulher branca| provecta, que as ensine, não sô a doutr=¹¹⁴ na christan, e aos bons costumes, mas a| cozer, e a fazer aquelles actos de governo| economico de huma caza, livrando-as as=¹¹⁴ sim da perversidade, preguiça, e mol=¹¹⁴ léza, que erdaõ de suas Mãys.|| Para os Indios, em lugar| pois de frequentarem, os que querem a seu| arbitrio / como athê agora fazem / a caza| do Director para os instruir, este será obrigado // **[fol. 81v]** obrigado a viver entre elles no mesmo| Seminario, tendo hum confidente, que| seja homem habil para suprir as suas| faltas, e vigia no tempo em que for occupa=¹¹⁴ do na outra comissão da Camara, que| lhe hê annexa. [espaço] Este Director de=¹¹⁴ vendo ser, como tenho dito, hum home~¹¹⁴ habil, ao menos nos primeiros rudimentos| necessarios à mocidade, para ensinar aos| mesmos Indios a ler, escrever, e contar| com perfeição, deverá também ser ca=¹¹⁴ paz de refléctir na vivêza de cada hum,| applicação, e ao ministério, a que se incli=¹¹⁴ não, do que annualmente deverá dar huma| conta restricta dos seus adiantamen=¹¹⁴ tos, com os nomes, cidades de cada hum| ao Governador, ou a pessoa que Sua Magestade| for servida nomear para ter com missaõ ge=¹¹⁴ ral nesta nova reforma. [espaço] Esta também| o deve ser, emquanto aos Indios menores // **[fol. 82r]** menores que tiverem aptidão para as letras,| sendo entregues estes aos Professores que Sua| Magestade pelo Subsídio Literario tem nomeado| na quella Capitania para o ensino das Cecòlas| e estudos menores, destinando-se lhes certos| alimentos, que sahiraõ das caixas das ca=¹¹⁴ maras de cada huma das respectivas vil=¹¹⁴ las donde forem nacionaes, ou do rendimento| do Subsídio Literario, e ainda das propinas| da obra pia, que pagão os Contractadores dos| rendimentos applicados as despezas da quella| Capitania, pela Fazenda Real no cazo dos| Pays não terem possibilidades para

¹¹³ Acima, existe o carimbo da BPE.

¹¹⁴ O recurso computacional não permite inserir o a marca de nasalidade (~) no /e/, mas o sinal gráfico consta em <home>.

lhes pres=| tarem, e os que forem próprios para os officios,| e artes liberaes serão entregues aos Mestres,| fazendo-se com cada hum delles o justo| tracto dos annos, que forem próprios, e ade=| quados para o ensino, sem percepção de ali=|mentos, como se pratica neste Reyno. Des=| te modo, os que forem applicados às Letras // **[fol. 82v]** letras poderão vir a ser| felizes, seguindo| depois os outros estudos scientificos, e virão| a ter hum formal conhecimento do que os se=| us antepassados perderão, por falta de quem| os dirigisse, pois elles tem toda a dispozição| para as sciencias, e principalmente para a Mathe=| mática, para o que mostraõ ter huma grande| vivêza; e do mesmo modo os que forem apli=| cados aos Officios virão a ter de que subisis=| tir, sem que pela ôciosidade se entreguem| aos torpes deleites, a vinhos, e a furtos; e ao| mesmo tempo se farão uteis a seus Payz, e| Avós; e a aquelles que pela idade já não| podem aprender, sem huma grande diffi=| culdade, talvez invencivel.|| Effectuado este projecto, pelo¹¹⁵| que toca a educação dos Indios pequênos, não| será necessario passar muitos annos, para se co=| nhecer a differença, e pelo espaço de dez // **[fol. 83r]** dez annos será tão desproporcionada| tanto em policia, como em governo econo=| mico, e commercio, que não sô haverá en=| tre elles muito poucos bizonhos, mas que| as Camaras terão muito com que suprir aos| respectivos Seminarios e aos mais arbitrios| da nova reforma, não sô sem alcance das| suas consignaçoens, mas ainda ficando| muitas sobras de huns a outros annos, e do| mesmo modo Sua Magestade terá as mayores| vantagens porque hoje os muitos milha=| res de Indios, que pela sua indigencia,| vestem sô huma camiza de algodão gros=| so, e calsas do mesmo, estando com mais| opûlencia, e policia, e mudando por isso| de trage, daraõ hum grande consumo as| fazendas, de cuja extracção resultará hu=| ma visivel vantagem nos direitos das Al=| fandegas, e o commercio sentirá entre si ma=| is esforço, e vigor; sendo tambem necessario // **[fol. 83v]** necessario, logo que se conhecer differença da| cultura, policia, e commercio entre estes| Indios, que Sua Magestade mande augmen=| tar à circulaçaõ do dinheiro provincial que| corre na quella Capitania, de ouro, prata, e| cobre, aquella porçaõ que julgar conveni=| ente para esse fim.|| Para conter em subordina=| çaõ, e contentamento aos Indios, que não| forem applicados às letras, e officios mas| sim à lavouras, e outras culturas, se deve| erigir em cada Villa hum Terço de orde=| nança, nomeando-se ao Indio que for| mais capaz Chefe, e Capitam mor delle, e aos| que se seguirem por sua ordem Capi=| taens, e Alferes segundo a sua distincção, os| quaes devem ser propostos em acto de| Camara, com a assistencia do Capitam mor| e sendo a nomeação para este com a do Ouvidor // **[fol. 84r]** a do Ouvidor da Comarca, para sobre estas no=| meacçoens lhe mandar o Governador, e Capitaõ| General passar as suas patentes, pelas qua=| es se não deve na Secretaria do Estado| do Governo levar emolumento algum.|| Deste modo elles entre si con=| servarão respeito, e viverão contidos, sem que| se possam distrair, cuidando cada Capitam / com| cujo titulo muito se desvanecem / em fazer que| não excedaõ os seus subditos dos limêtes| das Leys que lhe forem declaradas; e athê as=| sim se faz hum caminho mais prompto,| e mais suave para o castigo quando delin=| quirem, sendo este encaminhado pelos da| sua especie, que sempre supoem rectos, e| justos.|| Os Corregedôres de cada| huma das Comarcas, serão obrigados annual // **[fol. 84v]** annualmente, não sô adevassarem geralmente| dos Iuizes ordinarios, e Camaras respectivas,| pelo que pertence ao Regimento dellas, mas| ainda a respeito da nova forma estabeleci=| da, e de cada hum delles em particular, sen=| do para isso da primeira consideração, e mais| que nem hum outro fiscalizado, o Director| de cada huma das Villas. [espaço] Estas de=| vassas, porem, devem ser processadas com| sucêgo, exame, e huma grande averiguaçaõ,| para que, não succéda, que os mal contentes sem|

¹¹⁵ Acima, existe o carimbo da BPE.

razão alguma se animem a prestarem| falços juramentos, e denuncias, principall| mente,
 contra os Directores, *que* sendo impossivel| *que* possa de todos ser bem visto, não deve
 ser| expôsto aos seus inimigos, e nem pelo temor| das suas falcidades e imposturas
 desani=| mar-se *para* não promover entre elles o que| for mais util, e acertado. [espaço]
 Estas denuncias // **[fol. 85r]** denuncias que se permitem contra os Di=| rectôres com
 trez tesmunhas da facção| de quem os accuza as mais das vezes sem| ser por zêlo da
 justiça, ficando logo pronun=| ciados, e suspensos do seu exercicio, e outro| em lugar
 delles nomeados, o que muitas ve=| zes conhecendo-se ainda depois a falci=| dade não
 vem a ser punidos os accuza=| dores, suposto *que* esse intempestivo succêso| entre os
 Dirêctores *que* tem sido athê agora| nomeados, não faz differença alguma, nem| perda de
 tempo a educação dos Indios, e a| administraçam da Iustica, pela sua indignida=| de, e
 pouco prestimo, com tudo será deper=| neciozas consequencias, e de huma total| ruina,
 se assim se continuar a seguir,| logo que se nomearem homens habeis, e| dignos destes
 Emprêgos. [espaço] Hê necessario po=| is *para* evitar este abuzo, que o primeiro Indio
 // **[fol. 85v]** Indio, ou outra qual quer pessoa, que pro=| puzer denuncia com falcidade,
 seja pu=| nido severamente, *para que* o exemplo sirva| de emenda aos outros.|| *Para que*
 este plano¹¹⁶, que com| informidade offereço possa ter o zeo devido| effeito, e
 conservaçã, pelo que pertence| aos Indios mansos, faz-se necessario que| Sua
 Magestadade nomee hum Director Geral| de todas as Villas destes Indios, *que* estão
 crea=| dos, e se haõ de crear, o qual deve ser hum| homem Illuminado, e de probidade
 con=| ferindo-lhe hum ordenado equivalente| ao trabalho de que se ha de encarregar,| o
 qual emquanto as Camaras não fazem| hum mayor fundo de rendimento pode| ser pago
 pela repartição do Subsidio li=| terario, por ser despeza com a educação da // **[fol. 86r]**
 da mocidade, e haver *para* isso superabun=| dantes rendimentos, e *para* cuja caixa
 pagaõ| os Indios alguns direitos, sem *que* tenhaõ a=| thê agora gozado do ministerio
para que foi estabelecida.|| Este Director Geral deverá| quando lhe convier correr as
 Villas dos mesmos Indios, examinando se as pessoas| encarregadas da educação delles,
 cumprem| os seus devêres, e se os adiantamentos co=| respondem aos que forem
 declarados nas| listas, que devem dar de hum a outro an=| no, vindo sempre de toda a
 alteraçã, abu=| zo, ou melhoramento *que* achar na educa=| çã, e governo dos Indios a
 dar conta pesso=| almente, ou por officio ao Governador, e Capitam General da Ca=|
 pitania, para este decidir o *que* entender| ser mais acertado, de cujas resoluçõens da=|
 rá o Director Geral conta imediatamente a // **[fol. 86v]** a Sua Magestade pela Secretaria
 de Estado,| *para* onde tambem deve remeter. *anualmente*| listas do estado e
 adiantamento em que| se achaõ aquellas Villas, *para que* a mesma| Senhora sobre tudo
 possa resolver o que| for mais conveniente ao seo Real serviço,| e bem da quelles
 póvos.|| Parece-me *que* pondo-se¹¹⁷ em| pratica quanto tenho advertido cessará| o abuzo,
 e de huma vez viraõ a ser felizes| aquelles miseraveis em gozarem do Sabio| governo de
 huns Monarchas taõ pios, e| justos, aproveitando-se assim dos commo=| dos saudaveis
 da vida social e da quella| verdadeira liberdade civil, *que* faz os póvos| felizes à sombra
 do thrôno. Ver- se â com| gosto promovida a agricultura na quelles| vastos paizes
 civilizados tantos milhares| de homens, e augmentada a populaçã // **[fol. 87r]**
 populaçã.|| Esta providencia pois sendo| bem executada servirá *para*| facilitar o es=|
 cabrozo caminho, *que* hê necessario trilhar| na conversã do gentio bravo| *que* tendo-se|
 desgarrado da nossa amizade, pelas bar=| baridades com elles praticadas, e outros|
 acontecimentos provenientes do mau| methodo, e sistema praticado entre os| pimeiros
 Missionarios, e povoadores da| quelle Continente, hoje com difficulda=| de se poderá
 conseguir o trazelos à nossa| amizade, se se não tentar isto com *aquelle*| brandura, *que*

¹¹⁶ Acima, existe o carimbo da BPE.

¹¹⁷ Acima, existe o carinho da BPE.

vou mostrar sedever com elles| praticar; não sô por estarem prevenidos,| e desconfiados, mas *porque* tendo sido fa=| cil no descobrimento do Brasil o ensinar=| lhes a verdadeira Religião, *que* com facilidade // **[fol. 87v]** facilidade abraçaraõ, por não terem| athe allí ouvido outra alguma, agora| pelo contrario virá a ser mais trabalhô=| zo, porque *muitos* da quelles Indios na in=| vazão dos Holandezes, e Francezes, *quando* per=| tenderaõ apossar-se da quelle terreno,| militando com elles Indios, Calvinistas, e| Lutheranos, foi facil que grande parte| dos Indios, *que* andavaõ unidos a elles, e se| embrenharaõ depois por serras se infes=| tassem com os dogmas, e ritos destas seitas.|| Os *que* tiveraõ já algum prin=| cipio de conversão, e *que* depois se embre=| nharaõ pelos sertoes, nos tem por huns| inimigos declarados; e os *que* não chegaraõ| a estes principios, nem nos conhecem ma=| is que por noticia, quaes são entre *muitos* os Tapuyas, estes não sô nos tem na mesma // **[fo. 88r]** mesma conta, mas athê nos reputaõ| usurpadores do seo Paîz.|| Por esta causa, não sô fica| visivel a necessidade de entrar-mos nes=| ta emprêza com brandura, efficacia e pru=| dencia, mas com muita consideração.|| A primeira causa em *que* se deve| cuidar logo, hê em regular, e pôr em ou=| tro pê em que não está o Corpo de Tropa,| *que* foi creado, e existe na Capitania da Ba=| hia, denominado do gentio barbaro, po=| is ainda que se acha com *Capitam* mor, Of=| ficiaes, e soldados, que pela mayor par=| te são Indios mansos, ou mestiços; com| tudo está reduzido a decadencia e desfal=| cado, cobrando os *que* existem sômente os soldos| sem exercicio algum, e sem aquelles co=| nhcimentos que devem ser proprios do // **[fol. 88v]** do seu ministerio. [espaço] Este corpo, *que* ainda| estando complecto se compoem sômente| de 400 homens, a titulo de Terço, deve ser| reduzido a huma Legião ao menos de 800| homens, devendo ser os Officiaes superiores,| e subalternos por huma indispensavel ne=| cessidade sempre homens brancos, tendo| os de differente especie, sômente accêso aos| postos inferiores, conferindo-se a todos o sol=| do *que* deve ser correspondente para poderem subsestir, sem a necessidade de sevalerem| de outras applicações, *que* lhe roubem o tem=| po, *que* devem sômente consumir, e emprêgar| no serviço para *que* foraõ destinados; qual hê| o de defenderem todas as invazoens, *que* per=| tender o gentio bravo, e hir subjugalo nas| suas proprias habitações, huma vez| *que* elles pertendaõ incomodar aos morado=| res Portuguezes, *que* tem estabelecido Fa=| zendas na quellas visinhanças. [espaço] Esta // **[fol. 89r]** esta Legião deve ter o seu quartelamento| no Cairú, *que* hê o districto mais proprio,| e accommodado para dalli acodirem| aonde a necessidade chamar os Individu=| os que nella forem emprêgados devendo| primeiro ser instruidos e ensinados, senaõ| de todas as evoluções Militares, o *que* senaõ,| faz necessario para rezestir, ou atacar a| gente *que* peleja sem forma alguma, ao,| menos o sejaõ nas mais essenciaes de sa=| ber bem atirar , e carregar sem offensa| dos camaradas, o marcharem, e desfilarem| em forma, e unidos, e sobre tudo fazer-se lhes| conhecer subordinação que devem ter aos| seus superiores, *que* hê a baze de sem.[?]¹¹⁸ corpo=| rações; devendo por isso ser nomeados os| Chefes, e Officiaes Superiores sempre pes=| soas, não sô de probidade, e prudencia| mas *que* sejaõ instruídos nos conhecimentos| Militares, ou saiaõ, ou não da Tropa paga. // **[fol. 89v]** paga.|| Formada esta Legião, posta| no pê em *que* deve ser, certas, como o pede| a necessidade, nella sepodem accommodar| *muitos* Indios mansos *que* forem ineptos para| as letras e para os officios; e deste modo servi=| rá não sô para fazer conter os Indios bravos dos| acomettimentos, e invazoens *que* tem proje=| ctado, como ainda a muito pouco tempo| o fizeraõ algumas nações de gentio, au=| xiliados pelo Pataxó, *que* chegaraõ quaze| a pouzar dentro das nossas moradias na| Villa da Victoria, Capitania do Espirito Santo, fa=| zendo hum ôrrorozo estrago nos campos as=| sim nos habitantes, *que* foraõ assassinados,| como nas

¹¹⁸ Desconhecimento da abreviatura apocopada. Não foi possível desdobrá-la.

lavouras, *que* arrancaraõ, e en=| tregaraõ ao fogo, juntamente com as cazas das habitaçoens dos cultivadores, digo pois ser=| virá não sô *para* os conter, mas tambem *para* // **[fol. 90r]** *para* auxiliar aos Missionarios *que* forem| nomeados *para* este fim, *para que* senaõ exponhaõ nem| queiraõ sô a força de persuazaõ fazer-se| entender de huns homens sem arte, nem| policia alguma, e *para* isso se devem instru=| ir na lingua geral Brasilica, aprenden=| do-a, como com facilidade o podem fazer| por haver ainda muitas pessoas, *que* a não| ignoraõ, e assim poderaõ melhor intimar| aos gentios, com aquella força, e fê, *que* pede| a sua pouca crensa; porem logo *que* se| forem aldeyando, os *que* se reduzirem ao| gremio, se lhe deve hir pouco a pouco en=| sinando o idioma portuguez, e não como| costumavaõ os Iesuitas de os fazer inte=| ramente ignorar esta lingua, *para que* não po=| dessem ser entedidos mais *que* delles, por se=| rem os unicos *que* fallavaõ a sua natural linguagem.|| Os Padre *que* // **[fol. 90v]** *que* na quella Capitania estaõ nomea=| dos *para* as missoens do gentio bravo saõ os| barbadinhos Italianos, *que* nella tem hum| hospicio intitulado de Nossa Senhora da Pi=| edade, e ainda *que* elles não passaõ de fa=| zer a sua missaõ da Cidade principal, e *quando*| muito no Reconcavo della, comtudo eu os| não accuzo de omissos, porque seria te=| meridade acometter brenhas habitadas de| Indios salvagens, sem auxilio, sem inter=| petre da lingua *para que* podessem ser enten=| didos, e sem outros principios, e cautelas *que*| devem ser inseperaveis de semelhantes mis=| soens, *que* por se fazerem em outro tempo des=| te modo vinhaõ os Missionarios aperecer| estrangulados entre o gentio.|| Esta pregaçaõ não lhe deve ser| sômente intimada, pelo *que* pertence ao es=| piritual, esta sim hê a primeira demons=| <traçaõ>¹¹⁹// **[fol. 91r]** demonstraçaõ *que* se lhes deve fazer, mas não| deve esquecer a segunda do bem temporal| *que* elles vêm gozar. [espaço] Deve mostrar-selhes| a differença dos nossos costumes, da policia| das nossas Leys, explicar-lhe miüdamente| as razoens solidas em *que* se fundaõ as| mesmas Leys, e a humanidade de quem| as promulga. [espaço] Estas noticias lhes oc=| cultavaõ os antigos Missionarios Iesuitas:| assim se ficou praticando. Elles fazendo| sô a intimaçaõ das Leys Divinas mate=| rialmente, sem lhes fazerem ver, *que* as do nos=| so governo se derivavaõ da quellas, vinhaõ| os Indios por aquelle modo sômente a ter hu=| ma cega obediencia, e subordinaçaõ aos| mesmos Padres, como aquelles a quem| Deos tinha particularmente dado comissaõ| *para* os dirigir, como bem lhes fizeraõ acreditar.|| Todas as desordens // **[fol. 91v]** desordens athê aqui praticadas, me parece| se podem remediar do modo seguinte.|| Sendo Sua Magestade servida| nomear novos Missionarios de qualquer| Religiaõ *que* lhe parecer, *que* tenhaõ as| qualidades de fervor, e zêlo Apostolico, *se*| devem espalhar por todas as partes onde| constar existe gentio bravo, principalmente| pelos Indios das cabeceiras de Saõ Mathe=| us, *que* já disse estavaõ mais aptos *para* abra=| çarem a nossa amizade, e Religiaõ; e devem ser auxiliados com troços de guarni=| çaõ tirados da Legiaõ *que* se deve estabele=| cer. [espaço] Este soccorro servirá não sô *para*| segurar os Padres Missionarios, mas tam=| bem *para que* sepossaõ estes emquanto senaõ instru=| em nas linguas do gentio fazerem-se| entender pelos Indios mansos, *que* entre estes // **[fol. 92r]** estes muitos entendem a *que* fallaõ aquelles| barbaros, por terem muita semelhança com| as suas. [espaço] Tambem os animará verem ou=| tros seus iguaes acompanhando àquelle,| ou aquelles, *que* reputaõ inimigos delles aga=| zalhados, e bem vestidos, talvez contando-lhe| a seu modo o bem de *que* vem gozar tanto es=| piritual, como temporal, suporta a reforma| *que* entre os Indios mansos, primeiros *que*| tudo se faz necessaria.|| Os Comandantes *que* forem no=| meados *para* os troços, ou corpos de auxilio dos| mesmos Missionarios, devem ter hum gran=| de cuidado em *que* nenhum dos Soldados| seus subordinados molestem nas

¹¹⁹ Inserido na margem inferior direita.

Aldeyas on=| de entrarem a gentio algum bravo, nem *que*| se valhaõ delles *para* tirar lucro, ou utilidade| alguma. [espaço] Quando acharem alguma con=| <tradição>¹²⁰// **[fol. 92v]** contradição, ou repugnancia, e ainda al=| guma offensa, *que* entre gente tão tosca não| hê de admirar devem desfarçar, castigando| ao mesmo tampo severamento àquel=| les *que* da nossa parte os offenderem, *para que*| semelhantes barbaros venhaõ a conhecer| *que* nos os não procuramos se não em paz, e| para bom fim, porque pesuadidos do con=| trario, não sô desconfiaraõ de todo, resistin=| do a qual quer pregação *que* se lhes faça, mas| athê mudaraõ logo de pouzada, como com| facilidade poem em pratica, por não te=| rem mais que perder que humas pequê=| nas choupanas armadas a mão em qua=| tro paos, cobertas de palmas, como aquel=| las *que* hoje servem, e a manhaã se queimaõ.| Os moveis os não embaraçaõ, saõ de facil| condução: taes saõ huma rede em *que* dor=| mem, huma igaçaba, *que* hê como hum pe=| <quêno>¹²¹// **[fol. 93r]** pequêno pote *para* os seus vinhos, hum cabaço| para as suas farinhas, que hê o seu man=| timento ordinario, huma cuya *para* beber a=| goa, que tudo isto se guarda dentro de hu=| ma caixa de palha, a *que* elles chamaõ pa=| tiguá, *que* serve *para* por as costas das mulhe=| res quando elles se poem em marcha, pois| elles não conduzem mais *que* o arco, e fréxa,| e o seo caõ *para* caçar as feras.|| Estes mesmos barbaros¹²², não| sô devem ser convencidos com hum mode=| rado geito, mas que aquelles Missionarios| devem ser munidos de algumas dadivas| *para* lhes offerecem no meyo das suas pre=| gaçoens, cuja pratica ainda entre pó=| vos civilizados tem a experiência mostrado| *que* hê a melhor falla de todas as Naçoens. A| despeza vem a ser de pouca consideração,| por *que* estes pobres miseraveis com qual quer // **[fol. 93v]** quer cousa se contentaõ, pois a sua natu=| ral inclinação saõ missangas, espelhos, na=| valhas, maxados, enxadas, cascaveis, pen=| tes, barretes vermelhos, e outras redicula=| rias destas, *que para* elles saõ as mayores do| Mundo, como bem o mostraraõ na peti=| ção que no anno de 1700 fizeraõ ao| ‘Governador de São Paulo, pendindo-lhe| o que asima expresso.|| Deste modo os que se fo=| rem reduzindo a fé se devem aldeyar de| baixo da nossa protecção nos sitios mais ac=| commodados; fazendo-se lhes pequênas ca=| zas cobertas de palhas emquanto se obser=| va a sua inconstancia, *para* se dar melhor| providencia, cuidando-se logo, e primeiro| *que* tudo em huma, ainda *que* pequêna, decen=| te Igreja, para o culto Divino, baptismo| dos que forem nascendo, e cathequização // **[fol. 94r]** catequização dos adultos.|| Assentada que seja a Alde=| ya, devem ser vestidos ao nosso modo, po=| is os mais delles ou andaõ nûs, ou enfei=| tados com algumas pennas de differentes| cores.|| As terras *que* estiverem por| cultivar devem ser logo distribuidas a por=| porção das familias, que cada hum tiver,| ordenando Sua Magestade se lhe dem gratui=| tamente as ferramentas necessarias *para*| o trabalho dos primeiros dous annos, nos qua=| es tambem se lhes deve perdoar todos os di=| reitos das suas culturas, ainda pelo que| pertence aos Dizimos.|| Não sería também de acerta=| do, mas antes muito conveniente, *que* hajaõ| de ser persuadidos, logo *que* assentarem a // **[fol. 94v]** a Aldeya de baixo da nõssa protecção, e| paz, como fica dito, que devem mandar| alguns delles da parte do seo Cacique,| que ficará entre elles meramente reputado| hum Capitaõ mor, com outras honras, e| merces, que Sua Magestade for servida, e co=| mo praticaraõ os Senhores Reys, seus Pre=| decessõres, athê com merces de habitos,| e tenças, a render vassalagem, e obzequio| ao Governador da Capitania, *que* represen=| ta a Soberana, que os, procura, e agazalha,| do qual devem ser recebidos com amor,| e benignidade, mandando-os os vestir de| algumas cousas mais ricas, e os presen=| tiará, ainda que seja a custa da Real| Fazenda, demorando-os pouco com a

¹²⁰ Inserido na margem inferior direita.

¹²¹ Inserido na margem direita infeior.

¹²² Acima, existe o carimbo da BPE.

respos=| ta, afim de que não entrem por isso em| susto os seus companheiros, mas antes| logo sejam informados por elles da docilida=| de dos nossos costumes, e do bem com que foraõ // **[fol. 95r]** faraõ recebidos, o que facilmente virá a ser acre=| ditado, vendo elles, que correspondem as infor=| maçoens com as dadivas, que apresentaõ,| o que concorrerá para com mais seguran=| ça, e fervor entrarem a confiar de nós.|| Deste¹²³ modo que tenho mos=| trado praticava o insigne Manoel Nu=| nes Vianna, bem conhecido na quellas| Conquistas, e neste Reyno, pelos feitos he=| roicos com que se soube distinguir entre| aquella infiel gente. [espaço] Este homem que| não tinha mais instrucção, que a de huma| vivêza, e valor extraordinario, sendo o princi=| pal Chefe da quellas chamadas bandeiras| de que já falei, era o unico que entre os mais| se distinguia, por ter mais espirito de Re=| ligiaõ, do que de ambiciozo. [espaço] Elle vendo que não podia resertir ao projecto de capti=| <var>¹²⁴// **[fol. 95v]** captivar em guerra os mesmos Indios,| se hê que se podia denominar guerra o en=| trar, pelas mais das vezes, por palhoças| sem resistencia, habitadas por homens| que ignoravaõ athê o direito natural de| se defenderem. digo pois elle não poden=| do resertir a isto em geral, em particu=| lar porem dava, sempre a liberdade à| quelles Indios, que depois da repartição lhe| tocavaõ. [espaço] Antes de chegar ao ponto| de os captivar, quando os buscava nos si=| tios em que estavaõ refugiados, procurava| persuadilos, sem os offender, das vanta=| gens da verdadeira Religiaõ, sendo ao mes=| mo tempo Vassallos de huma Nação, cu=| jos Soberanos os mandavaõ procurar| mais para o seo bem, e salvação, do que para es=| tender os seus Dominios Alguns chegaraõ a acre=| ditar estar razoens, porem como os mais // **[fol. 96r]** os mais delles os não seguiaõ, ao passo que| se rompia o ataque, ahi estava perdida| a confiança dos primeiros, ao que não podia| dar remedio aquelle insigne varaõ, que| athê para evitar mortandade, e capti=| veiro, muitas vezes se valia de engraça=| dos enganos. [espaço] Elle humas vezes os in=| timidava, dizendo-lhe que senaõ quizessem| acreditalo, que os faria morrer a sede, lan=| çando-lhe fogo a agua, cuja demons=| tração lhe fazia em huma pouca de agoa| ardente, que elles nesse tempo desconhe=| ciaõ, como ainda alguns hoje desconhe=| cem: outras vezes disparando hum ar=| cabuz, sobre alguma fera, ou ave que| matava a vista da quella gente, que ig=| norava inteiramente o que não viraõ, e a=| tonitos se punhaõ em fuga, gritando| que era hum homem de fogo que os queria // **[fol. 96v]** queria matar. Procurava elle entaõ| logo sucegalos, fazendo-os crer que aquil=| lo que viaõ era arte sua, que podia com| ella ajudalos, contra os seus inimigos,| que não havia de que temer, porque o seo fogo| matava sômente os contrarios e não aos| amigos, e que aquelle sô os offenderia| se elles o não quisessem ser: e pelo con=| trario tambem os segurava, que se amas=| sem ao verdadeiro Deos, e ao seu Rey,| que elle os poria a cada hum dentro do seo| coração, e do seo peito, onde tendo occul=| to por baixo dos vestidos hum espelho| os chamava para que vissem com que amor os| procurava, que já dentro de si os tinha es=| culpidos. [espaço] Com este, e outros estratage=| mas engraçados, e necessarios venceu sem| offença alguma, nem precisaõ de dar| hum sô tiro a infinitas aldeyas, que hoje // **[fol. 97r]** hoje as mais dellas se achaõ rebelladas,| entre as quaes foi reputado, por hum ho=| mem de taõ extremada virtude, que pela| preocupação em que se achava aquelle| gentio, pelos Missionarios Iesuitas, a quem| tocava nesse tempo o governo, e instruc=| ção das Aldeyas, muitas vezes com ins=| tancias lhe pediraõ quizesse vestir a| Santa Roupêta, julgando entre si, como| particularmente lhes faziaõ crer, que não| podia haver virtude e decencia de cos=| tumes, sem que fosse acompanhada da| quelle ornato. [espaço] Daqui procedeu o| mayor siume entre os mesmos Missio=| narios Iesuitas, os quaes vendo o muito que| criaõ, e confiavaõ aquelles infieis na| quelle homem, que não

¹²³ Ao lao esquerdo, existe o carimbo da BPE.

¹²⁴ Inserido na margem inferior direita.

quis ser socio| da Companhia, procuraraõ desvane=| cer hum bem, que sô queriaõ para si // **[fol. 97v]** si, com occultas maximas, accumulã=| do-lhe por interpostas pessoas na Pre=| sença de ElRey, os mais horrendos cri=| mes de Estado, dos quaes como muito cres=| to se pôde justificar.|| Para *que* estas Aldeyas, ou| para mais bem dizer para *que* os seus habitan=| tes se possaõ com prestéza domesticar,| se nomeáraõ tambem logo para ellas Dire=| ctôres, *que* tenhaõ as mesmas sircunstan=| cias, que já estaõ ponderadas entre o| gentio manso, cuja prudencia, e probi=| lidade entre os bravos se faz mais neces=| saria, e recomendavel, e *que* não exercitem| no principio entre elles jurisdição al=| guma, mais que aquella *que* for bastan=| te para os ensinar, e instruir nos nossos| costumes sem vexame nem rigor.|| Logo ao // **[fol. 98r]** ao principio tambem não será útil *que* se instituaõ nestas Aldeyas seminarios| para a educação dos Indios pequênos,| porque esta providencia, que entre o| gentio manso hê de huma, indubita=| vel necessidade, e de avantejados pro=| gressos, entre o bravo pelo contrario ao| principio sería de perneciozas conse=| quencias, por ser esta qualidade de| gente em excêso desconfiados, e ao mes=| mo tempo amantes dos filhos, os quaes| pertendendo-se logo arrancar delles| se persuadiraõ facilmente, *que* em lugar de| os quererem cathequizar, os querem ca=| ptivar, ou prender. [espaço] Tenha pois o| Director, e o Missionario grande cuidado| e vigilancia em instruir, e ensinar a| doutrina a estes pequenos Indios viven=| do em companhia de seus Pays. Este temor| lhes faraõ perder conduzindo por vezes // **[fol. 98v]** por vezes os principaes Indios as outras| villas do gentio manso, para *que* observem| entre os mesmos da sua especie, o modo| indicado dos Seminarios, e *que* assim vi=| vem satisfeitos tantos os Pays, como os| filhos; e huma vez *que* elles estejaõ dis=| to persuadidos, como hê facil decon=| seguir por este modo, não sô se hiraõ| erigindo entre elles Seminários, mas| ordenando tambem hum modo de soci=| eidade civil mais bem regulada, athê| ficarem capazes de se instituirem Vil=| las.|| Aquelles¹²⁵ Indios *que* forem| mais rebeldes, e *que* senaõ deixem conven=| cer da noticia do bem *que* tiver aconteci=| do aos de mais, nem quiserem dar ou=| vidos a persuasão das palavras, nem dos| affagos, qual hê o gentio Pataxó, que // **[fol. 99r]** *que* vive entre São Matheus, e a Capitania| do Espirito Santo, não aborda d'agoa| mas concentrados pela terra dentro, per| ser esta nação em extremo feroz, car=| nivora, e tragadora de carne humana, en=| tregue a feitiçariãs, multidoens de mu=| lheres e outros semelhantes erros da sua| gentilidade; como *que* athê fazem| pessima visinhança aos da sua propria| e natural especie: a este pois ou a ou=| tro qualquer *que* resida em outros Con=| tinentes, quando Sua Magestade permitta| que esta reforma seja geral em todo| o Brasil, se devem procurar com to=| das as cautelas astucia, e sagacidade,| intimando-se lhes o bem *que* se lhes offe=| rece, e as vantagens possiveis, cuja pre=| gação lhes deve ser feita pelos Mis=| sionarios *que* para isso forem nomeados. El=| les devem ser auxiliados de hum tróço // **[fol. 99v]** tróço de gente da projectada Legião,| *que* seja mais reforçado do *que* para outra| qual quer missaõ, e do mesmo modo| munidos de mais avantejado presen=| tes; e isto não sô para *que* possaõ resistir| a qual quer assalto, mas ainda para| *que* no cazo de huma total rezisten=| cia se possa com violencia, não in=| vadir-lhes as pouzadas, o *que* certamente| os poria em desesperação, e pelo menos| faria custar caro a victoria, por serem| os Indios desta nação os *que* melhor entre| todos atiraõ o arco, e com tal fortaleza| despedem a fréxa, *que* chegaõ com ella| a passar dous homens, e ainda se vai| firmar no tronco de alguma arvore se| a encontra; digo pois não invandindo| porem as suas pouzadas, mas pelo menos| com sagacidade prisionando-lhe vin=| te, ou trinta pessoas. [espaço] Estas depois devem // **[fol. 100r]** devem ser ornadas de vestidos, medalhas, e| plumas no chapeo, e conservados por al=| guns dias nos nossos

¹²⁵ Acima, existe o carimbo da BPE.

alojamentos com| bom agasalho, e o melhor tractamen=| to *que* for possível; e se lhes dará depois li=| berdade com alguns presentes da *quelles* que| já ponderes, para se retirarem *para* os seus| alojamentos, e quando ainda não bastel| este estratagêma *para* perderem o susto, ou| a inimizade *que* nos conservaõ, de novo se de=| verá tentar prizionando outros tantos In=| dividiuos da *quelles* *que* se deveraõ remeter| à presença do Governador, e Capitm General, *para* *que* re=| cebaõ pessoalmente deste algumas mer=| ces, afagos, e presentes, e observem ao mes=| mo tempo a policia em que vivemos, a| grandeza das nossas cazas; o modo porque| as ornamos; a riqueza dos seus moveis, o es=| plendor da Tropa, tanto paga como Auxi=| liar, *que* se deve formar *para* *que* sirva de temor // **[fol. 100v]** temor aos seus as noticias *que* derem do pê| em *que* as viraõ, quando voltarem; e ainda| todas as outras cousas mais insignifican=| tes, *que* sempre lhes ha de merecer atenção| como pessoas *que* nunca viraõ mais *que* bre=| nhas. [espaço] Tudo isto servirá *para* *que* sendo| libertados, e restituídos às suas habitaço=| ens, possaõ animar, e reduzir aos outros a *que* se queiraõ chegar à nossa amizade, e protec=| ção. [espaço] Porem quando de todo senaõ pos=| sa conseguir o que se pertende entre estes| barbaros, de huma vez se deve decidir com| elles pois a sua existencia por sem.<e↑>¹²⁶ modo,| não serve mais *que* *para* assacinar aos viajan=| tes, roubalos, e impedir athê *que* senaõ possa| gozar do mais precioso do Paíz, *por* terem| estabelecido os seus alojamentos nas partes| onde se conhece mais abundancia, e fertili=| dade. [espaço] Neste critico, e suposto esta=| do se deve unir toda, ou a mayor parte da // **[fol. 101r]** da Legião auxiliada com huma, ou duas| Companhias da Tropa paga regular, *para*| os procurar em campanha, e rebater o| seu orgúlho, trabalhando-se primeiro| quanto puder ser *para* *que* esta guerra seja| feita mais com maximas, e enganos, do| que com fogo, e ferro, que sô no ultimo ca=| zo depois de esgotados todos os meyo de| brandura deve mostrar o seu estrago. El=| les ao primeiro acomettimento pertenderaõ| rezestir, porem assim que o observarem a| primeira descarga de mosquetaria cuida=| raõ sô em mudar de sitio. Aqui he *que*| está toda a felecidade desta final em=| prêza. [espaço] Devem ser seguidos na fuga| de modo *que* em parte alguma se possaõ dar| por seguros, presionando-lhe ao mesmo| tempo em caminho os *que* se poderem ha=| ver as maons; e quando succeda *que* elles| por quererem conservar algum tempo de // **[fol. 101v]** de descanso sevalhaõ do engano que cos=| tumaõ de se entregar na nossa protec=| ção, emquanto criaõ novas forças, ou| se valem de algum discuido *para* nos a=| cometterem; neste caso, ainda *que* bem| conhecida seja a falcidade se deve con=| vir com elles, traçando-lhe logo tam=| bem o engano de *que* hê necessario alde=| yarem-se, o qual projecto, logo *que* a al=| deya for assentada, terá o fim de se| lhe diminuir, e quebrantarem as for=| ças, e dividindo-os em pequênas, e disper=| sas aldeyas fronteiras as villas, *que* já| se achaõ creadas de Indios mansos. A| estes seraõ sujeitos sem *que* exercitem juris=| dição alguma, e ahi se deveraõ hir ins=| truir de costumes, e Religiaõ, pratican=| do-se em tudo o mais o mesmo *que* já es=| tá indicado a respeito dos Indios bravos.| Assim dispersos com diffcultade se podêraõ // **[fol. 102r]** podêraõ outra vêz unir, e pode ser se tor=| nem doceis, aprendendo dos outros, e de| nós a conhecer o melhor, e a viver em paz.|| Conseguida¹²⁷ esta taõ impor=| tante e necessaria reforma entre os In=| dios bravos, e Indios mansos, não sô viraõ| elles a ser felices pelo bem espirital da| Religiaõ, mas ainda pelo temporal na| Vassallagem, e protecção de Huma Sobe=| rana em Quem resplandecem tantas| virtudes, e gozaraõ a sombra das Leys, da| liberdade civil e politica que permettel| a nossa constituição, ficando ao mesmo| tempo por huma parte aberto o cami=| nho para as vantagens, e opulência do| Comercio, e Agricultura; e por outra sem| obstaculos para nosso uzo, e

¹²⁶ Desconhecimento da forma apocopada. Não foi possível desdobrá-la.

¹²⁷ Ao lado esquerdo, existe o carimbo da BPE.

proveito as| estradas *para* as Minas, e outros sertoes nos| quaes tantas vezes tem sido acomettido // **[fol. 102v]** acomettidos, e mortos inumêraveis viajan=| tes; poder-se haõ agricultural os terrenos de| que se achão de posse estes gentios, im=| pedindo que possamos ser Senhores do| districto de S. Matheus, Villa da victoria| por toda a costa athê a Bahia de exce=| lentes, e magnificas esmeraldas, saphi=| ras, cristaes finos, e humas pedras azuis| muito resplandecentes, e de huma galan=| tissima cor, e de outras pedras de valôr, a=| lem de immenso ouro nas suas vargens,| e nas suas matas de pao brasil, pao San=| to, copaigbas, pao rey, e balsamos finos,| cheirozissimos, e medicinaes, e de hum ex=| celente vernis, e outras muitas admirave=| is cousas, alem de outras produçoens ra=| ras da naturêza, *que* hã em toda a quella| costa maritima, *que* terá de extensaõ naõ| menos que cento, e sessenta legoas se=| guindo as vertentes dos Rio S. Matheus // **[fol. 103r]** Matheus, Caravelas, e Monte Paschoal, em| cujas cabeceiras se achão limpas esme=| raldas, e fino aljotas, de *que* tem bastan=| te noticia a quelles Indios, os quaes sabem| o modo de as colher com a mayor facilidade;| assim como tambem no districto da Villa| da Iacobina se achão minas de prata,| cobre, ferro, salitre, e antimonio. Esta| abandonada, e desprezada riqueza, que| hoje se nos difficulta, logo *que* os cami=| nhos fiquem francos, virá a servir de van=| tajoza remuneraçaõ de mais algum di=| pendio, e trabalho; que hê necessário se| faça nos primeiros annos, emquanto se| consegue o principal fim, que deve ser| primeiro, o augmento da Religiaõ: *segundo*| civilizaçaõ de tantos homens.|| **Fim**¹²⁸

¹²⁸ Ao lado, existe o carimbo da BPE.